



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
ESCOLA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROF HISTÓRIA

**AS COMEMORAÇÕES DO SESQUICENTENÁRIO DA
INDEPENDÊNCIA EM 1972 E SUAS POSSIBILIDADES
PEDAGOGICAS**

Aluno: Carmen Virgínia Pereira Dysarz

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leila Bianchi Aguiar

RIO DE JANEIRO

2020

CARMEN VIRGÍNIA PEREIRA DYSARZ

DYSARZ, Carmen Virgínia Pereira. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972, e suas possibilidades pedagógicas. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. 133 f.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leila Bianchi Aguiar

Rio de Janeiro

2020

CARMEN VIRGÍNIA PEREIRA DYSARZ

DYSARZ, Carmen Virgínia Pereira. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972, e suas possibilidades pedagógicas Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. 133 f.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO.

Aprovada em: _____

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a Leila Bianchi Aguiar (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Anita Correia Lima (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Andrea Lemos Xavier Galucio -Profhistória
UERJ, CAP UERJ

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

As minhas netas, Ana Carmen e Catarina pelo estímulo diário para continuar. Aos filhos Letícia, Fernanda e Lucas pela vida que me ajudaram a construir. Ao Orlando e Vitor pelo socorro nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as todas instituições de ensino público, que contribuíram para minha formação da Educação Infantil ao curso de Mestrado.

Agradeço, sinceramente a UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que pela segunda vez, em minha vida, me recebeu como aluna.

Agradeço ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro, local que entrei como aluna e do qual saí como professora. Profissão em que desempenho há trinta e cinco anos, iniciando no Ensino Infantil e a vinte sete anos no Ensino Fundamental e Médio.

Agradeço a todos os colegas que dividiram a sala de aula comigo entre os anos de 2018 e 2020, onde aprendi muito com eles e suas experiências

Agradeço especialmente, a Prof^a Dr^a Leila Bianchi Aguiar minha orientadora, que esteve ao meu lado, sempre me mostrando o caminho que deveria seguir, com estímulo e correção nos momentos necessários.

Agradeço a disponibilidade e contribuições fundamentais das Prof^a Dr^a Anita Correia Lima e a Prof^a Dr^a Andrea Lemos Xavier Galucio, nesse estudo.

Agradeço também, a todos os professores do PROFHISTÓRIA que são um exemplo de compromisso com a Educação.

Agradeço a todos meus familiares pela compressão nos muitos momentos em que não estive presente nesses dois anos.

Por fim, agradeço a vida nesse momento em que muitos não podem estar mais aqui.

Muito obrigado

RESUMO

DYSARZ, Carmen Virgínia Pereira. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972, e suas possibilidades pedagógicas Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. 133 f.

Esse estudo é uma transposição didática dos estudos sobre as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972, relacionando tais eventos com o contexto político, econômico e social em que ocorrem e pensar suas possibilidades pedagógicas foram os objetivos centrais desse trabalho. O material didático foi produzido para ser utilizado por estudantes do Ensino Médio e Fundamental. Explora os sentidos das festividades que tiveram como base o enaltecimento da figura de D. Pedro I e do passado Imperial do Brasil de forma a exaltar o nacionalismo e construir legitimidades para um governo ditatorial.

Palavras-chave: **Ensino de História; Sesquicentenário da Independência do Brasil; Efemérides.**

ABSTRACT

DYSARZ, Carmen Virgínia Pereira. The Celebrations of the Sesquicentennial of Independence in 1972, and its Pedagogical Potentialities. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. 133 f.

This study is a didactic transposition of Sesquicentenary Republic Independence celebrations. The main objectives are to relate these events to the political, economic and social context in which they occur and to think about their pedagogical potentialities. A teaching material was produced to be use by high school and elementary students. It explores the meanings of the festivities that were based on the praise of the figure of D. Pedro I and the Imperial past of Brazil in order to exalt nationalism and to create legitimacy for a dictatorial government.

Keywords: History Education, Sesquicentennial of Brazil's Independence, Ephemeris

(...) Apesar de você

Amanhã há de ser

Outro dia

Inda pago pra ver

O jardim florescer

Qual você não queria

Você vai se amargar

Vendo o dia raiar

Sem lhe pedir licença

E eu vou morrer de rir

Que esse dia há de vir

Antes do que você pensa (...)

(Trecho da letra de Apesar de Você. Chico Buarque de Holanda)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE SIGLAS	11
Introdução.....	12
Capítulo 1. A idealização da Ditadura Empresarial Militar nos festejos dos 150 anos da Independência.....	16
1.1 As comissões e o Sesquicentenário da Independência	19
1.2. IHGB e o Sesquicentenário	22
1.3 O Encontro Cívico Nacional	25
1.4 O Translado	32
1.5. O Museu Nacional no Sesquicentenário.....	36
1.6. O cortejo pelas capitais brasileiras	38
Capítulo 2. Ditadura Empresarial Militar e o Sesquicentenário de Independência.....	54
2.1 O Sesquicentenário da Independência do Brasil e os símbolos cívico nacionais.....	55
2.2. D. Pedro I, um herói da festa da Ditadura Empresarial Militar.....	58
2.3. A bola rola no Sesquicentenário.....	63
2.4. As Campanhas publicitárias do Sesquicentenário	68
Capítulo 3. Trabalhando com fontes históricas: O Sesquicentenário como tema para a sala de aula.	81
3.1. Orientações gerais.....	81
3.1.1. Orientações para os professores	81
3.1.2. Orientações para os alunos	86
3.2. Fontes e reflexões sobre o Sesquicentenário da Independência: uma proposta didática ..	88
Considerações Finais	124
Referências Bibliográficas.....	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Moeda de Um Cruzeiro	57
Figura 2.	Peça publicitária com Tiradentes e a	71
Figura 3.	Peça Publicitária As Armas da Independência	71
Figura 4.	Peça publicitária do Encontro Cívico Nacional	73
Figura 5.	Bolsas de Papel com Propaganda Casas Sendas	75
Figura 6.	Propaganda da Transporte Aéreo Portugueses	77
Figura 7.	Fonte 1: Símbolos Oficiais	87
Figura 8.	Fonte 11: Foto do Encontro Cívico Praça em Piracicaba. SP	95
Figura 9.	Fonte 19: Símbolo da Taça da Independência	100
Figura 10.	Fonte 20: Capa da Revista Manchete em Comemoração da vitória do Brasil na Taça da Independência em destaque o jogador de Futebol Gerson e o Presidente Geisel	101
Figura 11.	Fonte 24: Embarque dos despojos do Imperador no Funchal em Portugal	103
Figura 12.	Fonte 26: Foto da Comitiva presidencial brasileira na recepção dos Despojos de D. Pedro I	104
Figura 13.	Fonte 29: Foto da Comitiva presidencial brasileira na recepção dos Despojos de D. Pedro I	106

LISTA DE SIGLAS

ABERT- Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas

CBD - Confederação Brasileira de Desportos

CBF - Confederação Brasileira de Futebol

CEC - Comissão Executiva Central

CEEs - Comissões Executivas Estaduais

CFC - Conselho Federal de Cultura

CONCACAF - Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe.

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

FAB - Força Aérea Brasileira

FIFA - Federation International Football Association

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

OSPB - Organização Social e Política Brasileira

PIB - Produto Interno Bruto

PM - Polícia Militar

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC - Serviço Social do Comércio

Introdução

O ano de 2022 será um ano em que a política estará em destaque. Em primeiro lugar, será um ano de eleições na esfera estadual e federal, o que em geral, já traz uma série de alterações na vida cotidiana. Além disso, o Bicentenário da Independência certamente será lembrando, considerando o discurso nacionalista e saudosista que retornou ao cenário político brasileiro e teve sérios desdobramento na sociedade, afetando, inclusive o fazer dos professores. Na prática em sala de aula, nos últimos anos, percebe-se crescentes desconfortos quando o tema estudado se relaciona a assuntos que começaram a se tornar polêmicos, com destaque para as discussões em torno da Ditadura Militar brasileira. Um discurso conservador tomou de assalto as escolas, principalmente, durante as eleições de 2018, e muitos professores tiveram que repensar suas falas em sala de aula.

Pensando nesses dois acontecimentos, torna-se relevante refletir sobre as comemorações do Sesquicentenário da Independência, que ocorreram em 1972. Esse período, conhecido como “Anos de Chumbo”. por ter sido o período mais repressor da Ditadura Militar implantada no Brasil desde 1964, foi marcado pelo desenvolvimento econômico, que ficou conhecido como “Milagre Econômico”, com altas taxas de crescimento do PIB, impulsionadas pelo achatamento salarial e pelo endividamento econômico. Na educação, tivemos a promulgação da Lei n. 5692/1971, que teve como características a ampliação da participação da iniciativa privada, a implantação da obrigatoriedade do Ensino Técnico no 2º Grau, antigo Ensino Médio, e a fusão do ensino da Geografia e História em Ciências Sociais, sem falar da criação das disciplinas (OSPB) Organização Social e Política Brasileira) e Moral e Cívica, que trouxe grandes dificuldades na atuação dos professores, afinal, na maioria dos casos, eles não possuíam a formação específica para ministrar as matérias.

Em 1972, com 7 anos de idade participei dessas comemorações, como várias outras crianças de idades diversas, que foram levadas por suas escolas para o Museu da Quinta da Boa Vista para uma visita aos despojos do Primeiro Imperador do Brasil, sem entender claramente o que estava acontecendo e do que estava participando. No entanto, anos depois, como professora em sala de aula, ao abordar ao discutir o governo do Presidente autoritário do General Emílio Garrastazu Médici, comentava com meus alunos sobre minhas lembranças do aparato militar, o grande número de soldados envolvidos na exposição e a atmosfera nacionalista que cercava o evento.

Neste cenário, as celebrações dos 150 Anos da Independência ganharam características muito específicas, onde a propaganda nacionalista e ufanista teve grande influência ao usar o passado para apresentar um Brasil, que não viveria mais esperando um futuro. Para os organizadores das comemorações, o presente havia chegado. Assim, se coube no passado a D. Pedro I fazer a independência do Brasil de sua metrópole portuguesa em 1822, em 1972 caminhávamos para a independência econômica e política, libertando o país das mazelas brasileiras e das ideologias de esquerda.

Com essas características, esse tema mostra-se relevante para ser tratado no mestrado profissional de ensino de história, na medida em que possibilitaria a construção de um material em que os alunos fossem apresentados à fontes históricas selecionadas, bastante diversificadas e guardadas no Fundo Sesquicentenário criado em 1974, no Arquivo Nacional. A criação desse fundo teve como a intenção “preservar a memória das comemorações”, que ocorreram entre os meses de abril e setembro de 1972, o fundo foi criado para registrar e perpetuar as comemorações. Apesar desse esforço, com nossas pesquisas, foi possível verificar a baixa repercussão das comemorações na imprensa nos anos seguintes. Pudemos ainda constatar a ausência de trabalhos acadêmicos sobre o tema até o ano de 2009.¹

Conhecer melhor a preparação, objetivos e o cotidiano das celebrações do Sesquicentenário e a possibilidade de transformar as informações e fontes encontradas em material didático foi o objetivo fundamental dessa dissertação, a proposta realizada prevê ainda que os alunos entrem em contato com diversos tipos de fontes como jornais, legislações, fotos e charges, viabilizando a ampliação das possibilidades de construção de conhecimento em sala de aula. Ainda sobre o material didático, ele foi elaborado para ser trabalhado por módulos, o que oferece ao professor autonomia em relação ao seu uso.

No primeiro capítulo, discutiremos o papel da Comissão Executiva Central – CEC, nas comemorações do Sesquicentenário da Independência, na elaboração e execução dos festejos, discutimos a aproximação entre os componentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e da Ditadura Civil Militar, criando, possibilidades de ganhos simbólicos e reais para o órgão centenário, como também financeiros, que permitiram, inclusive a construção da nova sede do instituto. Outro ponto importante e tratado neste capítulo é a programação das festividades dos 150 anos da Independência, destacando a escolha da data de início das comemorações, e a disputa de

1 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2009

memória que envolveu a escolha que envolveu a escolha dos personagens históricos, e suas narrativas, que deveriam ser homenageados oficialmente durante a festividade

Para abordar a programação do Sesquicentenário, iniciamos com a análise do Encontro Cívico Nacional, evento que buscou “unir o Brasil, ou melhor, os brasileiros no dia 21 de abril, Dia de Tiradentes e numa mesma hora, 18:30, para ouvir o discurso, do então Presidente Militar, Gal. Emílio Garrastazu Médici e cantar a música mais importante do país”, o Hino Nacional. Para mobilizar a população, foram criadas uma propaganda intensa e uma programação de cunho popular, envolvendo partidas de futebol e shows com artistas conhecidos. Tais atos compreenderam uma tentativa de construção de uma memória sobre o 7 de setembro, dentro de uma historiografia tradicional e colonialista, voltada para o culto da personagem histórica e heroica idealizada usando o passado para construção de continuidades.

Ainda, no primeiro capítulo, pretendo discutir as tratativas que culminaram na exposição dos restos mortais de D. Pedro I, iniciadas através das negociações com o governo português para o traslado do corpo para o Brasil. E finalmente, a peregrinação dos despojos de D. Pedro I durante cinco meses, pelas principais capitais Brasileiras, com grande aparato militar iniciada com a visita pública dos despojos no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista durante três dias. A visita contou com a participação do Presidente português, do governador do Estado da Guanabara, entre outros políticos, descendentes da família imperial portuguesa e brasileira, além de grande número de brasileiros, muitos deles estudantes da rede pública e privada, que aguardavam para ver o esquife imperial, acompanhado da pompa militar.

No segundo capítulo serão discutidas as estratégias de uso dos símbolos nacionais nas comemorações, como também a criação de outros símbolos específicos. Outro ponto, foi a escolha por parte da Comissão Executiva Central do personagem histórico que deveria ser homenageado durante as festividades, tendo a escolha recaído principalmente entre Tiradentes e D. Pedro I, em detrimento a outros personagens que tiveram influência na Proclamação da Independência. Além do roteiro e as narrativas encontradas nos jornais, sobre o cortejo dos despojos do Imperador pelas principais capitais do país.

Nas comemorações, o futebol teve grande destaque. Foi planejado um campeonato que recebeu várias seleções de países da Europa, América do Sul, África e Ásia, e África e Ásia, e as competições foram realizadas em 14 estádios brasileiros, e tiveram como plano de fundo a disputa pela presidência da FIFA. Outro ponto tratado neste capítulo, é o papel que a propaganda estatal e privada teve nas comemorações.

O terceiro capítulo é formado pelo material didático, constituído por um caderno de atividades, que apresenta mais de cinquenta fontes de diferentes tipos, como: textos jornalísticos, legislações, fotos, charges e gráficos. Esses elementos foram reunidos buscando a construção de uma narrativa própria pelos alunos, sobre o Sesquicentenário da Independência. O material selecionado visa aproximar os alunos da pesquisa histórica e também de arquivos como o Arquivo Nacional e o Arquivo do Instituto Histórico e Artístico Nacional, que possuem um vasto material para pesquisa sobre o Sesquicentenário.

Capítulo 1. A idealização da Ditadura Empresarial Militar nos festejos dos 150 anos da Independência.

A utilização de datas comemorativas pelos professores em suas aulas, como forma de inserir ou fixar determinado conteúdo é um recurso pedagógico antigo e ainda facilmente encontrado na prática escolar. Boa parte das escolas integram essas datas aos seus projetos pedagógicos, algumas vezes numa abordagem interdisciplinar, dando uma roupagem nova às práticas tradicionais no uso das efemérides. Seja qual for a linha pedagógica adotada pela escola, é relativamente comum observarmos a inclusão dessas datas no currículo, o que demonstra a importância que as efemérides ainda possuem nos estudos históricos. Celebrar o Dia do Índio, a Proclamação da República, o Dia da Consciência Negra, o Dia do Trabalhador, ou o Descobrimento entre outras datas, é uma prática pedagógica bastante comuns nas escolas ainda hoje.

De acordo com Helenice Rodrigues (2002), as comemorações significariam as disputas da memória através de esquecimentos e das lembranças propositais, que priorizariam determinados eventos e personagens, em detrimento de outros.

A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo (políticos, ideológicos, éticos etc.). O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras (...) e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais (...) Ora, essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional (...) as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente.²

Para a autora, o ato de festejar a efeméride selecionada, permite eliminar os elementos divergentes, em favor daqueles que sustentam determinadas interpretações a respeito do passado coletivo e possibilitam legitimar situações atuais.³ Por outro lado, as festividades nacionais assinalam, mais do que mera lembrança desinteressada do passado,

2 SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” / Comemoração: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 22, nº 44, 2002, p. 432.

3 Ibidem, p.433.

mas sim, uma justificativa para o presente e a indicação do rumo que as novas gerações deveriam trilhar.

Em outras palavras, a comemoração tem por objetivo demonstrar, como já vimos, que o acontecimento “rememorado”, por seu valor simbólico, pode se reportar ao devir, as comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção ao futuro. Em outros termos, a comemoração das datas nacionais demonstra que os acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica.⁴

Desta maneira, as festividades nacionais passam a ser parte da disputa política, pois asseguram o controle do poder simbólico, visando a perpetuar ou, ao menos, prolongar a situação de poder vigente. Para Eric Hobsbawm⁵, as festividades cívicas e comemorações de centenários apareceram na metade final do século XIX. Por volta de 1870, as sociedades ocidentais transformaram alguns acontecimentos em efemérides, ou seja, em fatos históricos passíveis de comemoração.⁶ A partir deste momento, houve uma construção de tradições, objetivando “assegurar a subordinação, a obediência e a lealdade” das camadas populares que aspiravam à participação eleitoral.⁷No entanto, é importante ressaltar que as tradições, devem possuir respaldo social⁸.

Segundo Fernando Catroga, as comemorações cívicas surgem a partir da Revolução Francesa, e buscavam a atualização constante do passado, de modo a associar tais festividades com o momento em vigor.⁹ Ao mesmo tempo, as comemorações pretendiam forjar identidades, integrando os indivíduos ao todo social.¹⁰

Ao longo da história política brasileira, a construção de uma identidade nacional não foi um processo pacífico. Assim, por exemplo, Lúcia Lippi de Oliveira abordou a disputa em torno do imaginário coletivo, travada durante os anos iniciais da Primeira República brasileira, momento de grande turbulência política, quando se digladiavam defensores da monarquia e adeptos da República.¹¹

4 SILVA, Helenice Rodrigues da. “**Rememoração**” / **Comemoração: as utilizações sociais da memória**. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 22, nº 44, 2002, p. 432.

5 HOBBSAWM, Eric Jonh. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

6 Ibidem, p.29.

7 Ibidem, p.154.

8 HOBBSAWM, Eric Jonh.; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 272.

9 CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis. **História da história em Portugal: da historiografia à memória histórica (séculos XIX-XX)**. Sociedade Industrial Gráfica, 1998, p. 225, 312.

10 Ibidem, p.223.

11 OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **As festas que a República manda guardar**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 4

Considerando o momento político, uma das principais preocupações dos intelectuais republicanos eram quais efemérides e personagens deveriam receber o culto da sociedade brasileira, e quais não seriam merecedores da recordação coletiva. Neste sentido, era necessário, portanto, a participação dos historiadores (e de outros profissionais, como educadores e jornalistas, por exemplo) que escreviam sobre o passado nacional e organizaram as festividades, “definindo os heróis que não merecem ser esquecidos”,¹² a partir de elementos conjunturais, que a partir deles se condenavam ou absolviam os fatos.

Como vimos, podemos afirmar que a construção do 7 de Setembro como efeméride passou pela desconfiança de parte dos intelectuais republicanos, que faziam severas críticas ao processo de Independência do Brasil. A separação de Portugal, só teria piorado a situação do Brasil, prolongando a dominação da antiga metrópole¹³ retardando a adoção da forma republicana, expressa já nos meados do século XVII, com a as rebeliões regenciais.

(...) houve uma oposição entre monarquistas e republicanos durante o período compreendido entre 1890 e 1930. Alguns intelectuais favoráveis à ordem republicana estigmatizaram a Família Real e seu governo, chegando ao ponto de valorizar a convulsão social de abril de 1831 que culminou na abdicação de d. Pedro I, identificando o passado como antinatural, autoritário e demasiadamente concentrado na pessoa do imperador e da corte. Por outro lado, importantes pensadores afeitos à monarquia enfatizaram, em sua análise do passado monárquico, os seguintes elementos: a harmonia interna, a manutenção da integridade territorial e a presença do Brasil nas relações internacionais, ao mesmo tempo em que acusavam a república de não possuir respaldo popular e de ter-se iniciado com uma simples quartelada (típica das repúblicas) afirmavam. Esses dois grupos – republicanos e monarquistas – construíram suas memórias específicas e lutaram por torná-las mais estáveis, a memória nacional, por outro lado, procura superar as versões e construir símbolos, sínteses que unifiquem, apaguem as diferenças e diluam as lembranças distintas.¹⁴

12 OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **As festas que a República manda guardar**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 4

13 SILVA, Helenice Rodrigues da., op.cit. p.181.

14 Ibidem. p.184.

Sem dúvida, a efeméride de 7 de Setembro possuía todos elementos para se transformar em símbolo da unidade nacional, capaz de extrapolar as fronteiras do movimento republicano e agregar as hostes monarquistas, desde que ressignificado, isto é, adaptado ao regime republicano.¹⁵ A data foi comemorada pela primeira vez em 1922, durante a Primeira República e nas comemorações, incluiu o retorno dos restos mortais da família Imperial, a Exposição Internacional e a reforma urbanística que incluiu o desmonte do Morro do Castelo no Centro do Rio de Janeiro. Em 1922, as comemorações do Centenário da Independência deveriam despertar o sentimento de unidade, por sua vez, o Sesquicentenário da Independência apesar de muito distinto em sua organização, também buscou despertar o sentimento de unidade nacional nos brasileiros.

1.1 As comissões e o Sesquicentenário da Independência

Uma das primeiras iniciativas do governo militar, no sentido de programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência, foi a criação da Comissão Executiva Nacional, através do decreto nº 69.344, de 8 de outubro de 1971, sua presidência foi ocupada pelo Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid e composta pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica: Almirante de Esquadra Adalberto de Barros Nunes, General de Exército Orlando Geisel e Tenente-Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe; pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Alves Barbosa; Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho; pelos Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República: Dr. João Leitão de Abreu e General João Baptista Figueiredo, respectivamente; pelos presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Pedro Calmon; da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Adonias Aguiar Filho; do Conselho Federal de Cultura (CFC) Artur César Ferreira Reis; da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT), João Jorge Saad e da Associação Brasileira de Rádio e TV, Eugênio Afonso da Silva.

No entanto, no mês de janeiro de 1972, outra comissão foi criada, a Comissão Executiva Central (CEC) com objetivo de planejar e executar as Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, através do decreto 69.922/72. Na

15 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. Op. cit., 2009, p.36.

composição da CEC, observamos, uma característica comum em governos autoritários, a escolha do presidente como dos demais membros, pelo Presidente da República, que também escolheu para os dois principais cargos, de Presidente e o de Secretário, dois colegas de farda: o General Antônio Jorge Correa e o Coronel Luiz José Torres Marques, para isso, era fundamental o planejamento do que viria a ser as comemorações.

Em sua organização a CEC contava com Subcomissões Especiais, que deveriam assegurar a “natureza variada” das festividades e deveriam cobrir todos os campos de interesse nacional (...). Então, foram criadas as Subcomissões de Assuntos Culturais, Assuntos Históricos, Assuntos Diplomáticos, Assuntos Desenvolvimentistas, de Assuntos Desportivos, de Assuntos Cívicos, Festejos Populares, Propaganda e Publicidade).¹⁶

Algumas dessas Subcomissões adquiriram maior visibilidade, a Subcomissão de Assuntos Desportivos, que contava como responsável o presidente da Confederação Brasileira de Desportos, João Havelange foi uma delas. Também mereceu destaque, a Subcomissão de Assuntos Diplomáticos, responsável por gerir, principalmente, as questões relativas à transferência dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil, bem como a participação de Portugal nas comemorações. Outra Subcomissão que teve um papel importante, foi a de Assuntos Desenvolvimentistas, que teve como função mostrar o grau de desenvolvimento e progresso brasileiro, assumindo grande importância, ao criar um vínculo entre os acontecimentos de 1822 e o momento político que sucedeu 1964.

Mostrar o quadro de desenvolvimento das potencialidades econômicas do Brasil era um dos objetivos centrais das comemorações do Sesquicentenário, as quais deveriam possuir “o adequado esplendor, à semelhança das festas memoráveis do Centenário, mas orientadas e dimensionadas no quadro palpitante das realidades brasileiras e que demonstrassem, pelo índice de seu desenvolvimento, a convergência patriótica das energias do nosso povo no efetivo progresso da Nação.”¹⁷

Como seria de se esperar a Subcomissão Especial que cumpriu o papel de maior destaque foi mesmo a Subcomissão de Assuntos Culturais, que contava com o prestígio de seus titulares como, Pedro Calmon e Artur César Ferreira dos Reis, o primeiro

16 MÉDICI, Ernesto Garrastazú. Decreto 69.922 de 13 de janeiro de 1972. Senado Federal, 1972. Disponível em:< https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-69922-1972_30087.html> .Acesso em: 14 mai. 2019.

17 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de., op.cit., p.132

presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o segundo do Conselho Federal de Cultura, que já compunham a Comissão Nacional e se mantiveram na CEC, e que se empenharam através de suas instituições, ambas marcadas, em suas ações e pensamentos por um profundo senso de civismo, comprometidas com determinada visão de História, Pátria e Nação.

A organização das comemorações também admitiu a criação de Comissões Executivas Estaduais (CEEs), que foram criadas para dar apoio à CEC na execução de uma programação local, responsáveis pela organização das comemorações do Sesquicentenário nos estados, promovendo uma série de comemorações locais, que chegaram a extrapolar as comemorações do 7 de Setembro. Um bom exemplo, aconteceu no Rio Grande do Sul, onde as festividades incluíram nas comemorações, a Semana Farroupilha, que ocorreu de 7 a 20 de setembro.

Para Janaína Cordeiro (2012)¹⁸, o objetivo da comemoração seria criar um clima de união entre os brasileiros, despertando o sentimento nacionalista. A autora, também chama atenção para um ponto interessante, para o Gal. Emílio Garrastazu Médici, as festividades deveriam ter um caráter formal e austero, conforme o Decreto de criação da Comissão Nacional. Em discurso no IHGB, Médici fez a seguinte afirmação comparando duas comemorações:

Trocando o efêmero de uma Exposição Internacional como a realizada em 1922, pelo definitivo de uma construção universitária, pretendemos dar às comemorações projetadas o cunho da austeridade consentânea com as premissas da educação e da cultura nacional.¹⁹

Apesar da posição do chefe do Governo Militar, as comemorações começaram, inclusive antes da data programada, o dia 21 de abril de 1972. O Dia do Fico comemorado em 9 de janeiro, recebeu destaque no calendário das comemorações do Sesquicentenário. Ao menos, duas entidades distintas participaram ativamente dos festejos da data, o Conselho Federal de Cultura (CFC) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)²⁰. Desta forma, tudo leva a crer, que os festejos do Sesquicentenário da Independência brasileira buscaram reencenar os acontecimentos ocorridos um século e

18 CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. 2012. p. 87

19 MÉDICI, Emílio Garrastazu. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.288, jul.-set. 1970 p.319.

20 JORNAL do Brasil, (GB), 13 jan. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 61. 197

meio antes, reivindicando, de modo explícito, os elementos continuadores do “Grito do Ipiranga”.

Para Janaina Cordeiro, a CEC foi o espaço do consenso em relação à Ditadura²¹, que através das instituições que a compunham, e que pensavam a festa e seu discurso, contribuíram para o processo de estetização do regime. A CEC também foi a responsável pela associação da Independência conquistada em 1822, com o processo de modernização de 1972, como uma constante durante as comemorações. Era, na verdade, o pressuposto básico que estruturou o ato de comemorar em 1972. Desta forma, as comemorações do aniversário da Independência inserem-se na esfera do ritual político, construídos em atenção às demandas que emergiam na sociedade brasileira de 1972.

1.2. IHGB e o Sesquicentenário

Segundo Adjovanes Thadeu (2009), o IHGB teria se aproximado dos militares logo que estes assumiram o poder, em abril de 1964, como comprovam os títulos de presidente de honra da agremiação carioca atribuídos tanto a Humberto de Alencar Castelo Branco quanto para Artur da Costa e Silva. Durante cerimônias marcadas pela hierarquia e nítido apoio ao regime militar. Em 25 de agosto de 1967, o presidente interino do Instituto durante a posse do marechal Costa e Silva, afirmava:

(...) nós do Instituto hoje vamos dormir sossegados, vivíamos alarmados com o que aqui se passa e as palavras de Vossa Excelência foram tão generosas, tão cheias de promessas, que estamos todos com os corações batendo e com profunda satisfação. E não satisfação apenas em dizer as palavras que foram por nós ouvidas, Vossa Excelência ainda *nos deu a honra de ver assim este decreto, aqui no Instituto, nesse dia*²².

A tranquilidade assinalada por Rodrigo Octávio Filho devia-se ao apoio financeiro prometido pelo presidente da República e, em especial, ao reconhecimento da utilidade pública do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por parte da União, estabelecido pelo decreto nº. 61.251, de 30 de agosto de 1967 e assinado pelo governo do general Costa e Silva e por Luís Antônio da Gama e Silva, ministro da Justiça.²³

21 CORDEIRO, Janaina Martins. Op.cit., p. 88

22 INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 344, pasta 6, documento 4.

23 O INSTITUTO Histórico recebe o estatuto de órgão de utilidade pública, em nível estadual, pela Lei nº 1068, de 14 de setembro de 1966, sancionada por Francisco Negrão de Lima – à época, governador da Guanabara.

Outro exemplo significativo dessa aproximação foi a resposta dada ao telegrama enviado pelo presidente do IHGB sobre a tramitação de um processo referente aos subsídios para o funcionamento do Instituto, deixando clara, a importância dos órgãos estatais para a manutenção do IHGB, como também a permanência das relações pessoais, como elemento básico para a aceitação de novos sócios:

Não faltarei ao Instituto, com meu espírito nem com meu sentimento. Conquanto não me tenha sido dado ensejo, para pertencer ao seu quadro de sócios, conforme iniciativa apenas ensaiada por alguns dos seus titulares, o Instituto estará sempre perto da minha devoção, não só pelo apreço que dedico ao seu presidente como no culto que devo à memória do meu pai e do meu tio, ambos inscritos nos anais de sua faina. Cultivando os vínculos dessa filiação, estarei sempre à devoção da Casa.²⁴

Tudo indica que a aproximação do IHGB com o general no governo Emílio Garrastazú Médici tornou possível a construção da nova sede. Em sessão especial realizada em 3 de junho de 1970, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entregou ao general Médici sua presidência de honra, efetivando a decisão da Assembleia Geral de 29 de abril de 1970.²⁵ A cerimônia, ocorrida no Salão de Conferências, contou com a presença de grande número de sócios. Em seu discurso de posse como presidente de Honra do IHGB, Médici afirmou:

A ninguém é lícito ignorar a importância da contribuição da História para o desenvolvimento nacional, como instrumento de ação, para elucidação de temas e definição de alternativas e perspectivas, assim como no encontro de métodos de análise dos acontecimentos (...) ninguém governa sem História e sem historiadores.²⁶

Segundo Adjovanes Thadeu (2009), a declaração de Médici indicaria que para o governo, a história se constituiria em elemento instrumental cujo conhecimento auxiliaria na execução do “desenvolvimento nacional”, reiterando a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em particular na comemoração do Sesquicentenário da

24 LYRA, João Filho, Carta Manuscrita ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, sobre a subvenção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 360, pasta 28, carta manuscrita ao presidente

25 INSTITUTO Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 675, pasta 55.

26 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, out.-dez. de 1970, p. 261-262.

Independência, cujos festejos adquiririam, com isso, “um cunho de austeridade, consentânea com as premências da educação e da cultura nacional”.²⁷

Como se pode notar, coube em parte, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro coordenar as comemorações do Sesquicentenário. Em contrapartida, as obras para a construção do novo edifício-sede do IHGB aceleraram-se, processo que foi acompanhado de perto pelo governo Médici, que recebia relatórios pormenorizados do desenvolvimento da edificação.

O edifício do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência de honra de Vossa Excelência, será, sem dúvida, o monumento que no Rio de Janeiro perpetuará o 150º aniversário da Independência do Brasil. Para tanto, também sob os patrióticos auspícios de Vossa Excelência, a Caixa Econômica Federal concedeu o empréstimo que se tornava indispensável para o recomeço das obras. Dada a urgência e tendo em consideração o estimulante interesse de Vossa Excelência pelas iniciativas que visam à comemoração condigna do Sesquicentenário, é com prazer que levo ao conhecimento de Vossa Excelência que as referidas obras prosseguem em ritmo acelerado, estando em execução no presente momento a estrutura do 5º aos 8º pavimentos.²⁸

A inauguração da nova sede, ocorrida a 5 de setembro de 1972, contou com a participação do presidente Médici, do governador do estado da Guanabara, Chagas Freitas, do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales, do Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, do Embaixador de Portugal, Antônio Manoel Fragoso, do Presidente da Comissão Executiva Central para as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil – CEC, General Antônio Jorge Correia, do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Pedro Calmon, dos sócios dessa instituição e dos participantes do I Congresso de História da Independência do Brasil – que receberam o Presidente à entrada do novo prédio.²⁹

A placa comemorativa da inauguração, afixada no hall de entrada da nova sede, homenageava o Presidente Médici: O Presidente da República, General Garrastazu Médici, inaugurou o edifício em 5 de setembro de 1972, propiciando sede definitiva ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838 sob os auspícios de S.M. o

27 REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: IHGB, out.-dez. de 1970. P. 263.

28 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de, op.cit., 184.

29 INAUGURADA a Casa da Memória Nacional. **O Globo** (GB), o Instituto Histórico, 6 de set. 1972, p. 10.

Imperador D. Pedro II e consagrado um labor ininterrupto ao serviço, às tradições e à glória da pátria – Sesquicentenário da Independência do Brasil.³⁰ A inauguração do prédio do IHGB durante as comemorações oficiais do Sesquicentenário da Independência brasileira, buscou de certo modo, uma forma de assegurar a perenidade não só dos festejos, mas da ideia de Brasil, que se imortalizaria através das novas instalações, por muito tempo desejada pelos seus dirigentes e somente conquistada com a proximidade com o Governo Militar.

1.3 O Encontro Cívico Nacional

Quando o seu país tem uma razão muito forte para fazer uma festa, quem deve ser considerado convidado?

Vai ser no dia 21 de abril, às 18:30. Um dia cheio de significado para esta massa, por que marca o começo de toda uma luta pela nossa Independência. Portanto, uma boa data para ser festejada, alegremente.

E este anúncio é um convite para você comparecer.

Assim como você pode convidar todos os brasileiros que você conhece. Nessa festa todos nós vamos cantar juntos a música de maior sucesso neste país.

O nosso Hino.

Pense na vibração que vai ser você e 90 milhões de brasileiros cantando juntos,

À mesma hora, em todos os pontos do país.

Um país com 150 anos de Independência merece isso.

Encontro Cívico Nacional.³¹

A abertura dos festejos em comemoração ao Sesquicentenário da Independência ocorreu em 21 de abril de 1972, data em que se celebra a Inconfidência Mineira, tentativa de libertar o Brasil do jugo da coroa portuguesa ocorrida em 1789 e que teve como seu principal mártir o alferes conhecido por Tiradentes, um dos principais personagens do panteão nacional dos heróis.

O nome de Tiradentes fez parte da lista da CEC para ser o homenageado do Sesquicentenário, mas tudo indica que ter um inconfidente como homenageado não

30 DIÁRIO de S. Paulo (S. Paulo, SP), 6 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 73.

31 JORNAL do Brasil (GB), 13 abr.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76. O mesmo anúncio foi publicado, entre outros, nos seguintes jornais: Correio da Manhã (GB), 14 abr.1972; O Povo (Fortaleza, CE), 14 abr. 1972; Jornal dos Sports (GB), 20abr.1972; Gazeta de Alagoas (Maceió, AL), 21abr.1972; O Fluminense (Niterói, RJ), 21 de abril de 1972; O Globo (GB), 21 de abril de 1972; Jornal do Brasil (GB), 21 de abril de 1972, Revista Manchete, 29 de abril de 1972.

agradou a todos os integrantes da Comissão³², inclusive com a associação simbólica entre alguns grupos guerrilheiros à figura de Tiradentes, como inconfidente. No cenário de 1972, homenagear um militar que se sublevou contra a ordem estabelecida, certamente se tornaria polêmico, abrindo a possibilidade de associações com militares que estavam na luta armada contra o governo. Por outro lado, a sugestão teria agradado a alguns setores da CEC que viam, no alferes, valores associados ao militarismo que gostariam de ver representados durante o Sesquicentenário da Independência, e tal sentimento pode ter levado à inclusão da data nas festividades.

O Encontro Cívico Nacional consistia em uma celebração cívica, que deveria ocorrer em todo o Brasil e no mesmo horário. A proposta da CEC era de reunir o país em estádios esportivos, praças ou mesmo em casa para ouvirem a mensagem do Presidente e o hasteamento da bandeira nacional.

Para os organizadores, o Encontro Cívico Nacional seria o marco inicial das festividades oficiais. O evento ocorreria, simultaneamente, em todo o país, objetivando mobilizar a sociedade brasileira “para numa mesma hora, em praças públicas, escolas, hospitais e até penitenciária, ouvir a saudação e chamamento do Presidente Médici, feita diretamente de Brasília e cultuar a Bandeira entoando o Hino Nacional.”³³ Novamente, aconteceria um momento unificador de todo o país: para além de quaisquer diferenças, esperava-se que a sociedade brasileira se unisse ao redor da lembrança dos “feitos heroicos” de D. Pedro I.

A ideia era iniciar as comemorações com o chamado “Encontro Cívico Nacional”, evento que deveria acontecer em todas as cidades do país e que consistia, de acordo com o presidente da CEC, Antônio Jorge Correia, em acontecimento,

inédito no mundo, com a mobilização da população de todo o país para, numa mesma hora, em praças públicas, escolas, hospitais e até penitenciárias ouvir a saudação e chamamento do presidente Médici (...) e cultuar a bandeira entoando o Hino Nacional.³⁴

32 CALMON, Pedro. Citou vida e glórias de Tiradentes. O Fluminense (Niterói, RJ), 8 abr.1972, Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 59

33 BRASILEIROS cantarão na mesma hora o Hino Nacional. Jornal de Piracicaba (Piracicaba, SP), 4 mar. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 51 A.

34 JORNAL não identificado. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência, 1972.

Para Adjovanes Thadeu³⁵, o Encontro Cívico Nacional deveria ser um momento de união, de comunhão cívica ao redor dos governantes, irmanados em uma corrente positiva para combater quaisquer elementos dissonantes. Nas palavras do desembargador Romeu Rodrigues Silva, presidente da Comissão Estadual encarregada dos festejos:

É indiscutivelmente um audacioso desafio convocar a Nação para se ver, como totalidade orgânica, à luz de um intenso enfoque evocativo e sentimental, numa hora em que uma orgulhosa ótica científica, sociológica, cultural e principalmente ideológica, pretende analisar, com certo desdém e até com simulado desconhecimento daquela perspectiva, a vida das comunidades políticas através de ângulos pretensiosamente objetivos. Mas nunca, em nenhuma época, se apelou tanto e tão fortemente para essa poderosa fonte de energia coletiva que é a visão sentimental da comunidade. A lógica do coração, antes de qualquer outra lógica.³⁶

Algumas peças publicitárias destinavam-se a divulgar eventos realizados no próprio estado em que ele aconteceria. Assim, a atividade do Encontro Cívico Nacional ocorrida em Porto Alegre também recebeu propaganda específica. Um anúncio mostrava o detalhe dos rostos dos atores Dina Sfat, Paulo Gracindo, Glória Menezes e Tarcísio Meira e, ainda, do jogador de futebol Pelé³⁷, com a seguinte mensagem:

Junte – se a nós no dia 21 de abril. Vai ser uma festa. Vai ser uma festa muito bonita. Será no dia 21 de abril, às 18:30. Todo o povo brasileiro está convidado para esta festa. Nesse dia, todos nós vamos cantar, juntos, o nosso Hino. Um país que comemora 150 anos de Independência tem muitos motivos para fazer uma festa com toda essa beleza: uma reunião espiritual e física de todos os brasileiros, num mesmo momento e no âmbito das suas comunidades. E é exatamente isso que o Brasil vai assistir às 18:30 do dia 21 de abril. O dia do Encontro Cívico Nacional. Participe desse encontro. Nunca, jamais se viu festa assim.³⁸

Na Guanabara as propagandas do governo convidavam as famílias para participarem da festa cívico esportiva que ocorreria no Maracanã.

Vai haver festa do Brasil dia 21 no Maracanã. Apareça com seu filho na mão. A festa começa às 15:30. 90 milhões de brasileiros estarão participando também dela, à mesma hora, em todas as cidades do país. É o dia que marca o início das comemorações do Sesquicentenário da nossa

35 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de op.cit. p.196.

36 ADESÃO é geral ao programa de festejos do Sesquicentenário. O Fluminense (Niterói, RJ), 21 mar. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 80.

37 CORREIO do Povo (Porto Alegre, RS), 12 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76 C.

38 Ibidem

Independência. E no Rio, a Guanabara em peso estará no Maracanã. Cantando com o resto do Brasil nossa música de maior sucesso: o Hino Nacional. Como a festa é no Maracanã não podiam faltar as emoções de um joguinho. E vai haver um sensacional Torneio de Futebol Dente-de-Leite, com 2 clássicos: Flamengo x Vasco, Fluminense x Botafogo. Mais uma razão para seu filho não deixar de ir. Nem você. A entrada é franca.³⁹

A comemoração do Sesquicentenário iniciaria no dia 21 de abril de 1972, com o discurso do presidente Médici que ocorreria às 18:30. Antes da fala presidencial, dependendo do estado, a programação do Encontro Cívico Nacional contava com agenda própria. Assim, por exemplo, na Guanabara aconteceriam partidas de futebol: a primeira começaria às 15:30 e a segunda 17:00; em São Paulo, haveria um jogo válido pela Taça Libertadores da América.

Estas partidas funcionaram como atrativos para o Encontro Cívico Nacional e deveriam terminar antes das 18:00, quando o presidente Médici iniciaria as comemorações oficiais. Em cada local, as autoridades regionais programaram eventos específicos, capazes de atrair o público até o discurso presidencial.

Como programado, as cerimônias iniciaram com a execução dos Hinos Nacionais e da Independência, seguidos da Marcha do Sesquicentenário e a benção do Cardel D. Eugênio Sales à bandeira nacional. Em seguida, o presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, em seu discurso conclamou a população a participar dos festejos nos mais diferentes locais do país e ao mesmo tempo.

A preocupação com a adesão da população aos eventos programados pela CEC esteve presente desde o princípio de sua organização. Tendo em vista o momento político pelo qual o país passava em 1972 com altos índices de crescimento econômico, alardeados pelo governo em um momento de restrição às liberdades de expressão intensificava-se a necessidade de coesão.

Às 18:30, os alto-falantes do estádio anunciaram a transmissão da Agência Nacional em que o presidente Médici falaria à Nação. A mensagem teve três minutos de duração e, durante esse período o silêncio foi absoluto em todo o Estádio. Era como se todos estivessem vendo a figura do presidente, magnetizados pela sua mensagem. Inúmeras pessoas, bem como todos os elementos das Forças Armadas, ouviram a mensagem em pé. Ao término do discurso o público explodiu numa estrondosa ovação, enquanto o governo Natel caminhava para iniciar o hasteamento do Pavilhão Nacional. A banda Sinfônica da Polícia Militar, tocando

39 A NOTÍCIA (Campos, RJ), 20 abr.1972; Jornal dos Sports (GB), 20 abr.1972; Jornal do Brasil (GB), 20 abr.1972; O Globo (GB), 20 abr.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76.

então o Hino Nacional Brasileiro, que foi cantado a uma só voz pelo público e autoridades, enquanto o governador hasteava a Bandeira. Faltando ainda alguns versos para o término do Hino, o público explodiu em nova ovação que durou quase 30 segundos, numa majestosa demonstração de civismo e amor patriótico. Terminado o Hino as autoridades se retiraram do gramado.⁴⁰

Foi a grande participação das escolas das redes públicas e privadas nas comemorações. Na abertura das comemorações, durante o Encontro Cívico, estima-se que participaram cerca de 50 mil alunos.

Cinquenta mil crianças cantaram ontem o Hino Nacional, durante o encontro cívico no Maracanã. Cinquenta mil crianças aplaudiram quando os microfones terminaram a transmissão da mensagem do Presidente Médici, abrindo os festejos do Sesquicentenário da Independência quando 800 pombos foram soltos, para simbolizar a liberdade. E gritaram “Brasil” enquanto o governador Chagas Freitas hasteava a Bandeira. As bandas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros participaram das comemorações, executando os hinos da Independência do Sesquicentenário.⁴¹

Ainda, com base nos estudos de Adjovanes Thadeu, (2009), a presença de escolares nas atividades programadas para o Sesquicentenário parece ter sido uma estratégia da CEC para assegurar que as atividades programadas tivessem um número representativo de participantes compulsórios, o que poderia dar, pelos números divulgados, uma dimensão grandiosa para os eventos. A participação de crianças e de jovens também contribuiu para aumentar os adeptos, pela presença de familiares que acompanhavam os mais novos, e esses números foram bastante utilizados pelos jornais, reforçando o que seria a grandiosidade dos eventos programados.

Para O Encontro Cívico no Maracanã foram cedidas cerca de 30 mil cadeiras cativas que “deveriam ser ocupadas por colegiais, dando à festa um sentido cívico da participação da criança nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil⁴²”. Ademais, a Federação Carioca também sugeriu a entrada gratuita do público nas arquibancadas e gerais e, se possível, “distribuindo para todas as bandeiras brasileiras de

40 DIA cívico nacional, povo em festa no Morumbi. Folha da Tarde (S. Paulo, SP), 22 abr.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 51.

41 MARACANÃ, 50 mil cantam o Hino. O Estado de S. Paulo (S. Paulo, SP), 22 abr.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 51 A.

42 ARQUIVO Nacional, Fundo Sesquicentenário, Ofício, Pasta 3

pano ou papel, para serem agitadas nas ocasiões em que o sentimento patriótico fosse despertado.”⁴³

As cadeiras especiais e as tribunas seriam ocupadas apenas por convidados. O texto ainda estimava a possibilidade de um público de 150 mil pessoas, desde que o governo estadual utilizasse “os veículos publicitários” de que dispunha, lotando o Maracanã, em função não só da celebração da data cívica e o patriotismo, mas também devido à “atração exercida sobre o público pelos clubes que participarão da festividade.”⁴⁴. Não podemos deixar de lembrar que após as comemorações cívicas seria dado início à Taça da Independência.

Mais uma vez, responsabilizava-se o regime militar pela “afirmação de uma nacionalidade” que modificava a própria realidade vigente, concretizando os ideais de D. Pedro I emanados no “Grito do Ipiranga”. O regime militar teria desenvolvido o Brasil mais rapidamente do que qualquer outro regime, desde a Independência.⁴⁵ De modo bastante direto, associou o regime militar ao Sesquicentenário, afirmando que ambos impediram o Brasil de ficar sob dominação externa.

Para o primeiro episódio de nossa história, a Independência concorreu para o “Grito do Ipiranga” em que jovem imperador Pedro I nos libertou do jugo das Cortes Portuguesas. O segundo acontecimento, o golpe de 1964, iniciado com a revolta das Mulheres Brasileiras, teve a decisiva participação das Forças Armadas e de toda a Nação.

Neste sentido, o golpe de 1964 pode ser vislumbrado como um segundo “Grito do Ipiranga”, uma vez que teria preservado a Independência nacional diante da ação de “maus brasileiros”.

Os militares assumiriam, então, a função tutelar que D. Pedro I exercera em 1822, livrando o Brasil dos inimigos externos e internos, afinal de contas, as tropas portuguesas tiveram de ser expulsas à época da Independência. Em artigo de semelhante teor, um jornal acusava os governantes pré-1964 de falsearem a comemoração das datas cívicas, pois se associavam à Cuba e à URSS, identificadas como inimigas da sociedade brasileira, com o intuito de alienar a nossa soberania. Nos últimos oito anos, no entanto, os ideais

43 QUATRO mil crianças comemoram o Sesquicentenário. O Fluminense (Niterói, RJ), 29 jun. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 61 A.

44 MÉDICI saúda nos despojos de Pedro I audácia portuguesa Jornal do Brasil, 23 e 24 abr.1972, capa (foi um único exemplar para os 2 dias).

45 INDEPENDÊNCIA – 150 anos. A Imprensa Palestina (São Paulo, SP), 10 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 65 A.

do presente se reencontravam com as melhores e mais autênticas tradições históricas da gente brasileira.

É num clima de autenticidade, agora, que podemos render nosso preito de louvor aos grandes vultos históricos e às datas mais significativas de nossa vida nacional, como povo livre e soberano. (...) Por isso, neste ano de 1972, podemos comemorar com plena autenticidade o Sesquicentenário de nossa Independência. Não se trata de uma data vazia. Trata-se de uma luta que ainda hoje se processa engajando toda a Nação brasileira: dia a dia, sob o signo dos ideais democráticos cultuados por nossa gente, batalhamos para conservar o Brasil livre e independente, todos nós, desde o mais humilde lavrador ou operário até o Presidente da República. (...) Sem a compreensão entre governantes e governados, sem a fidelidade de todos aos valores patrióticos, sem o clima que atualmente existe no Brasil, não poderíamos estar comemorando com plena autenticidade, como estamos, as efemérides magnas de nossa História.⁴⁶

A ordem do dia do ministro da Marinha, divulgada em homenagem ao Sesquicentenário da Independência, também nos parece bastante emblemática da associação entre o regime militar e os 150 anos da emancipação política do país.⁴⁷ De acordo com o ministro, entre o governo do príncipe regente e o atual governo do Brasil existem laços comuns e vigorosos de um patriotismo raciocinado e sincero. Alicerçados no amor e no respeito à nossa gente e à nossa terra (...), o exemplo e a glória são a permanente moldura do passado. Mas o fruto do trabalho e da inteligência pertence ao presente e ao futuro. Eis porque a marinha luta e trabalha por manter-se à altura de um governo admirável, cuja inspiração repousa nos grandes exemplos do passado, e que luta, denodadamente, pela manutenção da independência e da soberania de um Brasil poderoso, trabalho para a grandeza, para o progresso e para a paz.⁴⁸

Ou seja, o governo Médici poderia orgulhar-se, de cultuar os mesmos ideais que teriam norteado o “Grito do Ipiranga”: a busca do progresso, o fortalecimento do país e o patriotismo.

O país teria vivido um “momento de simbolismo mágico e unificador da simultaneidade: todos juntos, no mesmo momento, agindo como um só

46 AMAR a Pátria. O Estado do Paraná (Curitiba, PR), 23 de abril de 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 81 E.

47 FESTA da Revolução. Jornal da Tarde (S. Paulo, SP), 28 mar.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 81 A; Gazeta Mercantil (S. Paulo, SP), 2 ago. 1972,

48 DOM PEDRO fica para sempre na cripta do Ipiranga. A Tribuna de Santos (Santos, SP), 7 set.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 54.

corpo, com um único sentimento, envolvidos pelo patriotismo” e unidos em torno da comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira, assinalando o que Fernando Catroga denomina de “momentos síntonos⁴⁹.”

Esses momentos, ainda segundo o autor eram iniciados através de marcações acústicas possibilitadoras de imobilizações coletivas e de guarda de minutos de silêncio, à hora marcada, suspendendo-se o tempo profano mediante a criação de cadeias de solidariedades imaginárias.” “São instantes de comunhão que a comunidade se sente coparticipante de uma totalidade unificada”.⁵⁰ Os jornais tiveram um papel fundamental para a divulgação das comemorações. Para Anderson⁵¹, “a própria concepção do jornal supõe a refração dos ‘fatos do mundo’ num certo mundo imaginado de leitores do vernáculo, e quão importante para essa comunidade imaginada é a ideia de uma simultaneidade sólida e constante ao longo do tempo”.

1.4 O Translado

O desejo de receber os restos mortais de D. Pedro I vinha de longa data, e outras tentativas já haviam ocorrido, mas foram frustradas. As primeiras negociações para trazê-los ocorreram em 1908, quando a República brasileira já estava consolidada e o governo pronto para estreitar relações com a antiga metrópole. Na primeira tentativa, os despojos viriam com o rei de Portugal, D. Carlos, que programava uma visita ao Brasil, mas o rei foi assassinado antes da viagem, impedindo o retorno dos despojos de D. Pedro I. O projeto foi, então, retomado em 1922, para o centenário da Independência, o que só ocorreu 50 anos depois. A saída dos restos mortais de D. Pedro de Portugal, não teve nem de longe a repercussão de sua chegada ao Brasil. A cerimônia de despedida no rio Tejo foi presenciada por apenas 50 pessoas, dentre as quais o embaixador do Brasil em Lisboa, Luís Antônio da Gama e Silva, e membros da família real portuguesa.⁵² Apesar de toda pompa e respeito, a população que se despediu de seu Rei, manteve o ar sombrio que acompanhou a viagem. Para o translado, foi utilizado o Transatlântico Funchal, tendo a viagem durado 12 dias.

49 CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo: (EUA, França e Portugal)**. Fortaleza. Edições Nudoc : Museu do Ceará, 2005.

50 Ibidem, p.61.

51 Ibidem, p.104.

52 SAÍDA foi triste, mas a Chegada muito Alegre. Jornal do Brasil. (GB), 23 e 24 abr.1972.

Ao todo, somando passageiros e tripulação, jornalistas e a burocracia lusitana, havia 400 passageiros no navio, incluindo o próprio presidente português Américo Thomaz, que tinha a missão simbólica de entregar os restos mortais ao presidente do Brasil.⁵³ O Funchal que realizava viagens entre Lisboa – Madeira – Açores, passou por uma transformação para essa viagem. O cinema perdeu suas características, sendo transformado em uma Câmara Ardente, local onde foi velado o corpo do antigo rei português. O esquife foi construído em madeira escura, nobre e quase impermeável (conhecida popularmente pelo nome de pau santo), e coberto com veludo e cetim verde-escuro, as cores da família de Bragança, com detalhes e franjas em ouro.

Se por um lado o governo português abriu mão dos despojos de D. Pedro, o cuidado com a decoração da câmara ardente e do próprio esquife, ricamente ornados com os símbolos da nobreza portuguesa não deixa dúvidas quanto à importância do morto para o governo português. D. Pedro voltava para o Brasil, mas como um rei de Portugal. A disposição do governo português em ceder parte dos restos mortais de seu antigo governante, D. Pedro IV, pode estar relacionada à doação do coração do rei, por testamento, à cidade do Porto, e, portanto, uma parte muito simbólica permaneceria em solo português. Assim, se o corpo pertenceria ao Brasil, seu coração permaneceria em solo português, fazendo jus aos dois momentos marcantes da trajetória de D. Pedro I ou IV, como líder dos dois países.

Essa afirmação pode ser verificada no discurso de Emílio Garrastazu Médici em agradecimento ao Presidente da República portuguesa, o almirante Américo Deus Rodriguez Thomaz, pelo retorno ao solo brasileiro do Defensor Perpétuo do Brasil.

O Cerco do Porto e o Grito do Ipiranga — os dois maiores momentos de sua grande vida — marcaram o seu destino histórico. Acompanhado, nessas jornadas inesquecíveis, por homens de Portugal e homens do Brasil, não lhe faltou, nesses dias decisivos, a aliança dos heróis das duas pátrias, a devoção de homens que, servindo fielmente ao Brasil e a Portugal, em largos períodos de sua história, exprimem com eloquência, o seu modo irmanado e solidário de estar no mundo.⁵⁴

Sobre o retorno dos despojos do Imperador para o Brasil, os jornais portugueses, noticiavam o evento de outra maneira. No dia 10 de abril de 1972, o periódico *O Século*, de Lisboa, anunciava em letras garrafais “D. Pedro regressa ao Brasil sem sair da mesma

53 FORÇA tarefa que vai a Portugal buscar restos de D. Pedro I parte amanhã. **Jornal do Brasil** (GB), 17 mar. de 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 52 A. 2

54 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. Op.cit. p.186

Pátria”.⁵⁵ Essa manchete, talvez fosse uma tentativa de fortalecer a vocação ultramarina, que, naquele momento, passava por fortes contestações, sobretudo a partir dos anos 1960, quando tiveram início os movimentos de guerrilha pela libertação nacional nas colônias africanas. Portugal vivia uma ditadura desde 1911⁵⁶, mas no ano de 1972, o governo estava desgastado com grandes agitações sociais e problemas econômicos gerados pelos conflitos com as colônias portuguesas na África e na Ásia, que buscavam a sua autodeterminação e o fortalecimento de suas identidades culturais.

De acordo com Fernando Catroga, para além das intenções de reforçar a “comunidade luso-brasileira, a participação de Portugal nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil deve ser compreendida tendo em vista o momento de contestação pelo qual, dentro das próprias colônias, passava o império português”⁵⁷ pretendia demonstrar que a negação do reconhecimento do direito à independência das colônias em luta não era uma questão de princípio, mas de fato, pois insinuava-se que aquelas, afinal, ainda não reuniam as condições necessárias para serem novas ‘brasis’ em África.

A chegada do navio Funchal ao Brasil correu na simbólica data de 22 de abril de 1972. A recepção contou com voo de aviões de caça, uma flotilha de barcos portugueses e brasileiros e um número entre 5 mil e 12 mil pessoas aguardou a chegada do esquife e da comitiva que o acompanhava.

Esperava-se uma festa, mas nunca como a que houve. Lá da água após trinta e quatro (sic) dias de ausência o que se viu deu para vibrar (...) desde sexta-feira que se navegava com a terra no visual, mas era longe. Assim mesmo as tripulações estavam agitadas e todo mundo se debruçava do lado direito do navio (...) todos ficavam de olho comprido e se esqueceram de olhar o Funchal, que durante a travessia, por ser luminoso e lindo, era o alvo de todos. A agitação cresceu quando o gigante adormecido, cuja cabeça é a Pedra da Gávea e os pés são o Pão de Açúcar, se definiu no horizonte.⁵⁸

A chegada dos despojos imperiais ao Estado da Guanabara foi assistida por uma comissão especial formada por personalidades do Brasil e de Portugal incumbida de acompanhar a urna mortuária “desde o seu desembarque no ancoradouro especialmente

55 MINAS Gerais Comandou a Escolta que recebeu comitiva portuguesa. **Jornal do Brasil** (GB), 23 e 24 abr.1972. p.03

56 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de op.cit., p.117

57 CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto editora, 2001.

58 MINAS Gerais Comandou a Escolta que recebeu comitiva portuguesa. op.cit., p.03

construído na enseada de Botafogo até o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial e daí até a Quinta da Boa Vista.”⁵⁹

O cortejo fúnebre teria a seguinte formação: à frente, os “Dragões da Independência” levariam as bandeiras históricas de Brasil e de Portugal, seguidos por cadetes das Forças Armadas que levariam as insígnias imperiais; a seguir, uma viatura fúnebre escoltada por uma parte dos supracitados “Dragões” e pelo “Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado” e, por fim, veículos oficiais levando, separadamente, os membros da referida comissão especial.⁶⁰ As autoridades prepararam o cenário para que a chegada dos despojos de D. Pedro I fosse um evento grandioso. Assim, os organizadores planejaram que o presidente português almirante Américo Thomaz atravessaria a avenida Rio Branco em um carro aberto, acenando para as pessoas que ali agitavam bandeirinhas de Brasil e Portugal.⁶¹

Ao mesmo tempo, a Federação das Associações Luso-Brasileiras convidava seus associados a comparecessem à Avenida Rio Branco para saudar os presidentes Médici e Américo Thomaz.⁶² De fato, grande número de pessoas saudou os governantes, que, no entanto, passaram em carros fechados pelas principais vias da cidade do Rio de Janeiro.⁶³ A reportagem informava que a Federação possuía 160 associações, as quais agregavam cerca de 400 mil pessoas.⁶⁴ As reportagens não indicam o quantitativo de pessoas que assistiram ao deslocamento dos presidentes de Portugal e do Brasil. Assim, por exemplo, o *Jornal do Brasil* informa que “imediatamente após as honras de estilo, os dois presidentes dirigiram-se para o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, passando pela Avenida Rio Branco, onde foram aplaudidos por grande número de pessoas.”⁶⁵

No que se refere ao evento de recebimento do esquife com os restos mortais de D. Pedro I, ocorrido no Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, as pessoas aglomeravam-se em suas proximidades desde o início da manhã. Quando a cerimônia de recebimento da urna mortuária terminou, havia uma plateia estimada em 12 mil pessoas.

59 CORREA, Antônio Jorge. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 42, Ofício nº 502 A – CEC, datado de 20 abr.1972.

60 Ibidem.

61 PORTUGUESES saem às ruas para saudar Presidente. **Jornal do Brasil** (GB), 22 abr.197, p. 19.

62 Rio está pronto para receber despojos de Pedro I. **Jornal do Brasil** (GB), 21 de abr.1972, p. 16.

63 MÉDICI recebe restos mortais de D. Pedro I. **Jornal do Brasil** (GB), 23 e 24 abr.1972, p. 3.

64 Portugueses saem às ruas para saudar Presidente. Op.cit.,

65 As reportagens não indicam o quantitativo de pessoas que assistiram ao deslocamento dos presidentes de Portugal e do Brasil. Assim, por exemplo, o *Jornal do Brasil* informa que “imediatamente após as honras de estilo, os 2 presidentes dirigiram-se para o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, passando pela avenida Rio Branco, onde foram aplaudidos por grande número de pessoas.”

Durante as comemorações, o governo brasileiro normatizou a igualdade jurídica entre portugueses e brasileiros, marcando um importante aspecto dessa política de aproximação.⁶⁶ Não faltaram reportagens que procurassem mostrar a presença desta “dupla cidadania” ao longo da história brasileira, onde D. Pedro I aparecia como exemplo máximo: ele “foi o primeiro cidadão luso-brasileiro precursor da dupla cidadania, através do ‘Estatuto de Igualdade’.”⁶⁷

1.5. O Museu Nacional no Sesquicentenário

Dentro do roteiro previamente elaborado pela Comissão, a exposição dos restos mortais de D. Pedro I no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista merece destaque. Em primeiro lugar é importante lembrar que o Museu foi o Palácio Imperial em que a família Real morou no Brasil, e que por poucos anos foi habitado por D. Pedro I.

O Palácio da Quinta da Boa Vista foi a moradia da família imperial brasileira após a sua chegada ao Brasil em 1808. A ocupação da região hoje conhecida como o bairro de São Cristóvão teve seu início com uma fazenda pertencente aos jesuítas. Após a expulsão destes em 1759, seu terreno foi dividido e vendido a particulares e ocupado pela família imperial até a Proclamação da República em 1889. O prédio do Palácio, claramente identificado com o período monárquico, passou por diferentes funções, até 1946, ano em que o acervo da Casa dos Pássaros, museu criado por D. João VI, até então localizado no Campo de Santana, foi transferido para o antigo Palácio, dando origem ao Museu Nacional. Essa medida, que fez do Palácio da Quinta da Boa Vista um museu de ciências, tomada durante o governo de Getúlio Vargas, teria contribuído, em parte, para o apagamento da história do Palácio.

Segundo o site o Museu Nacional, pouco se sabe dos usos que foram dados às salas durante este período. Alguns poucos espaços detinham funções específicas, como o Salão dos Diplomatas, ambiente que precedia a Sala do Trono, local com simbologia variada, mas sempre com foco no fortalecimento do estado-nação, com destaque especial à sua decoração. Em sua dissertação, Dantas (2007), apresenta como o Paço Imperial da Quinta da Boa Vista seria setorizado, dividido principalmente entre espaços de uso

66 PRESIDENTE regulamenta a igualdade. **Jornal do Brasil** (GB), 19 abr.1972, Pasta 81 B..Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 81 C.

67 NACIONALIDADE. **Tribuna do Ceará** (Fortaleza, CE), 15 jul.1972, Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 65 A. O autor afirma que D Pedro I era “português em Portugal, era brasileiro no Brasil.”

público e privado. Entre os espaços de maior simbolismo de poder do Império, havia a Sala do Trono e do Corpo Diplomático, denominadas pela direção do Museu no período pós-monárquico de “Salas Históricas”. Foram nestes espaços que, em 1972, os despojos de D. Pedro I ficaram em exposição pública.

Nos estudos que abordam as Comemorações do Sesquicentenário da Independência, a exposição da urna mortuária de D. Pedro I, no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista é apresentada como uma parte integrante do roteiro de visita dos despojos pelo país. No entanto, acredito que iniciar o cortejo fúnebre de D. Pedro I pelo Museu Nacional da Quinta da Boa Vista teria sido mais uma estratégia da Comissão Executiva Central, visando intensificar o vínculo entre o presente, representado pela ditadura civil-militar e seu bom desempenho na economia, e o passado Imperial, através dos restos mortais de D. Pedro.

A urna com os despojos de D. Pedro I chegou ao Museu Nacional por volta das 13 horas, com aparato militar já citado. Os despojos foram transportados em tanque militar, que partiu do Monumento aos Pracinhas da Segunda Guerra Mundial, passando no trajeto pelo centro da cidade do Rio de Janeiro, até chegar ao Museu. Na chegada, a porta, se encontrava os descendentes da família imperial, o governador do estado, entre outras autoridades. Um incidente teria ocorrido durante a transposição da urna mortuária do veículo militar para o interior do Museu Nacional, quando alguns estudantes vaiaram os representantes da família real que ajudavam no transporte. O jornal Diário de Notícias, em sua reportagem, informou que, na retirada do esquife, houve “certa gritaria”, mas não identificado o que motivou a confusão.

Em seguida, no Salão dos Diplomatas, local da exposição da urna com os despojos, ocorreu uma cerimônia cívica que teve continuidade no lado de fora do Palácio, onde “13 mil estudantes cantaram os hinos do Brasil e Portugal (...) enquanto soldados das 3 forças armadas, em seus uniformes de gala ou de patrulha, mantinham a ordem e ajudavam os professores a formar na posição correta, os representantes escolares”.

Um ponto para destaque, foi o papel dos Dragões da Independência, Companhia Militar, que tem sua origem ligada à Independência do Brasil e que participou das comemorações acompanhando o cortejo junto ao tanque militar que transportou a urna mortuária, como também esteve presente no Salão dos Diplomatas compondo uma cena coberta de simbolismo da exposição da urna mortuária do Imperador, que 2 dias depois começaria sua excursão pelas principais capitais brasileiras.

1.6. O cortejo pelas capitais brasileiras

Dando prosseguimento às Comemorações do Sesquicentenário da Independência, e respeitando a programação da Comissão Executiva Central, o cortejo com os restos mortais de D. Pedro iniciou pelas capitais brasileiras levando consigo as bandeirinhas e a exaltação do presente através da recriação da imagem do nosso primeiro imperador.

A atuação da CEC foi fundamental nas festividades. Além de programar as atividades, também era de sua responsabilidade a execução de atividades como o traslado dos restos mortais de D. Pedro I pelo Brasil, através da sua atuação na entrega e no recebimento do esquife pelos estados. Para isso, foi criada uma série de instruções que abrangiam diversos assuntos e tinham por finalidade normatizar a excursão dos restos mortais.⁶⁸ A questão logística no traslado dos restos mortais, recebeu normatização e foi regulamentada por um documento intitulado “Transporte e deslocamento”⁶⁹. Esse documento determinava o cerimonial do recebimento dos despojos, informando procedimentos, horários, e a forma de entrega e recebimento dos despojos, inclusive dando detalhes do modelo de avião a ser utilizado, o C-115, conhecido como o “Búfalo” da Força Aérea Brasileira (FAB), o qual deveria decolar exatamente no horário preestabelecido.

Assim, para evitar atrasos, o regulamento orientava que os despojos deveriam chegar ao aeroporto no mínimo 50 minutos antes do horário de partida do avião. Além disso, também esclarecia que o avião oficial transportaria somente, o representante da CEC e a comitiva, com no máximo cinco integrantes do governador ou seu representante que entregaria o esquife ao estado ou território seguinte.

O regulamento também normatizou o transporte terrestre, do esquife do aeroporto para o local do recebimento e entrega que deveria ocorrer sempre em veículo oficial, o qual levaria, além dos despojos, somente o motorista e o representante da organização nacional do evento.⁷⁰ Havia uma expressa proibição quanto a deslocamentos indevidos. As cinzas não deveriam sair do “local de recebimento” para outro lugar diferente do aeroporto de partida. Para o recebimento dos despojos, a Comissão Executiva Regional designaria oito pessoas, para, no aeroporto, removerem e colocarem o caixão no veículo oficial.

68 INSTRUÇÕES. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53.

69 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. Op.cit., p. 304.

70 Local de recebimento era o lugar onde a urna mortuária seria exposta ao público, após ser recebida pelo governador. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 52.

Sob o título “Atribuições”, o documento estabelecia as responsabilidades dos atores envolvidos no transporte dos despojos. A tripulação do avião deveria transportar o caixão com os restos mortais, seguindo rigorosamente as datas e horários pré-determinados. A comitiva do governador entregou oficialmente os restos mortais no local designado, e o representante da organização nacional deveria representar o general Antônio Jorge Corrêa e recolher a documentação produzida pelas comissões estaduais referentes à visita dos restos mortais e “apresentar um relatório sucinto por via telegráfica sobre a visita, no dia da chegada no outro estado ou território, até 72 horas após seu retorno à sede da CEC.”⁷¹

Além disso, a normativa proibia que os oficiais da ativa viajassem em roupas civis nos aviões da FAB, além de fixar as diretrizes para hospedagem, alimentação e transporte para a tripulação e os passageiros da aeronave. “Acompanhado dos despojos viajam, também, os bustos de bronze de D. Pedro I que serão doados pela comissão CEC aos governadores dos Estados e Territórios.”⁷² A CEC também normatizou a atuação dos governadores dos estados na chegada dos despojos, informando que, em todas as ocasiões, haveria uma comissão designada pelo governador para aguardar a chegada dos despojos, que seriam recebidos oficialmente pelo governador em ato público, na presença de inúmeras autoridades. Neste momento, os dois governadores, o que entregou os despojos e quem o recebeu, discursariam para a plateia e, imediatamente após, o Hino da Independência seria cantado por um coral e por todas as pessoas presentes ao evento.⁷³

Em ato contínuo, a urna com os despojos seria colocada em um local aberto à visitação pública, sob guarda permanente. As regiões, do estado que no passado estiveram envolvidos no processo de emancipação política poderiam pleitear seu revezamento na “guarda de honra” dos despojos.⁷⁴ Por fim, mas não menos importante, o documento informa que deveria ocorrer “intensa campanha de divulgação das homenagens que serão prestadas aos restos mortais de D. Pedro I”,⁷⁵ além da máxima participação possível dos estudantes nas homenagens. Esses dois itens já foram abordados neste estudo, dado a sua relevância para a estratégia elaborada pela CEC para as comemorações.

71 INSTRUÇÕES. Op.cit.,

72 Ibidem

73 Ibidem

74 O documento afirma que tais municípios poderiam obter a visita dos despojos, mas tal situação não ocorreu.

75 INSTRUÇÕES. Op., cit.

Não foram em todos os estados, como foi verificado, as comemorações ocorreram como planejadas, mas, ainda assim, as instruções da CEC foram seguidas em praticamente todos os deslocamentos dos despojos de D. Pedro I. A excursão pelo território nacional produziu uma teatralização da própria sociedade brasileira da época, cujo protagonismo se encontra com os dirigentes, as autoridades estatais e no aparato militar. Neste sentido, a ideia de ritual, tal como caracterizada por Maurício Parada, pode ser aplicada neste estudo: o ritual é altamente estruturado, padronizado em sequências e está relacionado a certos lugares e tempos que são eles mesmos, carregados com um especial significado simbólico. A ação ritual é repetitiva e redundante (...). O ritual está relacionado a atividades cujo efeito social depende de mecanismos que evoquem emoção não direta, mas indiretamente por um complexo sistema de sublimação.⁷⁶ O cenário estava pronto, a plateia tomando seu lugar, depois de grande divulgação pela imprensa e convites compulsórios feitos aos escolares que ganharam suas bandeirinhas e chapéus de soldados de papel em verde e amarelo para assistir a um grande espetáculo, tendo como atores principais os restos mortais do Imperador e a ditadura militar, ambos em excursão pelo Brasil, com texto e marcações definidas.

Após a chegada à Guanabara e a exposição no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, o esquife contendo os restos mortais de D. Pedro I iniciou seu cortejo pelas capitais brasileiras, com o seguinte roteiro⁷⁷: Rio de Janeiro (22 de abril), Porto Alegre (25 de abril), Florianópolis (29 de abril), Curitiba (01 de maio), Niterói (04 de maio), Vitória (06 de maio), Aracaju (08 de maio), Maceió (10 de maio), Recife (11 de maio), Fernando de Noronha (17 de maio), Salvador (18 de maio), João Pessoa (05 de junho), Natal (07 de junho), Fortaleza (9 de junho), Teresina (11 de junho), Belém (13 de junho), Macapá (19 de junho), Boa Vista (21 de junho), Manaus (23 de junho), Rio Branco (27 de junho), Porto Velho (29 de junho), Cuiabá (31 de junho) Goiânia (02 de julho), Brasília (04 de julho), Belo Horizonte (08 de julho), Rio de Janeiro (16 de julho) Pindamonhangaba (05 de setembro) e São Paulo (06 de setembro).

Seguindo o roteiro programado pela CEC, o esquife com os restos mortais de D. Pedro I foi recebido por estudantes, que cantaram o Hino Nacional. A recepção também contou com a participação da escolta da FAB e com honras de Chefe de Estado, com direito a tapete vermelho na pista do aeroporto Salgado Filho.

76 PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a Nação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, p. 55,56.

77 Para tratar do roteiro do cortejo fúnebre pelas capitais foi utilizado o estudo de Almeida sobre o Sesquicentenário da Independência.

O trajeto entre o aeroporto e o Palácio Piratini, sede do governo gaúcho e local de exposição foi realizado numa carruagem do período monárquico pertencente à Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. Neste trajeto, o cortejo foi escoltado por mais de 100 carros oficiais, além de policiais a cavalo, e foi visto por “centenas de milhares de pessoas” ao longo do trajeto.⁷⁸ Sem dúvida, a ordem da CEC quanto à participação de todos os estudantes, com o envolvimento de toda a rede escolar de Porto Alegre foi seguida. As escolas situadas em um raio de até dois quilômetros do percurso feito pelo cortejo receberam instruções para “postar-se ao longo do trajeto com os alunos uniformizados e acompanhados das professoras e portando bandeirinhas.”⁷⁹, a fim de ouvirem o discurso do governador.

As informações sobre a passagem do cortejo nos Estados do Sul parecem ter sido menos divulgadas pela imprensa, não permitindo maiores detalhes. No entanto, sabemos que o esquife esteve em Florianópolis por dois dias e em Curitiba por três dias. Na capital do Estado do Rio de Janeiro, a urna permaneceu exposta à visitação pública na catedral de São João Batista. Cerca de 50 mil pessoas acompanharam o cortejo fúnebre, que causou grande congestionamento no trânsito de Niterói. A visita “foi marcada por um clima de festa na rua e irritação no trânsito: os motoristas tiveram que enfrentar um engarrafamento total no centro da cidade, que parou todos os veículos.”⁸⁰

Após alguns dias, e sob o aceno de estudantes que brandiam bandeiras de Brasil e Portugal, o esquife seguiu, por terra, à base aeronaval de São Pedro da Aldeia. Ao longo do caminho, o cortejo fúnebre, que foi escoltado por uma esquadrilha de helicópteros da base aeronaval e foi recebido por uma equipe de marinheiros postada nas duas margens da rodovia, formada desde a entrada da base militar. Em seguida, o esquife desembarcou no aeroporto das Goiabeiras em Vitória, sendo recebidos por grande número de pessoas⁸¹, políticos, trabalhadores, estudantes, empresários, e pela comitiva liderada pelo vice-governador, composta por secretários estaduais e diversas autoridades. A urna mortuária ficou exposta no Palácio Anchieta. Originalmente, ela permaneceria em exposição na Catedral Metropolitana, mas tal não ocorreu, pois, de acordo com o arcebispo, milhares

78 ARQUIVO Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53

79 Ibidem

80 CINQUENTA mil pararam para ver a passagem de D. Pedro I. O Fluminense (Niterói, RJ), 5 de maio de 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 A.

81 DESPOJOS de D. Pedro I em exposição por três dias. A Tribuna (Vitória, ES), 4 de maio de 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 A.

de pessoas que visitariam os restos mortais “prejudicariam seus atos litúrgicos, o que exigiria fatalmente a interrupção de toda a programação da igreja.”⁸²

De lá, a urna seguiu para Aracajú onde, após o desembarque no aeroporto Santa Maria, permaneceu por dois dias na cidade. Em Maceió, os restos mortais permaneceram em exposição por apenas 22 horas, no Palácio Marechal Floriano Peixoto, sede do governo, após haverem desembarcado no aeroporto dos Palmares. A urna mortuária foi recebida com honras militares e transportada por um tanque do exército. Durante o percurso até o local de exposição, cerca de “5 mil estudantes perfilados nas calçadas agitavam bandeiras do Brasil e de Portugal. Aproximadamente 20 mil pessoas assistiram à cerimônia de recebimento oficial das cinzas de D. Pedro I⁸³.”

Em Recife, a urna mortuária foi recebida na Base aérea de cidade com honras de chefe de Estado pela comitiva formada por diversas autoridades. Ruas ornamentadas repletas de estudantes uniformizados; Praça da República totalmente ocupada, aplausos, canto de Hinos Nacionais; discursos; flores, salva de tiros⁸⁴. Estas e outras homenagens fizeram parte da recepção solene com que o governo de Pernambuco e sua população receberam na manhã de ontem os despojos do Imperador D. Pedro I do Brasil e D. Pedro IV de Portugal, num entrosamento entre as comunidades lusa e brasileira.⁸⁵

Durante o percurso entre a base aérea de Recife e a Praça da República, o esquife, coberto com uma bandeira do Brasil, seguiu sobre um veículo bélico, escoltado por motociclistas militares e seguido por um cortejo de automóveis oficiais, que transportavam as autoridades.⁸⁶ O trajeto estava decorado com bandeirolas de Brasil e Portugal e, próximo da Praça da República, passou a ser escoltado também por cavaleiros.⁸⁷ Os restos mortais foram saudados por militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, pela maçonaria e por estudantes. A “Cruzada Democrática” feminina

82 DESPOJOS de D. Pedro I em exposição por três dias. A Tribuna (Vitória, ES), 4 de maio de 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 A.

83 PEDRO I chega a Alagoas. Jornal do Brasil (GB), 11 maio 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 A

84 POVO e autoridades receberam os restos mortais do primeiro imperador do Brasil. Diário da Manhã (Recife, PE), 12 mai. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 A.

85 Ibidem

86 COMISSÃO solicita que os restos mortais de D. Pedro venham primeiro ao Recife. Diário Oficial do Estado de Pernambuco (Recife, PE), de 8 fev. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 A. Houve uma certa disputa por onde começaria a peregrinação dos restos mortais de D. Pedro I. A comissão pernambucana do sesquicentenário solicitou que Pernambuco fosse o ponto de partida da urna funerária no Brasil (e não a Guanabara), em função “das nossas prerrogativas históricas para com a emancipação nacional.”

87 ARQUIVO Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta53 A.

depositou uma coroa de flores junto ao esquife e realizou-se um espetáculo da Orquestra Sinfônica do Recife.⁸⁸ Fez-se também, uma breve passagem por Fernando de Noronha.

Em Salvador, o avião chegou ao Aeroporto Dois de Julho, onde foi recebido com honras de chefe de Estado pelas principais autoridades estaduais. O expediente nas repartições públicas foi encerrado mais cedo, para que os servidores pudessem assistir ao cortejo. As aulas foram suspensas nas escolas públicas e as instituições privadas de ensino foram pressionadas a participar da solenidade. Quando da passagem do féretro, haveria badalar de sinos, da prefeitura e das igrejas do Terreiro e da Conceição da Praia.⁸⁹

A peregrinação enfrentou algumas dificuldades, como o fato de alguns municípios do interior da Bahia, como Cachoeiro, Santo Amaro da Purificação e Ilhéus, entre outros, pleitearem a visita dos restos mortais de D. Pedro I. Apesar da pressão, inclusive do governo baiano e da maçonaria estadual, o esquife permaneceu em Salvador. A CEC em sua escala baiana, também enfrentou dificuldades em relação à visitação aos despojos, que foram expostos na Catedral Metropolitana, mas ficaram alojados a maior parte do tempo em um altar lateral. “Quando a urna chegou à capital Baiana, foi estabelecido que ficaria na nave central da Catedral mas seria removida por ocasião das cerimônias de casamento e das festividades do final do Mês de Maria e do Corpus Christi.”⁹⁰

Neste local, o esquife não se destacava, sendo visitado por pouco mais de mil pessoas por dia, em sua maioria, estudantes e turistas. “Os restos mortais de D. Pedro I deixarão Salvador na manhã de hoje, encerrando uma visita de 45 dias durante os quais estiveram esquecidos em um altar secundário da Catedral Basílica. (...) O malogro da visita dos restos mortais de D. Pedro I à capital baiana, começou no dia da chegada, 20 de maio. Estava previsto que desembarcariam às 14:00 (...) Mas o avião atrasou muito e apenas um número reduzido de pessoas viu o desembarque (...) A visita de D. Pedro I a Salvador passou quase despercebida. O povo não foi esclarecido nem motivado para ir à Catedral Basílica, onde a urna ficou em local inadequado. Nos primeiros dias, quando ficou em frente ao altar-mor, a curiosidade foi grande (...) Depois que foi mudada para o altar lateral, foi praticamente ignorada. Quem entrava na Catedral e via guardas perto do esquife, pensava tratar-se do velório de algum militar importante ⁹¹”.

88 MARINHA homenageia D. Pedro. *Jornal do Brasil* (GB), 14 mai. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 61 A.

89 ARQUIVO Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 B.

90 URNA é Pouco Vista na Igreja. *O Estado de S. Paulo* (S. Paulo, SP), 24 mai.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53B

91 DOM PEDRO Deixa Salvador, onde já estava esquecido. *O Estado de S. Paulo* (S. Paulo, SP), 5 jul. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 B.

Na cidade de João Pessoa, foi decretado ponto facultativo nas repartições públicas, no turno da manhã, horário da chegada do esquife. Igualmente, as demais atividades econômicas funcionariam apenas durante o turno da tarde. Havia a expectativa de a cidade de João Pessoa vivenciar “um ambiente saturado de patriotismo e hospitalidade.”⁹² O desembarque do esquife no aeroporto Castro Pinto reuniu cerca de duas mil pessoas e os restos mortais seguiram num veículo blindado, acompanhado por aproximadamente 200 automóveis e escoltado por batedores da Polícia Rodoviária Federal. O cortejo foi visto por grande número de pessoas, que o aplaudiam e agitavam bandeirolas brasileiras e portuguesas.⁹³

Também foi decretado ponto facultativo quando os restos mortais chegaram em Natal. Repartições públicas, enquanto bancos, comércio e indústrias funcionaram somente até às 11 horas “para dar oportunidade aos operários e ao povo em geral de participarem da recepção aos despojos de D. Pedro.”⁹⁴ Em cadeia estadual de rádio, o governador potiguar convidou a população a participar dos festejos, além de solicitar “às repartições públicas e aos moradores das ruas compreendidas pelo itinerário do cortejo, para que ostentem nas fachadas dos prédios e residências bandeiras nacionais, flores e quaisquer símbolos alusivos ao momento cívico que Natal viverá hoje, ao receber os despojos do nosso primeiro Imperador ⁹⁵”.

Na chegada dos restos mortais ao local de exposição, o Palácio Potengi, sede do governo do Rio Grande do Norte, as bandas militares executaram os Hinos Nacional e da Independência. Cerca de oito mil pessoas visitaram os despojos de D. Pedro I. O périplo dos despojos mortais de D. Pedro teve, como próxima escala, a cidade de Fortaleza, onde eles foram recebidos no aeroporto Pinto Martins por “intensa participação popular (...) Extensas filas se formavam nas escadas do Instituto Histórico e todas as pessoas mostravam entusiasmo para ver a urna, com os despojos. No auditório, olhavam admiradas e as pessoas mais velhas beijavam a urna.”⁹⁶ Ao longo dos dois dias em que

92 DESPOJOS Passam à Guarda dos Paraibanos. O Estado de S. Paulo, (S. Paulo, SP) 6 jul.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 B.

93 Ibidem

94 DESPOJOS de D. Pedro chegam amanhã a Natal. Tribuna do Norte (Natal, RN), 6 de julho de 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 B.

95 GOVERNO convoca povo para receber D. Pedro. Diário de Natal (Natal, RN), 7 jul. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 B. 828

96 PEDRO chegou e fica até amanhã. O Povo (Fortaleza, CE), 10 jul.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 B.

permaneceu na capital cearense, exposta na sede do Instituto Histórico do Ceará, a urna com os restos mortais de D. Pedro I foi visitada por milhares de pessoas.⁹⁷

Prefeitos de 130 municípios maranhenses trouxeram delegações para recepcionar o caixão com as cinzas de D. Pedro I, que desembarcou no aeroporto de Tirirical. Repartições públicas, indústrias e comércio permaneceram fechados, ao mesmo tempo que a capital do Maranhão foi decorada para receber os restos mortais do primeiro imperador. No trajeto até a Catedral Metropolitana, local de exposição, o veículo com o esquife foi acompanhado por aproximadamente mil veículos, enquanto “os membros da maçonaria, com espadas desembainhadas e formando duas alas, prestaras as primeiras homenagens do povo de São Luís a D. Pedro I.”⁹⁸ Cerca de cinco mil pessoas visitaram os restos mortais do primeiro imperador nos três dias em que estes permaneceram em São Luís.

Em Belém, os restos mortais foram recebidos no aeroporto pelos membros da comissão estadual encarregada das festividades no Pará. As poucas pessoas presentes no aeroporto saudaram o esquife, que foi transportado em uma carruagem do período monárquico com pessoas usando trajes de época. “Na frente, batedores da polícia militar, em carros de Rádio Patrulha. Logo em seguida, a cavalaria da PM, em traje de gala, e a escolta governamental acompanhando a carreta. Atrás, o carro com as autoridades.”⁹⁹ Segundo o Jornal A Província do Pará, durante o percurso, a população aplaudiu o cortejo, estudantes agitavam bandeiras brasileiras e portuguesas. Com flores: a mais bonita homenagem ao cortejo com os restos mortais de D. Pedro foi prestada pelos alunos e professores do Colégio Nazaré¹⁰⁰

Com flores: a mais bonita homenagem ao cortejo com os restos mortais de D. Pedro I foi prestada pelos alunos e professores do Colégio Nazaré. poucos minutos antes da carreta passar, eles armaram uma enorme cruz no leito do asfalto da avenida, totalmente feita com flores e [?]. ao pé da cruz, os dizeres: diga ao povo que fico. No centro, entre os dois braços, com a ajuda de diversos tipos de flores, estava armada uma linda coroa tendo embaixo os dizeres: ‘Dom Pedro I, 1798-1834 e 1822-1972’. a carreta com a urna passou por cima da cruz de flores.¹⁰¹

97 PEDRO chegou e fica até amanhã. O Povo (Fortaleza, CE), 10 jul.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 B.

98 TODO o Interior maranhense foi recepciona D. Pedro. Estado de S. Paulo, (S. Paulo, SP), 14 jul. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 B

99 PARA nossas homenagens aqui está o Imperador. A Província do Pará (Belém, PA), 16 jul.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 C.

100 Ibidem

101 Ibidem

Poucas pessoas assistiram à chegada da urna mortuária ao local de exposição, o Palácio Lauro Sodré, sede do governo estadual, e isto teriam ocorrido devido ao “atraso de mais de três horas” e ao fato de ser “mês de férias, e grande parte da população estar nos balneários.” A exposição foi visitada por mais de cinco mil pessoas, em sua maior parte estudantes, e os despojos receberam homenagem da seção paraense da União dos Escoteiros do Brasil: “Os escoteiros executaram a saudação fúnebre com bastão parado e um minuto de silêncio ao chegar. Na saída, a saudação fúnebre com o bastão, em marcha.”¹⁰²

Em Manaus, a urna mortuária foi exposta na Catedral Metropolitana, recebendo homenagens, entre outros, de escoteiros e da Universidade Federal do Amazonas, enquanto muitas pessoas ocupavam a igreja “em atitude de oração.”¹⁰³ A peregrinação dos despojos na capital amazonense foi concluída com a execução de uma missa solene. A urna mortuária seguiu de avião, então, para Rio Branco, que permaneceu “praticamente paralisada na hora da chegada dos restos mortais do Imperador”¹⁰⁴, com o recesso do serviço público e das demais atividades econômicas, o que possibilitou que muitas pessoas acompanhassem o evento, em especial, diversos estudantes que traziam imagens de D. Pedro I.

Sobre o período em que a urna esteve na capital mato-grossense, sabemos somente que ficou exposta na igreja do Rosário. De lá a urna mortuária seguiu para Goiânia e desembarcou no aeroporto de Santa Genoveva, de onde seguiu em cortejo até a sede da Assembleia Legislativa. Durante o cortejo, o comércio local ficou fechado e as indústrias acionaram suas sirenes ao mesmo tempo. A busca pela união nacional se transferia do discurso sobre o futebol para a festa do sete de setembro, e o Torneio Independência.¹⁰⁵

Houve, ainda, espetáculo musical, com a presença de Wanderley Cardoso, Clara Nunes e Toni Tornado.¹⁰⁶ Ao mesmo tempo, o presidente da Comissão Executiva Estadual, convidou a população, em particular os estudantes “para irem às ruas e avenidas, à Assembleia Legislativa, a fim de distribuírem merecidas e justas homenagens àquele que, em sua curta vida, tornou-se o herói de duas pátrias: do Brasil e de

102 MAIS de cinco mil paraenses já desfilaram ante as cinzas de D. Pedro I. A Província do Pará (Belém, PA), 18 jul. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 C.

103 DESPOJOS de D. Pedro seguiram para Rio Branco. A Crítica (Manaus, AM), 27 jul. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 C.

104 PEDRO I já está no Acre. O Estado de S. Paulo (S. Paulo, SP), 28 jul. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 C.

105 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de., op.cit., p 115

106 Ibidem

Portugal.”¹⁰⁷ Foi também celebrada missa de *réquiem* em homenagem a D. Pedro I, que contou com a presença de diversas autoridades, além da apresentação da banda da polícia militar e da exibição de filmes referentes à Independência.¹⁰⁸

O esquife foi transportado do aeroporto para o Palácio Buriti, sede do governo regional do Distrito Federal e local de exposição, sobre um veículo blindado do exército, decorado com as bandeiras brasileira e portuguesa. O caixão foi recebido “inclusive com salvas de artilharia.”¹⁰⁹ Ainda no aeroporto, o caixão foi recepcionado por uma guarda de honra composta por membros da maçonaria, do Rotary e do Lions Club, entre outros. “A urna que translada os restos mortais do imperador D. Pedro I, que chega hoje a esta capital, encerra a configuração do corpo humano com uma capa ou manto preso por duas largas correias e junto ao tórax duas dragonas em metal e no peito a condecoração da ‘Ordem Militar da Torre Espada’ que sua filha, dona Maria da Glória, ali colocou quando sua Majestade Imperial agonizava no leito de morte.”

Escortado durante todo o trajeto pelos “Dragões da Independência”, vestidos com seu traje de gala, o féretro passou diante do Congresso Nacional, sendo acompanhado por diversos automóveis onde estavam inúmeras autoridades. Além dos despojos, a Capital Federal recebeu também o trono de D. Pedro I e um busto de quando ainda era apenas o duque de Bragança.¹¹⁰

No aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, o caixão foi transportado por oito soldados da polícia militar e das forças armadas, que não suportaram o peso do caixão e precisaram do auxílio de outras pessoas, ao som dos hinos de Brasil e Portugal. Os despojos foram saudados com 21 tiros de canhão e foram conduzidos diante das tropas perfiladas, sendo recebidos por uma comitiva liderada pelo vice-governador, e formada por várias autoridades. No percurso até o Palácio das Artes, local de exposição, aviões da FAB sobrevoavam a carreta do Corpo de Bombeiros que transportava o esquife, enquanto estudantes aplaudiam e agitavam flâmulas do Brasil sob uma chuva de papel picado.¹¹¹

No encerramento da visita dos despojos de D. Pedro I à capital mineira, não houve nenhuma festividade. Neste dia o presidente Médici chegaria à capital Mineira e isto poderia gerar confusão quanto ao cerimonial que teria que atender a dois eventos

107 DESPOJOS de D. Pedro ficarão na Assembleia. O Popular (Goiânia, GO), s.d. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 C.

108 Ibidem

109 DESPOJOS de D. Pedro I em Brasília recebem honras militares e civis. Diário de Brasília (Brasília, DF), 5 ago. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 C.

110 Ibidem.

111 DESPOJOS de D. Pedro I em Brasília recebem honras militares e civis. Op. Cit.,

diferentes. Preocupação infundada, afinal houve uma redução do interesse popular na exposição dos restos mortais do imperador.¹¹² O caixão retornou à Guanabara, onde foi saudado, ainda no Aeroporto Santos Dumont, por estudantes da Escola Estadual Souza Aguiar, que cantavam o Hino Nacional. Do aeroporto, o caixão seguiu sobre um veículo do Corpo de Bombeiros até o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, pela segunda vez, onde foi guardado por quatro soldados da polícia militar. O caixão ficou sobre uma mesa “coberta por uma mortalha escura com bordados dourados.”¹¹³ No local de exposição, estudantes da escola Portugal, acompanhados pela banda da polícia militar, cantaram o hino de Portugal e, logo após, o vice-governador de Minas Gerais entregou oficialmente os despojos ao vice-governador da Guanabara.

O cortejo, no entanto, ainda deveria percorrer outras importantes cidades em por isso os restos mortais de D. Pedro I seguiram de trem para o estado de São Paulo. Ainda na estação ferroviária Central do Brasil, na Guanabara, o governador Chagas Freitas entregou os despojos ao general Antônio Jorge Corrêa, presidente da CEC. Já no Estado de São Paulo, o governador paulista recebeu a urna mortuária do general Antônio Jorge Corrêa, na cidade de Pindamonhangaba, a única cidade que, mesmo não sendo capital, recebeu os despojos, de onde a mesma partiria para a cidade de São Paulo.

A escolha de Pindamonhangaba como única cidade que, a despeito de não ser capital estadual, pôde receber os despojos do primeiro imperador deveu-se ao fato desta cidade “ter contribuído com 14 oficiais para a guarda de honra de D. Pedro I, no Grito do Ipiranga, inclusive seu comandante cujos restos mortais encontram-se em Pindamonhangaba.”. O pedido foi feito pelo comandante de um batalhão do exército situado no município em questão. Em Pindamonhangaba,¹¹⁴ cerca de 20 mil pessoas saudaram os despojos, cantando o Hino Nacional e a música “Eu te amo, meu Brasil”.¹¹⁵ “Os alto-falantes alternavam o Hino da Independência com a marcha do Sesquicentenário. (...) Nas sacadas, janelas, portas, em todos os locais disponíveis havia sempre um arranjo histórico, misturando fotos antigas, pôsteres do D. Pedro e do

112 DESPOJOS de D. Pedro I em Brasília recebem honras militares e civis. O Estado de S. Paulo (S. Paulo, SP), 16 ago. 1972.

113 URNA mortuária está na Guanabara. Diário de Pernambuco (Recife, PE), 17 ago. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 D.

114 URNA mortuária está na Guanabara. Diário de Pernambuco (Recife, PE), 17 ago. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 D.

115 Rotary Club de Santos (SP) solicitou a inclusão desta cidade no programa oficial da excursão fúnebre, mas o pedido foi recusado pela presidência da CEC, sob o argumento de que não se deveria “alterar o planejamento feito à peregrinação, sob a pena de cometer injustiças e causar incompreensões que poderão afetar o brilhantismo” das comemorações oficiais. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 32, Ofício número 664 – CEC, 21 abr. 1972.

presidente Médiçi e as fitas verdes e amarelas.”¹¹⁶ A urna mortuária foi exposta na igreja de São José, “onde repousam os restos mortais de vários membros da guarda imperial de D. Pedro I.”¹¹⁷

Para Luís F.Cerri (1999) a figura de D. Pedro I legitimaria o autoritarismo então vigente, assim como as ideias de “integração nacional e de uniformidade ideológica”¹¹⁸, expressas com a viagem realizada pela urna mortuária com os restos mortais do primeiro imperador pelo território nacional. A integração nacional seria realizada, simbolicamente, através da viagem dos restos mortais de Sua Majestade, e, ao mesmo tempo, a homenagem ao primeiro Imperador implicaria, se não a defesa de suas ações autoritárias, pelo menos a homenagem ao Grito do Ipiranga. Ou seja, podemos supor que os militares, ao tornar D. Pedro I o “construtor” da Nação, empunhavam o discurso patriótico que, a princípio, teria a capacidade de agregar a sociedade brasileira em torno do regime militar.

No dia seguinte, os restos mortais de D. Pedro I seguiram para a cidade de São Paulo, onde ficaram expostos no palácio dos Campos Elíseos, sendo visitados por cerca de 15 mil pessoas. Os visitantes pertenciam a várias camadas sociais: funcionários públicos, empresários, donas de casa, estudantes, alguns portugueses e integrantes de inúmeras associações, escoteiros, maçonaria, Rotary.

A exposição dos despojos de D. Pedro I teve expressiva repercussão, levando muitas pessoas a saírem de suas casas para participar dos eventos que ocorreram ao longo de sua passagem pelas principais cidades brasileiras. As homenagens a esse personagem de nossa História podem ser compreendidas como ações para manutenção da unidade nacional. Os preparativos para a cerimônia de inumação aconteceram na capital paulista e se encerraram na véspera do evento, em 6 de setembro de 1972, e tiveram por objetivo evitar qualquer tipo de incidente que pudesse retirar o brilho do espetáculo. O ensaio contou com um caixão similar ao original que foi transportado para o interior da capela imperial por uma guarda de honra, com a execução do *Réquiem de Berlioz* por um coral.¹¹⁹

116 O SINO toca: D. Pedro chegou. O Estado de S. Paulo (S. Paulo, SP), 3 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 D.

117 JORNAL do Brasil (GB), 3 de setembro de 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 53 D.

118 CERRI, Luís Fernando. **1972: Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos.** Estudos Ibero Americanos. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. XXV, n. 1, p. 193-208, junho 1999.

119 PINDAMONHANGABA para na festa de recepção a Pedro I. Última Hora (São Paulo, SP), 6 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 54

A preparação do cerimonial da inumação detalhou, inclusive, a recepção às autoridades presentes. Assim, o vice-presidente, almirante Augusto Rademaker seria recebido pelo governador paulista, Laudo Natel, pelo presidente da CEC, general Antônio Jorge Correa, pelo presidente da comissão estadual, Pedro de Magalhães Padilha e pelo chefe do cerimonial do Itamarati. O presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Marcelo Caetano, e o presidente Médici seriam recepcionados pelos membros das comissões, que os acompanhariam ao palanque presidencial – local onde receberiam as saudações militares das tropas.¹²⁰

A seguir, o esquife com os despojos seria retirado do veículo blindado por cadetes, receberia as homenagens e seria transportado para o interior do Monumento. A parada cívico-militar ocorrida na cidade de São Paulo se constituiu no maior evento até então realizado no Brasil, com a participação de milhares de pessoas, entre estudantes, militares e membros das forças auxiliares do estado de São Paulo. Tal cerimônia foi acompanhada por milhares de pessoas, ao longo da Avenida Paulista, que assistiram a um desfile organizado nos seus mínimos detalhes.¹²¹

Ao som da *Marcha Fúnebre de Chopin*, os restos mortais foram retirados da antiga sede do governo paulista por uma guarda de honra formada por membros das Forças Armadas e transportada de Julho, a cavalo, levaram as diversas bandeiras que simbolizaram o país ao longo de sua trajetória, desde a da Ordem de Cristo até a atual,¹²² ao passo que os símbolos do Império, coroa, cetro, exemplar da Constituição, hino da Independência, entre outros foram transportados por cadetes da Escola Naval, da Academia da Força Aérea e da Academia Militar das Agulhas Negras em automóveis militares.¹²³

Oito jipes do Exército transportavam as peças imperiais, alinhadas mediante a seguinte ordem: primeiro jipe – coroa Imperial; segundo – armas do imperador; terceiro – joias da Coroa; quarto – sabre de D. Pedro I com o qual foi proclamada nossa independência; quinto – cetro imperial simbolizando uma mão espalmada de ouro; sexto – brasões da Coroa; sétimo –

120 INUMACÃO dos restos mortais de D. Pedro I no Monumento do Ipiranga. Diário Oficial do Poder Executivo do Estado de S. Paulo (S. Paulo, SP), 5 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 54.

121 PINDAMONHANGABA para na festa de recepção a Pedro I. Op cit.,

122 INUMACÃO dos restos mortais de D. Pedro I no Monumento do Ipiranga. Op. cit.,

123 CIDADE parou na despedida ao nosso primeiro Imperador. Diário Oficial do Poder Executivo do Estado de S. Paulo (S. Paulo, SP), 5 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 54.

originais da composição do Hino da Independência e finalmente, oitavo e último veículo – originais da Constituição de 1824.¹²⁴

Finalmente, em 7 de setembro de 1972 os despojos de D. Pedro I foram inumados na capela Imperial do Monumento do Ipiranga. Um pouco antes, o coral da Polícia Militar do estado de São Paulo, acompanhado pela Orquestra Filarmônica Paulista, executou Hino da Independência,¹²⁵ ao som da salva de 21 tiros de canhão e sob as evoluções da “Esquadilha da Fumaça”.¹²⁶

A cerimônia também contou com a leitura do decreto de entrega da gestão do Monumento do Ipiranga à União e em seguida foi proferida uma oração fúnebre proferida pelo professor Pedro Calmon, integrante do CEC e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, afirmando: “Para o testemunho da vitória, são convocadas as gerações. Esta cerimônia exclui a morte, é a comemoração da vida.”¹²⁷ Seu discurso durou cerca de dez minutos, e, na conclusão, o locutor procurou repetir o gesto de D. Pedro I, 150 anos antes, gritando “Independência ou Morte.”¹²⁸ Assim as comemorações chegam aos seus últimos momentos, exaltando o passado e comemorando o presente.

Para Janaína Cordeiro (2014), analisando a duração das comemorações, concluiu que uma comemoração com duração de seis meses, não se sustentaria somente por conta de sua programação, por melhor que fosse, mesmo com uma divulgação maciça nos jornais, revistas, rádio e televisão, por mais que os alunos das escolas tenham ajudado a engrossar o número de participantes, a princípio justificaria a adesão as comemorações. Finalmente, podemos pensar que uma das características que garantiram o sucesso da festa, foi a capacidade de mobilizar e tocar a vida cotidiana das pessoas ¹²⁹.

124 CIDADE parou na despedida ao nosso primeiro Imperador. Diário Oficial do Poder Executivo do Estado de S. Paulo (S. Paulo, SP), 5 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 54.

125 Com o intuito de melhor preparar os estudantes que participassem das cerimônias cívicas associadas às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, o general Antônio Jorge Corrêa (presidente da CEC) solicitou ao ministro Jarbas Passarinho, Ministro da Educação, “que, da mesma forma que acontece com o Hino Nacional, seja determinado nos estabelecimentos de ensino o treinamento do canto do Hino da Independência.” Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 35, Ofício nº 84 – CEC, de 3 de fevereiro de 1972.

126 PEDRO fica para sempre na cripta do Ipiranga. A Tribuna de Santos (Santos, SP), 7 set. 1972. Pasta 54.

127 PEDRO volta ao Ipiranga. Para sempre. Jornal da Tarde (S. Paulo, SP), 7 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 54.

128 Ibidem

129 Ibidem

A questão da formação do consenso¹³⁰ em torno do Sesquicentenário e da ditadura, segundo Janaína Cordeiro (2014) estava diretamente ligada ao processo de “cotidianização da festa” e sob este aspecto, o Brasil jamais viu comemoração como a do Sesquicentenário. Os heróis do passado, as conquistas do presente e a construção do futuro, foram as ideias centrais com as quais a CEC trabalhou, encontrava apoio nos anseios de camadas significativas da sociedade, sendo capaz de tocar as pessoas em seus ambientes mais cotidianos: escolas, bairros, sindicatos, supermercados, estádios de futebol, etc. A ideia era criar a sensação de que havia algo para se festejar. Grande contribuição foi dada com a ideia de civismo, então trabalhada diariamente nas escolas e de acordo com a qual “o cidadão fazia parte de um organismo maior e precisava realizar sua parte para o melhor funcionamento e crescimento desse organismo”¹³¹, no qual cada um possuía o seu papel, pode ser colocada em prática de maneira festiva pelas ruas de todo o país durante todo o ano de 1972.

A recuperação da tradição cívica brasileira, que certamente não foi inventada pela ditadura, mas que ganhou novas tonalidades, então – foi acionada com sucesso pela CEC, ligando o passado glorioso idealizado do país, cara ao Brasil do Milagre, de que cada cidadão estava colaborando para a construção do Brasil grande. Passado, presente e futuro estavam naquele momento indelevelmente unidos. Demonstravam que a ditadura havia sido capaz de estabelecer diálogo com a sociedade, de acionar antigos sentimentos e tradições, de recuperar heróis e de se fazer popular através da figura histórica e ambivalente de D. Pedro I, mas também, através da figura de seu presidente, o General Médici. Não obstante, há uma certa dificuldade em reconhecer o sucesso da festa e, nesse sentido, as comemorações do Sesquicentenário são um importante espelho para percebermos como a sociedade lida ainda hoje com a memória sobre os anos de ouro da ditadura civil-militar.

Apesar do esforço do governo militar em criar uma memória das comemorações, inclusive com a criação no Arquivo Nacional, de um Fundo que levou seu o nome, Fundo Sesquicentenário, aquele ano festivo foi colocado, literalmente, no rodapé da história¹³², sendo raras as referências às comemorações do Sesquicentenário da Independência e, as

130 CORDEIRO, Janaína Martins. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida? Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

131 FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **O livro didático de Educação Moral e Cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina.** In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia, 2006.

132 CORDEIRO, Janaína Martins. Op.cit., p. 194

que existem, em geral confirmam apenas o discurso rememorativo sobre aquele período, fortemente ancorado no mito da sociedade resistente. São esses atores sociais que, rememorando o passado, festejavam o presente que é preciso tornar objeto, para desta forma, compreender melhor a ditadura civil-militar, não como algo construído de cima para baixo, mas como um produto histórico da sociedade brasileira.

Capítulo 2. Ditadura Empresarial Militar e Sesquicentenário de Independência.

Em geral, nos referimos ao Brasil como um país com muitos feriados, dentre eles, três seriam alusivos à nossa história. Eles são, o dia 21 de abril que relembra a luta contra o domínio de Portugal sobre nossas riquezas, principalmente o ouro, garimpado em Minas Gerais; o 15 de novembro onde se comemora a Proclamação da República, movimento que pouco contou com a participação popular, surpreendendo boa parte da população, mas com a liderança de militares, acabou por depor o nosso último imperador; e o 7 de setembro, data que lembra a separação política do Brasil colônia de sua metrópole.

A escolha de datas cívicas não acontece arbitrariamente, muito pelo contrário, elas fazem parte de uma construção política e social. Por exemplo, durante o Império, o dia 9 de janeiro, mais conhecido como o Dia do Fico, data que marca a decisão de D. Pedro I, em não atender as cortes portuguesas, e permanecer no Brasil, era mais celebrada, do que o 07 de setembro, data da Independência do Brasil.

Na maioria das vezes, as comemorações cívicas são escolhidas pelos governos, e na maior parte das vezes se transformam em instrumentos de afirmação dos governos, em especial os autoritários. No entanto, podem existir exceções, Adjovanes Thadeu (2009), cita o Dia da Consciência Negra, e o dia do Trabalhador como exceções, cujas comemorações, ainda nos dias de hoje, apresentam acirrada disputa ideológica.¹³³ O autor também cita que, algumas datas não sobreviveram ao período em que foram inventadas, e cita como exemplo, o Dia da Raça que não resistiu à deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945.

Os estudos sobre o comemoracionismo¹³⁴ apontam que essa prática teve sua origem na Revolução Francesa, e sua função seria buscar a atualização constante do passado, de modo a espantarem os problemas existentes no presente, associando tais festividades com o momento determinante.¹³⁵ Ao mesmo tempo, as comemorações pretendiam forjar identidades, integrando os indivíduos ao todo social.¹³⁶ Por seu turno, Catroga, destaca que as comemorações expressam uma das funções sociais da história, tal como o século XIX, a evocação do passado, estabelecendo representações simbólicas

133 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. Op. cit., p. 104

134 CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORRALBA, Luís Reis. **História da história em Portugal: da historiografia à memória histórica (séculos XIX-XX)**. S.l, Sociedade Industrial Gráfica, 1998, p. 225, 312.

135 HOBBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence p. 272.

136 CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 284.

que pudessem funcionar como lições vivas de memorização.¹³⁷ Ainda segundo o autor, as comemorações permitiriam à sociedade resgatar o passado, ou melhor, observar a interpretação que os contemporâneos fizeram dos acontecimentos por eles julgados relevantes e dignos de lembrança.

2.1 O Sesquicentenário da Independência do Brasil e os símbolos cívico nacionais.

O uso de símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, ultimamente, tem se tornado recorrente para identificar certos grupos de apoiadores do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Recentemente, vemos aos domingos nos jornais televisivos, apoiadores vestidos de verde e amarelo, usando grandes bandeiras do Brasil. Esse tipo de cena não é uma novidade, em vários outros momentos políticos e esportivos os brasileiros se vestem de verde-amarelo. Essa relação entre os símbolos nacionais e governos autoritários, não é uma novidade no Brasil.

Em outros dois momentos de nossa história, a Ditadura de Vargas (1939-1945) e a Ditadura Civil Militar (1964-1984), encontramos um forte uso desses símbolos, dando usos determinados, para eles. Durante as comemorações do Sesquicentenário, não foi diferente. O uso frequente dos símbolos nacionais, deviam concorrer para a promoção da unidade nacional em torno de uma reunião espiritual e sobretudo pela mobilização em torno dos símbolos nacionais patrióticos como a bandeira nacional e o hino. A cena de crianças com bandeirinhas de papel, do Brasil, nas mãos ou no colo de seus pais esperando a chegada dos restos mortais de D. Pedro I, parece ter sido um dos símbolos do Sesquicentenário

Adjovanes Thadeu (2009), informa que a escolha do símbolo teria sido feita pela CEC. O projeto selecionado foi do artista plástico e *design*, Aloísio Magalhães, inclusive, com destaque para divulgação da escolha do símbolo no Museu de Arte Moderna, em cerimônia pública.

A Comissão Executiva Central escolheu o símbolo oficial do Sesquicentenário, que foi divulgado em cerimônia pública, realizada no Museu de Arte Moderna, na cidade do Rio de Janeiro, com a presença do general Antônio Jorge Correa (presidente da CEC) e dos coronéis Octávio Costa (chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP) e Haroldo Matos (presidente da Comissão de Assuntos de

137 CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORRALBA, Luís Reis. **História da história em Portugal: da historiografia à memória histórica (séculos XIX-XX)**. S.l, Sociedade Industrial Gráfica, 1998, p. 225.

Propaganda). O símbolo foi idealizado pelo publicitário Aluizio Magalhães e, inicialmente, seria utilizado apenas nos selos dos Correios.¹³⁸

No entanto, Thaisy Sosnoski (2013), em seu estudo apresenta uma versão diferente, que daria protagonismo ao governante militar Emílio Garrastazu Médici. Segundo a autora, a logomarca teria sido originalmente elaborada a pedido dos Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para integrar a coleção de selos comemorativos das celebrações dos 150 anos da criação do Estado brasileiro e, somente posteriormente, seria adotado como símbolo oficial do projeto político comemorativo. Para a autora um dos motivos que levou à adoção do projeto de Aloísio como símbolo oficial, seria o aspecto inovador transmitido ¹³⁹pela imagem através do efeito tridimensional.

Pequeno, linear, podendo ser as cores sombreadas em verde e amarelo, ou preto e branco, o símbolo entrará em todos os tipos de selos, apenas como uma marca. Dependendo do que se deseja escrever, do tamanho da frase, para cada caso, o professor apresentou uma solução, provando a flexibilidade de uso para todas modalidades de comemorações, inclusive a TV e o cinema. ¹⁴⁰

A associação buscada pelo governo militar com a Independência, através do Sesquicentenário, transpareceu quando do lançamento do selo em homenagem à “Revolução de 31 de Março de 1964”, como tal integrado aos festejos oficiais do Sesquicentenário. Igualmente, as moedas comemorativas dos 150 anos da Independência traziam as efígies de D. Pedro I e do general Médici, buscando relacionar os dois momentos históricos. ¹⁴¹

138 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de Op. cit., p. 163.

139 TRIBUNA (Santos, SP), 2 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 63.

140 SÍMBOLO dos nossos 150 anos. Diário do Paraná (Curitiba, PR), 22 jan. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76.

141 DIÁRIO de Notícias (GB), 6 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 63.



Figura 1: Moeda de Um Cruzeiro.¹⁴²

A mesma logomarca foi utilizada em outros objetos, como na confecção de moedas e comemorativas em ouro e prata, e de moedas correntes em vários valores, que ainda hoje podem ser encontradas na internet no comércio de numismática.

Outro símbolo importante nas comemorações do Sesquicentenário foi a Marcha do Sesquicentenário da Independência do Brasil composta pelo publicitário Miguel Gustavo (autor, entre outras músicas, de *Prá frente Brasil*, hino da Copa do Mundo de Futebol de 1970), que faleceu um pouco antes do início das festividades, ainda em janeiro de 1972. Como forma de divulgação foram distribuídos discos compactos pelo governo e por empresas, a música foi interpretada por Miltoninho, Shirley e Ângela Maria entre outros artistas, já a letra destaca no refrão, o papel do amor e da paz para as comemorações.

HINO DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL¹⁴³

(Miguel Gustavo)

Marco extraordinário Sesquicentenário da Independência
 Potência de amor e paz
 Esse Brasil faz coisas
 Que ninguém imagina que faz
 É Dom Pedro I
 É Dom Pedro do Grito
 Esse grito de glória
 Que a cor da história à vitória nos traz

142 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de., op.cit., p.147

143 Ibidem. p. 82.

Na mistura das raças
 Na esperança que uniu
 No imenso continente nossa gente, Brasil

Sesquicentenário
 E vamos mais e mais
 Na festa, do amor e da paz (Bis)

Para isso, a utilização dos símbolos nacionais foi significativa, bandeirinhas do Brasil de papel e a execução do hino nacional emolduraram o Sesquicentenário. A Marcha do Sesquicentenário da Independência do Brasil foi escolhida como hino oficial das comemorações e ela foi gravada por Elizete Cardoso e Milton, em duas versões distintas, sendo fortemente usada na divulgação das festividades a partir do mês de fevereiro de 1972.

A letra da música possui, como elementos principais, a figura de D. Pedro I e o “grito do Ipiranga”, além de enfatizar elementos identificados com a unidade (mito das três raças, integridade territorial), com a imagem do Brasil como uma nação importante em potencial e como uma terra de concórdia e, portanto, avessa às divergências. Enfim, um país pacífico e ordeiro, onde as pessoas podem viver fraternalmente. Esta música serviu como instrumento político, além de expressar o que a CEC entendia por civismo. Para isso, a utilização dos símbolos nacionais foi significativa, bandeirinhas do Brasil de papel e a execução do hino nacional emolduraram o Sesquicentenário

2.2. D. Pedro I, um herói da festa da Ditadura Militar

Ao discutir o simbolismo do culto cívico e as relações entre a história e memória, Adjovanes Thadeu (2009), aponta que tanto a história realizada durante o século XIX e início do século XX, como as comemorações trazem o passado de volta para o presente, homenageando efemérides e indivíduos e, ao mesmo tempo, quando se estabelecem como feriados, interrompendo o tempo normal, substituído por outro, agora sagrado devido ao culto cívico que lhe acompanha e torna especial.¹⁴⁴

Um ponto importante a ser destacado é a identificação entre comemoracionismo e religião cívica, apresentada por Fernando Catroga, para este autor as comemorações se constituem na religião do estado-nação, implantada a partir do alvorecer do próprio

144 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva, p. 329

estado-nação desde os últimos decênios do setecentos.¹⁴⁵ Adjovanes Thadeu (2009), ainda complementa que este pensamento é inspirado no pensamento rousseauiano, onde os participantes da Revolução Francesa associaram a religião civil ao Estado, na tentativa de superar os entraves que a religiosidade impusera à emancipação humana.

Para Adjovanes Thadeu (2009), nesta religião civil, a sociedade cultuaria o estado-nação e os historiadores definiriam sua liturgia, destacando seus santos e mártires (isto é, os heróis nacionais), assim como seus santuários (os monumentos), as procissões (cortejos cívicos) e os momentos da comunhão (os feriados nacionais). Isto se tornou bastante explícito na sociedade norte-americana, onde tal religião cívica se apresenta no cotidiano, onde não:

faltam os seus profetas e os seus mártires, os seus grandes acontecimentos e os seus lugares de memória, nem práticas rituais que pontuariam o calendário cívico através de selecionadas evocações (...) ela traduz-se em símbolos (como hinos e as bandeiras), em ritos (como as sessões solenes, os discursos inaugurais, as paradas), em múltiplas expressões iconográficas, em fortes investimentos comemorativos, bem como num intenso culto cívico dos mortos na guerra e na frequente sacralização da linguagem político-ideológica, mormente na que qualifica o sentido do destino histórico da América.¹⁴⁶

Com base nos trabalhos de Lúcia Lippi de Oliveira, Adjovanes Thadeu (2009), aponta que a construção de uma identidade nacional também não foi um processo pacífico, ele aborda as disputas em torno do imaginário coletivo, travada durante os anos iniciais da Primeira República brasileira, num momento de grande turbulência política, quando se digladiavam defensores da monarquia e adeptos da república.¹⁴⁷

Para Lúcia Lippi (1989) um ponto importante foi a tentativa de estabelecer uma nova memória nacional, que auxiliasse no (r)estabelecimento da concórdia interna. E ainda lança algumas questões como: quem participaria desta Memória Nacional? Assim seria necessário definir quais efemérides e personagens receberiam o culto da sociedade brasileira, culto da sociedade brasileira, e seriam julgados pelos contemporâneos da passagem dos séculos XIX-XX como merecedores da recordação coletiva?

Se por um lado, não se sabia quais efemérides poderiam (r)estabelecer a concórdia interna, se sabia que uma coisa seria fundamental, a superação das memórias particulares,

145 CATROGA, Fernando; MENDES, José Amado; TORRALBA, Luís Reis. **História da história em Portugal: da historiografia à memória histórica (séculos XIX-XX)**. S.l, Sociedade Industrial Gráfica, 1998, p. 23

146 Ibidem p. 23.

147 OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Op. cit., p.173

isto é, daquelas elaboradas pelos diversos grupos sociais, momento em que a atividade dos historiadores (e de outros profissionais, como educadores e jornalistas, por exemplo) assumia relevo. Estes profissionais organizaram as festividades, definindo os heróis que não merecem ser esquecidos¹⁴⁸, a partir de elementos conjunturais, que condenavam ao esquecimento ou resgatavam personagens das brumas.

As festas de 1972 foram abundantes em referências ao passado e ao herói “D. Pedro I”, que a Nação possuía em comum. Ao mesmo tempo, a evocação do passado comum servia, antes de tudo, como forma de legitimação do tempo presente, rico em referências ao projeto do Estado – que ganhava as ruas e as gentes – de integração nacional.

Sem dúvida, houve uma preocupação no planejamento do Sesquicentenário, em legitimar a experiência republicana, deixando claro, que houve uma certa intenção de secundarizar o Grito do Ipiranga. Como apresentado, podemos perceber que houve uma disputa sobre que data seria homenageada durante o Sesquicentenário. O que não impediu que 7 de setembro fosse escolhido, já que, ainda durante a Primeira República, a data se transformou em símbolo da unidade nacional, capaz de extrapolar as fronteiras do movimento republicano e agregar as hostes monarquistas, desde que re-significado, isto é, adaptado ao regime republicano.¹⁴⁹

Durante a Primeira República, além da definição da data, que poderia unir os brasileiros, havia outra dificuldade, a definição de quais personagens participariam do Panteão cívico? Ou melhor, já que o 07 de setembro se constituiu em data nacional, havia a necessidade de se escolher o indivíduo a ser cultuado por sua atuação nos acontecimentos de 1822.

Os republicanos questionaram a figura de D. Pedro I, identificando-o com o passado colonial, em benefício de José Bonifácio, elevado à condição de articulador do movimento emancipacionista, mas, ao mesmo tempo, desprovido de qualquer responsabilidade pelas dificuldades político-administrativas enfrentadas durante o Primeiro Reinado e símbolo da racionalidade científica valorizada ao longo da Primeira República.¹⁵⁰ Assim, confrontavam-se candidatos a heróis nacionais e interpretações a

148 OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 4. 1989.

149 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. Op.cit., p. 16.

150 Ibidem. p. 107.

respeito do Grito do Ipiranga¹⁵¹. Se na Primeira República José Bonifácio fez parte do Panteon dos heróis brasileiros, no Sesquicentenário da Independência teve um papel restrito a publicações de livros sobre ele e algumas homenagens locais, já que o grande personagem escolhido pelo governo militar para ser homenageado foi D. Pedro I.

Assim, os festejos cívicos buscaram a continuidade histórica, visto que articulam passado e presente, usando os eventos pretéritos para legitimar determinadas situações. De alguma forma, as festividades do Sesquicentenário associavam, ainda que de modo tangencial, as figuras de Tiradentes e D. Pedro I, que estariam unidas em torno da emancipação nacional¹⁵². Outro aspecto enfatizado na dissertação em questão foi a preocupação dos organizadores do Sesquicentenário em vincular D. Pedro I ao momento em que eles viviam, ao mesmo tempo em que se procuravam atingir a emoção das pessoas, através da utilização de discursos marcados pelo tom sentimental quando da passagem da urna mortuária que levava os despojos de D. Pedro.

O “Brasil Grande Potência” teve em D. Pedro o seu primeiro e mais ilustre defensor e viabilizador. (...) Era preciso que a população não só tomasse conhecimento disso, através de seus representantes, como também esse sentido emblemático da imagem de D. Pedro deveria ser experimentado e vivenciado por ela.¹⁵³

Com base na dissertação de mestrado de Cleodir Moraes (2006), é possível afirmar que a escolha de D. Pedro I em detrimento de Tiradentes, tinha como objetivo deixar claro que o Governo Militar não desejava deixar transparecer qualquer insatisfação dos brasileiros com Portugal. Tentando deixar claro, a Independência se concretizara e junto com ela a própria unidade e integridade nacional que, a partir daí, se mantinha. Os festejos do Sesquicentenário da Independência brasileira, realizados ao longo do ano de 1972, buscava reencenar os acontecimentos ocorridos um século e meio antes, reivindicando-se, de modo explícito, como elementos continuadores do Grito do Ipiranga.¹⁵⁴

Neste sentido, a afirmação do general Médici pode ser esclarecedora: “quisemos fazer do libertador de nossa pátria e do monarca das duas pátrias o centro das comemorações, para que o Sesquicentenário da Independência fosse mais ainda uma festa

151 NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência. Rio de Janeiro: FAPERJ, Revan, 2003. p.38.**

152 MORAES, Cleodir da Conceição. **O Pará em festa. Política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)**. Dissertação (mestrado), Programa de pós-graduação em história social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2006, p. 39 (mimeo.)

153 CERRI, Luís Fernando. Op.cit. p. 65.

154 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de., op.cit., p. 76.

de concórdia e união”. O Sesquicentenário tinha a função clara de promover a concórdia e a união, na tentativa de eliminar os conflitos que estavam presentes em 1972, por outro lado, Brasil também vivia um período de “grande mobilidade geográfica e social (...) um país estável e sólido, assim se tentava reforçar a coesão social, de modo a se proceder com a eliminação das ambiguidades”¹⁵⁵.

Assim, o Sesquicentenário se insere na esfera do ritual político, construídos em atenção às demandas que emergiam da sociedade brasileira de 1972. Simultaneamente, a figura de D. Pedro I apareceria como portadora de “virtudes” inquestionáveis: a nítida vinculação com o Estado, a defesa da manutenção da ordem constituída, ou seja, alguém distante da analogia à subversão pugnada pelo alferes. Acrescente-se, ainda, que, em uma perspectiva extremada, seu autoritarismo e truculência se combinariam com a conjuntura do período: comandou a repressão a grupos oposicionistas, tolheu o parlamento, governou acima dos outros poderes constituídos, incorporando a imagem de árbitro que o Poder Moderador lhe facultava. Com isto, D. Pedro aparecia como um possível (mas questionável) reflexo do regime autoritário instaurado em abril de 1964¹⁵⁶.

Sem dúvidas, podemos afirmar que a CEC se utilizou da imagem de D. Pedro I conforme convinha ao governo militar, e para isso, se usou de visão histórica tradicional, baseada numa história oficial, fundamentada numa visão que privilegiava os grandes heróis nacionais. Neste caso, D. Pedro I que é uma figura complexa e ambivalente é apresentado como um monarca forte, inteligente, audacioso, impetuoso e também sensível às demandas populares.

A CEC também buscou recuperar uma imagem militarizada de D. Pedro I, favorecendo sua identificação com as Forças Armadas, que governavam o país. Em 1972, D. Pedro I se tornou a imagem do herói da Nação. Um país em festa, que vivia a euforia do milagre econômico e assistia entusiasmado à construção de grandes obras e acompanhava a chegada do progresso tecnológico e o reconhecimento mundial com a conquista da Copa do Mundo de 1970, combina muito bem com um príncipe. Era através deste espelho, o de um príncipe, que aquela sociedade, país do Milagre, pretendia olhar para o passado, vendo ali, a promessa de um grandioso futuro.

155 REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. SEMINÁRIO 40 anos do golpe de 1964. 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004 p. 128

156 MORAES, Cleodir da Conceição Op. cit., p. 65.

2.3. A bola rola no Sesquicentenário

Um dos principais eventos programados para as comemorações do Sesquicentenário foi o Campeonato de futebol - Taça Independência que contou com a participação internacional de várias seleções de futebol da América do Sul e da Europa. A competição contou com 20 seleções, e jogados em 12 estádios, que aconteceram nas principais capitais do país, durante os meses de junho e julho de 1972. Por contar com tantas seleções e também pela sua duração, maior do que da Copa do Mundo de 1970, e seu alcance internacional, o campeonato ficou conhecido como Mini Copa.

O forte apelo popular que o futebol despertava nos corações brasileiros, naquele momento, era ainda mais forte, afinal havia decorridos apenas dois anos da conquista brasileira da Copa do Mundo de 1970 e, certamente, esse sentimento pesou na escolha da CEC quando decidiu ter um competição de futebol integrante das comemorações, o que de certa forma, permitiu uma certa continuidade em relação ao Tricampeonato Mundial.

Sobre a competição, como já foi dito acima, a Taça Independência utilizou 12 estádios que comportariam expressivo público, espalhados por todas as regiões do país, como uma estratégia que favoreceria a integração nacional: Maracanã (Guanabara, com capacidade para 200 mil pessoas), Morumbi (São Paulo, com capacidade para 150 mil espectadores), Mineirão (Belo Horizonte, com capacidade para 110 mil torcedores), Beira-Rio (Porto Alegre, capaz de receber 100 mil torcedores), Rei Pelé (Maceió, com capacidade para 100 mil pessoas), Arruda (Recife, planejado para receber 70 mil pessoas), Vivaldo Lima (Manaus, capaz de receber 70 mil espectadores), Lourival Batista (Aracaju, com capacidade para 55 mil pessoas), Belford Duarte (Curitiba, apto a receber 50 mil torcedores), Marechal Castelo Branco (Natal). As seleções foram organizadas em quatro grupos, sendo que o grupo 4 compunha o Turno Final, constituindo-se de oito seleções: as “campeãs” de cada um dos 3 grupos e, ainda, as 5 seleções pré-classificadas para a etapa final: Brasil, Uruguai, Escócia, Tchecoslováquia e URSS.

As partidas do grupo 4 seriam realizadas na região sudeste (Guanabara, São Paulo e Minas Gerais) e ele foi subdividido. No grupo 1, cujas sedes eram Aracaju (SE), Maceió (AL) e Salvador (BA), estavam as seleções de Argentina, África, Confederação de Futebol das Américas Central e do Norte (CONCACAF), Colômbia e França. No grupo 2, cujas sedes eram Natal (RN) e Recife (PE), localizavam-se as seleções de Irã, Chile, Equador, Irlanda e Portugal. E, no grupo 3, cujas sedes eram Curitiba (PR), Campo

Grande (MT) e Manaus (AM), localizavam-se as seleções de Bolívia, Paraguai, Peru, Venezuela e Iugoslávia. De início, os organizadores convidaram as campeãs mundiais à época (Uruguai, Itália, Alemanha e Inglaterra), além das seleções sul-americanas, cinco europeias (URSS, Iugoslávia, Tchecoslováquia, França, Espanha e Portugal) a seleção do México, além de uma equipe asiática e outra africana.

Um ponto interessante e que merece destaque, foi o claro favorecimento que a equipe brasileira recebeu, poupada do desgaste de deslocamentos aéreos, o que não ocorreu com as demais seleções. Também merece destaque, o esforço para a produção de uma imagem amistosa dos organizadores do evento. Assim, as federações estaduais, com a anuência da Confederação Brasileira de Desporto - CBD, distribuíram ingressos gratuitamente aos estudantes, como forma de evitar que os estádios ficassem vazios e, em alguma medida, diminuir eventuais críticas aos elevados preços dos ingressos. Entretanto, tais ingressos acabaram, muitas vezes, nas mãos dos cambistas que revendiam os bilhetes a preços inferiores aos cobrados nas bilheterias, e isto acabou gerando bastante desgaste para os organizadores.

Nos 30 jogos iniciais do torneio serão distribuídos gratuitamente aos estudantes 15 mil ingressos, para que eles possam assistir aos jogos. Não importa se com isso deixaremos de ganhar algum dinheiro. Para mim, é mais importante estas crianças se sentirem amparadas, sabendo que alguém pensa nelas. Se ainda assim acham que eu, e a CBD, mais diretamente, realizar a Taça Independência tinha também um pouco disso: observa o lado humano das pessoas. ¹⁵⁷

Para discutir esse tema, um ponto merece atenção, os estudos acadêmicos sobre as relações entre o futebol e a ditadura militar. Adjovanes Thadeu (2009), apresentou em seu estudo sobre o Sesquicentenário, algumas dessas abordagens. Uma das primeiras análises, segundo o autor, teria sido feita por Joel Rufino dos Santos¹⁵⁸,

que vinculou de forma linear o contexto histórico e o futebol, mostrando o futebol como um mero estratagema das classes dominantes com o objetivo, claros ou ocultos, de afastar as camadas subalternas do debate político, assim o futebol assumiria a forma de “forma de ópio do povo, isto é, de objeto alienante da realidade brasileira”. ¹⁵⁹

157 TAÇA Independência: integração pelo futebol. *Jornal dos Sports*. 6 jun. 1972, Suplemento especial, p. 2. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 58.

158 SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

159 *Ibidem* p.115.

Outro autor que abordou o tema, inclusive a Taça Independência, foi Roberto Ramos (1984)¹⁶⁰, que analisou o futebol como instrumento ideológico da classe dominante. Para o pesquisador, dentro de uma análise marxista, apresenta o conceito de “aparelho ideológico do estado” e, considerando o futebol “ópio do povo”. Um mero objeto visando manter a alienação das camadas subalternas. Dentro dessa perspectiva, as relações capitalistas ganham legitimidade, abordando em profundidade o torneio internacional realizado em 1972. Assim, a vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970 foi utilizada pelo governo Médici, que, ainda de acordo com este autor, acompanhou detidamente os preparativos do “escrete canarinho”.

O governo Médici investiu na Copa do Mundo. Era preciso ganhá-la, comentava se nos corredores de Brasília. Era a única maneira de, mítica e carnavalescamente, mobilizar a nossa gente (...). E assim se fez. Apoiada nos gênios do futebol, a repressão fez os seus gols de placa (...). Políticos, torturadores e craques de bola desfilaram juntos, em carros abertos, pelas avenidas de nossas capitais e, fanáticos, cegos, aplaudimos a todos.¹⁶¹

Desta forma, considerando os estudos de Roberto Ramos (1984), a vitória brasileira no México, na Copa de 1970, serviu para que a população participasse passivamente ou como o autor sinaliza, de forma alienante da vitória do país. O futebol, segundo a hipótese do autor, seria uma forma de mascarar a realidade social da época, marcada pela repressão política. Ainda com um detalhe, o sucesso nos estádios mexicanos serviria para legitimar o governo Médici aos olhos das camadas populares.¹⁶²

Esse momento de euforia atende perfeitamente a unidade interna, comparando com as comemorações do Sesquicentenário que enfatizou os elementos unificadores, apagando os elementos contraditórios. As vozes divergentes seriam silenciadas, deixando de ser ameaçar, as aspirações nacionais.

No entanto, ao contrário de Joel Rufino (1981) e Roberto Ramos (1984), o historiador Maurício Murad (1996) tentou através de seu estudo, ampliar a análise sobre o futebol e o poder deixando de associar mecanicamente o futebol ao contexto histórico-social, “compreendendo-o, ao contrário, como uma prática e, por isso, capaz de ser apropriado por múltiplos atores sociais ao longo de sua centenária trajetória em terras

160 RAMOS, Roberto. Futebol: ideologia do poder. Petrópolis: Vozes, 1984.

161 Ibidem p. 23-28.

162 Ibidem., p.29

brasileiras”.¹⁶³ Assim, de acordo com o autor, ao mesmo tempo em que o futebol assumiu o papel de trampolim para a ascensão de indivíduos oriundos das camadas mais pobres, revelando algumas estruturas fundamentais do ordenamento social brasileiro, tal prática se tornou expressão da formação cultural e da própria identidade nacional brasileira, desfrutando de importância superior às demais expressões artísticas do Brasil – inclusive o carnaval.¹⁶⁴

Em relação a análise de Roberto Ramos (1984) é possível levantar algumas questões: o Regime Militar e o próprio presidente Médici, naquele momento precisava usar o esporte para conquistar legitimidade popular através do futebol? O país vivia um momento em que o Brasil vivia o “Milagre Econômico” e o presidente recebia aplausos nas ruas, indicando que apesar da tentativa de associar o governo e a copa de 1970, não é possível afirmar que houve uma busca de legitimidade, mais sim, de apoio popular. Desta forma, é possível que tenha ocorrido alguma capitalização política do sucesso nos gramados, mas não da maneira orquestrada como Roberto Ramos deixa transparecer.¹⁶⁵

Ao mesmo tempo, Roberto Ramos (1984) procurou demonstrar a utilização, por parte da mídia, do futebol – em que pese, novamente, seu recurso à alienação.¹⁶⁶ Isto significa a utilização de um vocabulário de cunho ufanista na época da Copa do Mundo, não apenas na propaganda, mas também no próprio noticiário pretensamente objetivo da imprensa, cujos espaços eram ampliados na época dos certames internacionais.

As notícias a respeito da competição do torneio internacional organizado pela CBD começaram a aparecer na imprensa escrita a partir de janeiro de 1972, à mesma época em que surgiam as primeiras informações sobre a comemoração do Sesquicentenário da Independência.¹⁶⁷ O futebol aparecia no noticiário da imprensa escrita como um exemplo de união nacional, discurso este que recebia bastante destaque à época.

É importante frisar que a cobertura jornalística procurava estabelecer uma atmosfera de excitação coletiva, forjando um “movimento que começa a empolgar todo o país.”¹⁶⁸ Alguns órgãos da imprensa (como o Jornal dos Sports) associavam o futebol

163 MURAD, Maurício. **Dos pés à cabeça. Elementos básicos de sociologia do futebol**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1996, p. 71.

164 SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 81-87.

165 RAMOS, Roberto. **Futebol: ideologia do poder**. Petrópolis: Vozes, 1984, p.80 - 86.

166 Ibidem, p. 95

167 Ibidem, p.116

168 TAÇA Independência, *Jornal dos Sports* (GB), 5 jun. 1972. p.1. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 58.

às comemorações pelos 150 anos do “Grito do Ipiranga”, como forma de integrar a sociedade brasileira:

A inclusão da Taça Independência no programa oficial dos festejos comemorativos do Sesquicentenário da Independência do Brasil evidencia o quanto o governo Federal entende que, através das disputas esportivas, pode integrar ainda mais o país unindo todos os brasileiros no desejo de novas vitórias da Seleção tricampeã.¹⁶⁹

Adjovanes Thadeu (2009) também destaca o papel de João Havelange e da CBD, entidade nacional de futebol da qual era presidente e candidato declarado à presidência da FIFA (Federação Internacional de Futebol). Desta forma, um ponto a se destacar é a associação de interesses entre os dirigentes desportivos e o regime militar. O que permitiria que o futebol se tornasse um instrumento que impulsionaria a integração nacional da sociedade brasileira, pois, mais do que mera prática desportiva, ele se constituiria em objeto de paixão nacional.¹⁷⁰

Desta forma, para João Havelange, a Mini Copa ou a Copa Independência o campeonato foi conhecido pelos dois nomes, certamente colaboraria com a União, compondo o programa oficial das comemorações do Sesquicentenário, e conclui:

O futebol poderia servir como mais um elo para a integração do país, que passa por uma fase de desenvolvimento. O torneio seria um espetáculo de enorme proporção, com o aproveitamento de 12 estádios brasileiros de grande capacidade de público, alguns construídos ou ampliados recentemente. A CBD contava com o apoio de todos os brasileiros e tinha o maior interesse em retribuir esse apoio com esforço para realizar a Taça Independência.¹⁷¹

Considerando o cenário apresentado, podemos pensar na realização de uma “comunhão” de interesses, entre a sociedade brasileira, os dirigentes desportivos e os governos, especialmente, no âmbito federal e estadual, que tiveram um papel decisivo na realização da competição, através da liberação de verbas e da aceleração das obras de diversos estádios por todo o país.

A chamada “grande imprensa”, formada pelos seguintes jornais: O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil) também participaram ativamente da elaboração de uma atmosfera festiva, que ajudasse a transformar o torneio em um

169 TAÇA Independência, Jornal dos Sports (GB), 5 jun. 1972. p.1. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 58.

170 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de., op.cit., p 117

171 TAÇA Independência: integração pelo futebol, Jornal dos Sports (GB) 6 de jun. 1972, p. 2. suplemento especial. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 58.

sucesso de público. Um bom exemplo, pode ser encontrado o periódico carioca, O Dia, que na época era de propriedade de Antônio de Pádua Chagas Freitas, o governador do Estado de então, em uma série de reportagens sobre os competidores, oito semanas antes do início da competição internacional, informava que pretendia, apenas,

esclarecer, positivamente, nossos leitores, para uma competição que deve honrar todos os brasileiros, não só pelo sentimento patriótico que ela encerra, chamando a atenção do mundo para nossa Pátria. (...) A Minicopa está aí, falta apenas que todos se unam em torno da CBD de norte a sul, no sentido de que seja um sucesso como foi a Copa do Mundo de 50, uma vez que isso só soma pontos em favor do progresso do nosso País no conceito das nações mundiais. Também o Jornal do Comércio repercutiu o clima de otimismo que se estabelecia em torno da Taça Independência, afirmando que a mesma seria não só um banho de futebol, mas principalmente a festa maior nas comemorações dos 150 anos de Independência.¹⁷²

O Jornal do Comércio foi outro veículo de imprensa, que repercutiu o clima de otimismo que se estabelecia em torno da Taça Independência, afirmando que a mesma seria não só um “banho de futebol”, mas principalmente “a festa maior nas comemorações dos 150 anos de Independência.”¹⁷³

A propaganda privada também buscou se apropriar da competição internacional. Durante a realização do Torneio, por exemplo, o grupo União de Bancos associou suas atividades profissionais à torcida pelo Brasil. Com efeito, embora este grupo fosse um dos patrocinadores da Mini Copa, tal decisão não foi motivada por nenhuma paixão pelo futebol, mas por critérios associados ao desempenho econômico do certame e dos possíveis ganhos financeiros que o banco esperava obter.

2.4. As Campanhas publicitárias do Sesquicentenário

A propaganda durante o governo militar, teve um papel determinante nas legitimações dos governos e ações autoritários. Assim, para a construção de peças publicitárias foi criado um órgão com esse objetivo, responsável pelas campanhas do governo, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Ela foi criada em 15 de

172 MINICOPA, competição de gigantes. O Dia (GB), 19 de mar.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 58.

173 MINICOPA é show de bola para o mundo. Jornal do Comércio (GB), 7 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 58.

julho de 1968¹⁷⁴, e responsável pelos principais *slogan* nacionalistas, muito utilizados no governo militar, como o “Ame-o ou Deixe-o ou Você Constrói o Brasil.

Em 1972, dois terços da população brasileira possuíam acesso a veículos de massa¹⁷⁵. No censo de 1970, consta que 59% de todas as casas tinham um rádio, e esse número aumentou para 80% em 1972¹⁷⁶. Em 1972, pouco mais de um terço das casas brasileiras tinham acesso à televisão, e 60% das famílias urbanas tinham um aparelho em casa, números rapidamente superados nos anos seguintes¹⁷⁷.

A importância crescente da propaganda nacionalista de massa e seu alcance, ajuda a entender o valor atribuído à Subcomissão de Propaganda e Divulgação pela CEC nas comemorações do Sesquicentenário. Seu principal papel era estimular a participação dos brasileiros na efeméride, dando prosseguimento a estratégia de aproximação entre governo militar e o povo brasileiro. Assim, as cinco principais agências publicitárias do país¹⁷⁸, segundo Luis Macedo, Presidente da Subcomissão, com suas máquinas de propaganda¹⁷⁹, foram contratadas para elaborar as peças publicitárias, que segundo Adjovanes Thadeu (2009), tiveram em certa medida, grande autonomia de atuação no que se refere à criação de peças promocionais do Sesquicentenário.

No entanto, as campanhas tinham que ter características em comum, como (...) apelos emocionais – estimulando o espírito de brasilidade e orgulho nacional; e apelos racionais – levando todos os brasileiros a uma tomada de posição reflexiva fundamental, que nos engaje no próprio processo de afirmação da Independência; que nos desperte a consciência ativa, responsável e participante. (...) Nacionalismo – eis o nosso produto – disse Luis Macedo presidente da Comissão: As campanhas vão excitar a altivez, despertar o orgulho das comunidades para o fato de elas comporem uma nação chamada Brasil.¹⁸⁰

Coube à Subcomissão organizar a campanha geral do Sesquicentenário e as campanhas para assuntos específicos, como as campanhas do Encontro Cívico Nacional, da excursão dos despojos de D. Pedro I e da Copa Independência. As campanhas receberam níveis diferentes de atenção. A campanha geral teve uma maior duração, começando meses antes das festividades e permanecendo até o seu final, com um

174 Criado sob o Decreto n° 62.119 de 15 de janeiro de 1968.

175 PINTO, Ivan S. **The Brazilian Media Scene**. Propaganda, n. 203, jun. 1973. p. 67.

176 Ibidem, p. 65.

177 Ibidem, 64-68

178 A PROPAGANDA da Independência tem o sentido de liberdade. Jornal do Brasil (GB), 24 fev. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76.

179 SCHNEIDER, Nina. **Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a ditadura militar em perspectiva comparada**. Estudos Ibero-Americanos, vol. 43, núm. 2, 2017.

180 A PROPAGANDA da Independência tem o sentido de liberdade. Op.cit.,

tratamento especial, as campanhas específicas tinham como função atrair o público para o evento. A divulgação era feita através de campanhas publicitárias que envolviam peças publicitárias para televisão, rádio, jornais e revista. As peças publicitárias desenvolvidas para o Sesquicentenário buscavam transmitir sua mensagem através de uma linguagem simples e de grande impacto emocional como forma de engajar a sociedade brasileira nas comemorações pelos 150 anos do “Grito do Ipiranga.”.

Em entrevista ao Jornal do Brasil no dia 24 de fevereiro de 1972, o Sr. Luís Macedo, presidente da Subcomissão de propaganda e divulgação, exibiu o material publicitário preparado para as Comemorações do Sesquicentenário que era formado por material publicitado para revista e cartazes e vídeo para televisão e cinema. Adjovanes Thadeu (2009) descreveu as peças publicitárias:

Entre os cartazes, os três temas básicos estarão figurando em 4 peças: a que leva a frase “Tudo Azul” sobre um campo verde e amarelo; outra, os dizeres “Verás que um filho teu não foge à luta”, sob 4 gravuras simbolizando a educação, o esporte e a saúde; o 3º, mostrando as “Armas da Independência” com o campo visual dividido e, em cada espaço correspondente, uma mão segurando uma arma (estas são a seringa, o lápis, a enxada, a bola de futebol e o martelo); e, finalmente, a 4ª peça, um pôster com a figura de Tiradentes, sublinhada a frase “Tudo começou com ele” (...) ao pé de cada cartaz haverá sempre o verso do Hino do Sesquicentenário: “Festa de Amor e Paz”.¹⁸¹

181 PROPAGANDA da Independência tem o sentido de liberdade. Jornal do Brasil (GB), 24 fev. 1972.

Disponível em

<<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19720224&printsec=frontpage&hl>
=> Acesso em: 29/09/2020. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76.



Imagem 2: Peça publicitária com Tiradentes e a frase “Tudo Azul”¹⁸²

JORNAL DO BRASIL □ Quinta-feira, 24, 2/72 □ 1.º Caderno



Imagem 3: Peça Publicitária As Armas da Independência¹⁸³

182 PROPAGANDA da Independência tem o sentido de liberdade. Jornal do Brasil (GB), 24 fev. 1972. Disponível em TAÇA Independência, Jornal dos Sports (GB), 5 jun. 1972. p.1. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentário, Pasta 58.

183 PROPAGANDA da Independência tem o sentido de liberdade. Disponível em <
<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19720224&printsec=frontpage&hl=>>
 > Acesso em: 29/09/2020.

Já o filme publicitário apresentado, possuía um minuto de duração que seria transmitido pelas emissoras de televisão e cinemas. O vídeo exibia um retrato otimista do cotidiano brasileiro, ao som da Marcha do Sesquicentenário, conforme descrito por Adjovanes Thadeus (2009):

Entre as cenas constam duas rápidas: um garotinho tentando colocar uma imensa bandeira do Brasil numa fachada; e um homem alto ajustando uma bandeira do Brasil de proporções mínimas num caminhão. Outra cena: casais jovens, flashes rapidíssimos; crianças beijando-se ternamente; cena de futebol, gol de Pelé, Jairzinho ajoelhado e foto clássica do tricampeonato do México (a Taça Jules Rimet sendo erguida); cenas diversas de construções importantes: barragens, indústrias, Transamazônica; entremeiam-se às cenas closes de crianças olhando em frente, num misto de admiração e assombro; duas cenas de encontro fraternal entre várias pessoas; cenas de carnaval onde negros, brancos e mulatos confraternizam, vivendo a mesma euforia; crianças na hora do recreio de uma grande escola; umas no escorrega e no balanço, outras brincando de roda; vista panorâmica e, por fim, cena final: a marca do Sesquicentenário da Independência.

184

As propagandas institucionais tinham, ainda, o objetivo de atrair aos eventos, o maior público possível para participar das festividades programadas pela CEC. Assim, por exemplo, em abril de 1972 diversos jornais publicaram o seguinte anúncio: uma imagem formada por 9 fotografias com pessoas de variadas idades (inclusive um grupo de estudantes primários), com a seguinte mensagem:

Quando o seu país tem uma razão muito forte para fazer uma festa, quem deve ser considerado convidado? Vai ser no dia 21 de abril, às 18:30. Um dia cheio de significado para esta massa, por que marca o começo de toda uma luta pela nossa Independência. Portanto, uma boa data para ser festejada, alegremente. E este anúncio é um convite para você comparecer. Assim como você pode convidar todos os brasileiros que você conhece. Nessa festa todos nós vamos contar juntos a música de maior sucesso neste país. O nosso Hino. Pense na vibração que vai ser você e 90 milhões de brasileiros cantando juntos, A mesma hora, em todos os pontos do país. Um país com 150 anos de Independência merece isso. Encontro Cívico Nacional. ¹⁸⁵

184 PROPAGANDA da Independência tem o sentido de liberdade. *Jornal do Brasil* (GB), 24 fev. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76.

185 JORNAL do Brasil (GB), 13 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76. O mesmo anúncio foi publicado, entre outros, nos seguintes jornais: *Correio da Manhã* (GB), 14 abr. 1972; *O Povo* (Fortaleza, CE), 14 abr. 1972; *Jornal dos Sports* (GB), 20 abr. 1972; *Gazeta de Alagoas* (Maceió, AL), 21 abr. 1972; *O Fluminense* (Niterói, RJ), 21 abr. 1972; *O Globo* (GB), 21 abr. 1972; *Jornal do Brasil* (GB), 21 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76. *Revista Manchete*, 29 abr. 1972, p. 54-55. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 82.



Imagem 04: Peça publicitária do Encontro Cívico Nacional¹⁸⁶

Para Adjovanes Thadeu (2009), as peças publicitárias institucionais seguiram as diretrizes determinadas por Luís Macedo, que também era o Diretor de uma das agências selecionadas para realizar as campanhas. Assim, um dos anúncios publicados mostrava 5 pequenas figuras justapostas nas quais se vê um trabalhador da construção civil, médicos realizando uma cirurgia, uma professora lecionando, com a seguinte mensagem:

90 milhões continuam em ação”, acompanhada do seguinte do texto:
 No campo e na cidade. Nas escolas e nos hospitais. Nas usinas e nos laboratórios.
 No mar de 200 milhas e nas estradas multiplicadas. Na Arte e no Esporte.
 A Independência é a soma de muitas vitórias.¹⁸⁷
 Na hora em que se comemoram os 150 anos da Independência do Brasil, vale a pena lembrar que este é um dos países que mais crescem no Mundo.
 Você constrói o Brasil.
 Com suor e fé, trabalho e União, orgulho e esperança.
 Sesquicentenário da Independência. Você constrói o Brasil.¹⁸⁸

As empresas estatais também se envolveram nas festividades, e criaram propagandas que associaram suas companhias ao Sesquicentenário da Independência

186 PROPAGANDA da Independência tem o sentido de liberdade. Op.cit.,. Disponível em <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19720224&printsec=frontpage&hl=>> Acesso em: 29/09/2020.

187 DIÁRIO de Minas (Belo Horizonte, MG), 17 ago. 1972; O Jornal (GB), 23 ago. 1972; Diário Popular (S. Paulo, SP), 24 ago.1972; Correio do Povo (Porto Alegre, RS), 30 ago.de 1972; Diário Popular (S. Paulo, SP), 16 ago. 1972; Jornal do Comércio (GB), 22 ago. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76C.

188 DIÁRIO de Minas (Belo Horizonte, MG), 17 ago. 1972.

brasileira. Um bom exemplo, é a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, CPRM, empresa vinculada ao Ministério das Minas e Energia, publicou o seguinte anúncio:

a imagem de mãos erguendo pedras (não é possível definir de que tipo de minério se trata) e, mais abaixo, a seguinte mensagem: “Independência também se faz com pedras na mão.”¹⁸⁹ Não deixa de ser irônico uma propaganda estatal recorrer a tal imagem (“pedras na mão”), se considerarmos o contexto de 1972, quando o protesto social havia sido criminalizado e reprimido. se considerarmos o contexto de 1972, quando o protesto social havia sido criminalizado e reprimido.¹⁹⁰

Como não poderia deixar de ser, a Petrobrás também associou sua imagem às comemorações do Sesquicentenário da emancipação política do Brasil. Um anúncio publicado em jornais e revistas mostrava o símbolo do Sesquicentenário e o logotipo da Petrobrás, com a seguinte mensagem: “Brasil ano 150. Independência. Petrobrás ano 1972. Nossa Independência em petróleo.”¹⁹¹ A empresa estatal de petróleo também criou outra peça publicitária de igual teor: com o título “Sem Independência econômica não há Independência política”, o anúncio trazia, ao fundo, a imagem de uma de suas refinarias e, ainda, ladeando a frase supra, o logotipo do Sesquicentenário e o da Petrobrás com os dizeres “Independência em Petróleo”.¹⁹²

A iniciativa privada, também se associou ao Sesquicentenário, algumas vezes enfatizou outros personagens (e eventos) que não D. Pedro I e o “grito do Ipiranga”. Podemos observar a propaganda de uma indústria do setor petroquímico, centrada na figura de José Bonifácio:

Estamos em meados de 1822. Na corte, no Rio de Janeiro, um grupo de estrangeiros ouvia uma voz ousada falar sobre “Independência ou Morte”. Era a voz brasileira de José Bonifácio de Andrada e Silva. Pouco depois, em 6 de agosto de 1822, a libertação do Brasil era confirmada em documento redigido pelo patriarca, assinado para d. Pedro I e dirigido às maiores potências mundiais. Mas o trabalho de José Bonifácio não parou aí. Aos seus profundos conhecimentos sobre mineralogia e geologia, os seus incansáveis estímulos, devemos a implantação pioneira da indústria siderúrgica no Brasil, E, com ela, o início da nossa independência econômica, hoje já consolidada. Por isso, a Elekeiroz - também pioneira em seu setor de atividades industriais – acha que neste 7 de setembro,

189 JORNAL do Brasil (GB), 27 jan. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76.

190 Adjovanes Thadeu. Op.cit., p.177

191 ESTADO de Minas (Belo Horizonte, MG), 29 mar. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76 C.

192 REVISTA MANCHETE, 29 abr. 1972, p. 86-87. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 82.

quando o progresso e o desenvolvimento invadem o país, um nome não pode ser esquecido: Jose Bonifácio de Andrada e Silva.¹⁹³ (Produtos Químicos Elekeiroz S.A.)¹⁹⁴

Empresas privadas procuraram, também, utilizar a marca do Sesquicentenário nas embalagens de seus produtos. Um bom exemplo foi o Supermercados Sendas, que imprimiram a marca do evento em bolsas e sacolas de compras, usufruindo da propaganda da efeméride e, ao mesmo tempo, divulgando a mesma.



Figura 5: Bolsas de Papel com Propaganda¹⁹⁵

As entidades representativas do comércio, como o SESC e o SENAC também publicaram anúncios homenageando o “Patriarca da Independência.” Assim, a peça publicitária, compunha-se de uma imagem de pena e tinteiro, seguida da mensagem:

150 ANOS DE INDEPENDÊNCIA - José Bonifácio, o Patriarca da Independência, na pregação de suas ideias já em 1819 via o Brasil grandioso de hoje. O Empresariado do Comércio, através de suas entidades, associa-se aos festejos que assinalam o Sesquicentenário da independência do Brasil, reafirmando seu empenho em dedicar o melhor de seus esforços, ao lado de toda a Nação, para o desenvolvimento cada vez mais acelerado de Nossa Pátria. (Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Centro do Comércio do Estado de São Paulo, SESC – Serviço Social do Comércio, SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)¹⁹⁶

193 DIÁRIO Popular (S. Paulo, SP), 1 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76 D.

194 Ibidem.

195 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de., p. 287.

196 DIÁRIO do Grande ABC (Santo André, SP), 7 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76 D.

Em outro anúncio, uma indústria buscou associar-se aos festejos do 07 de setembro, utilizando a imagem da bandeira nacional tremulando. O anúncio continha o seguinte texto:

150 anos depois, o Brasil não tem mais futuro. O futuro do Brasil é hoje. É agora basta olhar em volta que a gente vê isso. Um país desperta para o desenvolvimento com uma febre de trabalho para todo lado. Hoje, o brasileiro trabalha sorrindo. Constrói um país sorrindo. Confia. Nós participamos de corpo e alma desse entusiasmo. Estamos dando a nossa parcela de trabalho no reaparelhamento dos portos, na siderúrgica, na petroquímica. Participando da construção de navios, habitações e usinas hidroelétricas. Onde houver um trabalho duro pra fazer, estamos lá. Fazendo força. Vivendo o futuro deste país, hoje. (Mecânica Pesada S.A.)¹⁹⁷

Nesta propaganda específica, a empresa tentava mostrar que o Brasil deixará de ser o “país do futuro”, pois este finalmente haveria se tornado realidade. Por fim, selecionamos uma propaganda que procura mostrar D. Pedro I como alguém “comum”, isto é, desassociando-o da figura do estadista. Com efeito, tal propaganda exhibe o rosto do primeiro imperador, acompanhado da seguinte mensagem:

Na hora de decidir ele ficou com a gente. Ele tinha só 23 anos. Um jovem. Como milhões que existem hoje no país que ele libertou. Ele era gente. Gostava de música e fazia música. Gostava de alegria. E não perdia um baile. Gostava de amor. E amava. Mas antes de tudo, d. Pedro foi Livre. Por isso, um dia ele teve que escolher. E ficou com a gente.¹⁹⁸

As empresas estrangeiras também procuraram estabelecer algum tipo de vínculo com a comemoração do Sesquicentenário. A Air France, publicou um anúncio sem imagens, mas com a seguinte mensagem: “150 anos de Independência. 11,3% de crescimento do Produto Nacional Bruto. Isso é que nós franceses entendemos por *Jeunesse dorée*.¹⁹⁹ Igualmente, a TAP (Transportes Aéreos Portugueses) também criou um anúncio homenageando o Sesquicentenário da Independência: “Pra frente Brasil” tendo no plano principal o logotipo de Sesquicentenário.²⁰⁰

197 JORNAL da Tarde (S. Paulo, SP), 6 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76 D.

198 INDEPENDÊNCIA: Pedro I, o príncipe guerreiro. Jornal do Comércio (GB), 6 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 75 A

199 GLOBO (GB), 7 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76 D.

200 REVISTA Manchete, 16 set. 1972, p. 120-121. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 82.



Figura 6: Propaganda da Transporte Aéreo Portugueses²⁰¹

Com base nos exemplos mostrados, podemos perceber que o papel da propaganda no Sesquicentenário, foi de criar uma coesão em um contexto de Ditadura com o intuito de manter uma coesão de forças e o aumento de sua base de apoio, utilizando-se em maior proporção da repressão de cunho político (coerção), como também, em menor grau, e da propaganda ideológica (consentimento). Mediante tais “esforços” do governo Médici, observou-se a tentativa de o regime militar construir a sua hegemonia. Como analisa Luciano Gruppi, a hegemonia é “a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe.”²⁰²

Desta forma, podemos perceber que a Subcomissão de Propaganda e Divulgação da CEC utilizou estratégias semelhantes as da AERP. O governo militar, buscou em suas campanhas oficiais um caráter desmobilizador e aparentemente apolítico²⁰³. Assim, a máquina de propaganda em massa utilizada pelo governo, buscou apresentar um discurso paradoxal de harmonia²⁰⁴, que fingia que os brasileiros podiam participar da vida social

201 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. Op.cit., 276.

202 GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 70.

203 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. Op.cit., 278

204 FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 130-38.

e política. No entanto, a situação era bem diferente, o cidadão brasileiro estava amplamente privado dos seus direitos políticos como: o direito ao voto, direito à proteção da pessoa e até dos seus direitos sociais, considerando que o chamado milagre econômico somente beneficiava algumas camadas da sociedade brasileira, enquanto o abismo social aumentava²⁰⁵.

Também é importante frisar que o regime militar estrategicamente apoiou o investimento na infraestrutura e nas comunicações de massa.²⁰⁶ Cabe destacar, que essa política, não foi nenhuma especificidade, mas um elemento comum em todas as ditaduras do século XX. Enquanto o regime militar brasileiro investiu na infraestrutura da televisão, o regime nazista distribuiu estrategicamente o chamado Volksempfänger, um rádio moderno subvencionado pelos nazistas para melhor difundir a sua propaganda²⁰⁷

Outro ponto discutido por Janaína Cordeiro (2012), é a longa influência da tradição cívico-patriótica brasileira, anterior a 1964, de fidelização dos brasileiros às festividades. Não podemos esquecer da característica que particularizava o contexto da primeira metade dos anos 1970, e que segundo a autora teria sido responsável pela forte reativação desta tradição, agora envolvida por uma atmosfera de modernização que a particularizava: o otimismo e a fé no futuro do país, tão próprios dos anos do Milagre Econômico.

Para Maud Chirio (2000), que estudou as comemorações da Independência entre 1964 e 1985, apresenta uma espécie de “obsessão” por parte da AERP, a partir de 1969, no sentido de atribuir densidade popular às festividades, complementando que as estratégias propagandistas da ditadura somente se tornaram viáveis na medida em que elas recuperavam um patriotismo e um otimismo já pré existentes na sociedade e profundamente ancorados no imaginário coletivo brasileiro e, nesse sentido, não deixaram de se manifestar porque o governo não era democrático.²⁰⁸

No entanto, de acordo com a autora acima citada, a partir da década de 1980, construiu-se uma memória segundo a qual tais festas eram imposições do governo ditatorial e, portanto, não desfrutavam de popularidade efetiva. No entanto, apesar desta

205 DRAIBE, Sônia Miriam. **As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84**. SOARES, Gláucio; D’Araújo, Maria Celina (Org.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

206 SCHNEIDER, Nina. Op.cit., p. 76, p. 115.

207 ZIMMERMANN, Clemens. **Medien im Nationalsozialismus: Deutschland, Italien und Spanien in den 1930er und 1940er Jahren**. Wien: Böhlau, 2007.p. 149.

208 CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em Movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

visão maniqueísta, é preciso destacar que as críticas quanto ao caráter excessivamente solene e o rigor das manifestações de patriotismo encenada pelos militares não são completamente infundadas: “malgrado os esforços das agências de propaganda governamental para dar uma coloração popular às festas, a dureza política do regime se traduzia por uma formalidade e um controle excessivo das comemorações”²⁰⁹.

Ainda, segundo Janaína Cordeiro (2014), um ponto teria escapado na análise de Maud Chirio (2000),²¹⁰ é que esse “controle e formalidade excessivos” das comemorações não era, de modo algum, estranho ao universo de referências de setores significativos da sociedade. Ao contrário, expressavam noções de ordem e hierarquia caras, a determinado imaginário coletivo nacional.

De toda forma, tendo em vista essa obsessão do governo por criar uma aparência de popularidade, Maud Chirio (2000) acredita que seja necessário estabelecer alguns critérios para verificar a popularidade das festas de independência. Para a autora, se quisermos “tentar compreender a percepção das festividades pela população, é preciso distinguir as seguintes formas de popularização: a popularidade suscitada (graças à transformação das cerimônias sem espetáculo), a popularidade simulada e a popularidade real”²¹¹.

Para finalizar é fundamental deixar claro, que durante as comemorações do Sesquicentenário o governo trabalhou, não apenas oferecendo ao povo, o espetáculo, mas também proporcionando o que Maud Chirio (2000), chamou de popularidade simulada. Aquela que inclui, por exemplo, “a participação dos lusos brasileiros nas festividades do Sesquicentenário e a recepção que os despojo de D. Pedro I recebeu durante sua peregrinação pelos estados, as enormes filas para ver os restos mortais do Imperador e por fim, o Encontro Cívico Nacional com os estádios do país cheios para homenagear a bandeira e o hino nacional.”²¹² Segundo a historiadora, a popularidade real das festas permanece difícil de apreender, em virtude da própria obsessão dos propagandistas em construir tal imagem.²¹³

209 CHIRIO, Maud. Une nouvelle écriture du destin national. La commémoration de l’Indépendance du Brésil sous la dictature militaire (1964-1985). Mémoire de Maîtrise d’Histoire. Université Paris I. Paris, 2000.

210 Ibidem, p.74.

211 Ibidem, p.86.

212 CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência: entre consenso e consentimento.** Anais do 13º Encontro Regional da ANPUH, 2008.

213 Ibidem., p 29.6

As comemorações do Sesquicentenário, em boa medida fizeram parte da vida dos brasileiros nos 5 meses das festividades, que foram planejadas para acontecer em todo Brasil. Se a adesão foi fruto de uma propaganda direta, emocional e nacionalista ou foi por uma identificação com um discurso autoritário, ao qual a nação já estava acostumada, não é o objetivo deste estudo discutir. No entanto, percebe-se que houve uma estratégia bem elaborada do Governo Militar na promoção das Comemorações do Sesquicentenário, e o quanto é preciso ser estudado pelos alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Capítulo 3. Trabalhando com fontes históricas: O Sesquicentenário como tema para a sala de aula.

3.1. Orientações gerais

3.1.1. Orientações para os professores

O Sesquicentenário ou os 150 anos da Independência do Brasil, ou melhor ainda, as comemorações desta data durante o período conhecido como Ditadura Militar (1964-1984) foi o tema escolhido para esse estudo. Sabemos que não é um tema usual nos estudos acadêmicos, no entanto, a partir de 2009, alguns pesquisadores²¹⁴ passaram a se dedicar ao tema com destaque para dois trabalhos, o primeiro sobre o papel da imprensa durante a Ditadura Militar em 1972, e outro que tratou da atuação da população durante a festividade a partir dos conceitos de consenso e consentimento.

Acredito, que essa discussão ainda não atingiu as salas de aula como poderia, apesar dos estudos entorno de efemérides serem um tema, ainda ser caro nos estudos escolares.

Considerando o atual momento político, com o retorno da discussão do nacionalismo e a proximidade do Bicentenário da Independência em 2022, trazer para escola esse tema, parece ser uma oportunidade para contribuir para uma visão crítica sobre as comemorações cívicas, que ocorreram em 1972.

Como componente do material didático foi incluído um texto introdutório para o professor, explicando a proposta das atividades. No entanto, é importante destacar que o principal objetivo desse material é ser um convite para que professores e alunos possam utilizar as fontes de forma criativa, atendendo da melhor forma a proposta pedagógica desenvolvida em sala de aula pelos professores.

214 A tese de Adjovanes Thadeu Silva de Almeida, sob o título, O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972).

Prezados colegas professores,

Este material é fruto de algumas inquietações profissionais, em relação às práticas e ao material didático utilizado no ensino de História, em especial, no Ensino Fundamental e Médio nas escolas. A obrigatoriedade por parte de algumas escolas, quanto ao uso dos livros didáticos e apostilas nas salas de aula, acaba por estabelecer uma barreira ao trabalho pedagógico. O seu uso cada vez mais impositivo associado à relação perversa existente entre o tempo de aula e conteúdo programático, causam um efeito prejudicial aos professores, resultando na falta de estímulo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas criativas e inovadoras.

A partir dos anos 1990, as escolas passaram a desenvolver atividades educacionais cada vez mais voltados para a utilização de recursos audiovisuais, em certas escolas, alguns projetos se tornaram verdadeiros espetáculos. Tais recursos pedagógicos parecem ter sido eficazes na aproximação entre alunos e diferentes tipos de fontes históricas e outras narrativas, mas muitos ainda seguiam discutindo sobre a necessidade da ampliação do protagonismo dos discentes.

Muitos professores de História, ainda na Universidade, sonharam em trabalhar com a pesquisa histórica, mas sabemos que boa parte desses profissionais em suas desgastantes rotinas em sala de aula, foram se distanciando das práticas de investigação. A não utilização da pesquisa histórica em sala de aula, colabora para aumentar o fosso entre as práticas educacionais no Ensino Básico e o Ensino Superior, reforçando a distinção entre esses profissionais.

Muitas são as práticas que, cada vez mais, tentam construir pontes entre o fazer pedagógico e a pesquisa histórica. Meu ingresso e trajetória ao longo do mestrado profissional em Ensino de História foi importante para que eu pudesse propor a transformação de uma pesquisa histórica em uma proposta pedagógica. Esse trabalho pretende apoiar o professor em sua atividade laboral, como material complementar aos livros didáticos, para tratar de temas como a Ditadura Militar, nacionalismo, e outros temas curriculares obrigatórios por meio de documentos como fotos, discursos, letra de música e matérias de jornais sobre o Sesquicentenário da Independência, ocorrido em 1972, efeméride comemorada durante os meses de abril a setembro, em que o governo militar não poupou esforços para estabelecer um sentimento de pertencimento, união e participação da nação nas comemorações.

Considerando que, em 2022, a Independência do Brasil fará 200 anos, acredito que novamente teremos a comemoração desta efeméride, e esse tema, deverá estar em pauta nas salas de aula. Proponho uma atividade dividida em cinco blocos; o primeiro irá tratar da organização das comemorações, o segundo tratará das atividades planejadas para a festividade, e o terceiro vai falar da excursão dos despojos de D. Pedro I, permitindo ao aluno ter contato com as fontes e seus locais de guarda.

O Sesquicentenário foi a principal efeméride durante a Ditadura Militar, durou 5 meses e sua programação visava atingir toda a sociedade brasileira, como desejava o governo militar. As empresas, bancos, supermercados e multinacionais também participaram dos festejos associando a data a suas marcas se utilizando de um forte apelo nacionalista.

A comemoração oficial contou com uma programação elaborada pela Comissão Executiva Central, mais conhecida pela sigla CEC, que também possuía Subcomissões. Os estados também criaram Comissões Estaduais que davam apoio a CEC na programação.

Essa programação contou com um Campeonato de Futebol, a Copa Independência onde seleções de vários países participaram. Outra festividade foi a abertura das comemorações com um evento que deveria num mesmo momento parar para ouvir o pronunciamento do Presidente Militar Ernesto Garrastazu Médici e ouvir “a principal música do país o Hino Nacional, durante o Encontro Cívico Nacional. Mais o principal evento das comemorações foi a excursão dos restos mortais de D. Pedro I pelas principais capitais do país durante 5 meses.

A utilização de fotografias, charges, discursos, legislação e trechos de textos de jornais, busca aproximar os alunos dessas fontes, através de um conjunto de perguntas que devem orientá-los. O objetivo final deste material, é que o aluno consiga construir uma narrativa própria com base nas fontes, estimulando novas perguntas e respostas sobre o tema.

Para isso, sugerimos que o professor utilize o material conforme seus objetivos, com liberdade de escolha na forma de utilização, seja em sua totalidade, permitindo que seja desenvolvido um trabalho a longo prazo. Ou simplesmente, trabalhe os diversos módulos separadamente, complementando a sua proposta o material didático em determinado semestre ou bimestre.

O estudo das comemorações cívicas, tem recebido cada vez mais atenção dos historiadores²¹⁵ e acredito que muito poderão ajudar no entendimento do que virá a ser o Bicentenário e suas propostas de comemoração em 2022. Sabemos que o contexto político influencia bastante na forma de comemorar e entender como essa data já foi abordada. Estudar o tema, certamente ajudará numa visão mais crítica sobre as efemérides.

A Independência do Brasil é, sem dúvida, uma das nossas principais efemérides, comemorada em 1922, pela primeira vez. O Brasil havia se tornado uma República em 1889, e apesar dos riscos políticos, em lembrar fatos que poderiam trazer a lembrança o período imperial, a data foi comemorada. No entanto, o risco em parte foi minimizado, através da grande patrulha ideológica realizada por parte do governo federal.

Apesar desses desafios, a data foi lembrada através de uma Exposição Internacional, e alterações no traçado urbanístico do centro da cidade. O Brasil em 1922, desejava de se mostrar como um país civilizado aos moldes de Paris, derrubava morros como do Castelo, abrindo espaço para a construção das edificações que receberiam a Exposição Internacional, dando continuidade ao projeto de remodelação da capital, que havia aberto grandes avenidas, como a Avenida Central e derrubando os casebres para fazer valer a frase Positivista “Ordem e Progresso”, estampada em nossa bandeira.

Autores como Marly da Motta²¹⁶ em seus estudos, abordaram o Centenário da Independência. A autora aponta para a necessidade de apaziguamento entre as diferentes forças políticas, eliminando-se os ásperos conflitos recentemente vivenciados, expressos pela Reação Republicana e pelo levante tenentista do Forte de Copacabana (5 de julho de 1922). Se não houvesse perspectiva de excluir o conflito, ao menos haveria a possibilidade de diluí-lo, e mesmo eclipsá-lo, a partir da ênfase no Centenário expressa pela busca de uma unidade nacional.

Em 1972, em meio ao crescimento econômico marcado pelo endividamento externo e repressão aos trabalhadores e à tortura dos opositores do Regime, o Governo Militar propõe uma comemoração de cunho nacionalista para festejar o Sesquicentenário da Independência. Esse tema começa a ser tratado a partir dos estudos dos Adjovanes

215 HOBSBAWM, Eric Jonh. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. CATROGA, Fernando, MENDES, José Amado; TORGAL, Luís Reis. **História da história em Portugal: da historiografia à memória histórica (séculos XIX-XX)**. Sociedade Industrial Gráfica, 1998, p. 225, 312. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **As festas que a República manda guardar**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 4.

216 MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

Thadeu Silva Almeida, com o título “*O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)*” e a tese de Janaína Martins Cordeiro “A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento.”

Tendo como ponto alto o retorno de Portugal, dos restos mortais de D. Pedro I, a comemoração estava fundada numa ideia de exaltação à História Colonial. A programação das comemorações não terminou por aí, o cortejo fúnebre percorreu as principais capitais brasileiras entre os meses de abril e setembro, quando em cerimônia oficial, os despojos do Imperador brasileiro foram finalmente sepultados.

Convido você, professor, juntamente com seus alunos, a entrar em contato com uma comemoração cívica, que buscou celebrar o primeiro imperador do Brasil como parte de um processo maior de exaltação de um nacionalismo diretamente associado ao regime autoritário. Sua legitimidade construía-se na propagação de suas conquistas e na busca pelo apagamento das práticas de perseguição e tortura que ocorriam nas prisões brasileiras.

3.1.2. Orientações para os alunos.

Olá alunos,

Vocês estão prontos para conhecer as comemorações do Sesquicentenário da Independência? Ela ocorreu no ano de 1972, durante o governo empresarial militar. Só para lembrar do que estamos falando, AI-5, guerrilha urbana, repressão política é exatamente desse período que vamos abordar. O governo promoveu uma grande comemoração para celebrar os 150 anos do país.

Gostaria de convidar você para uma viagem no tempo e descobrir o que foi escrito nos jornais e revistas, além de conhecer as fotos que faziam parte dessas reportagens e propagandas. Essa comemoração também contou com música e símbolos que descrevem bem o que foi essa festa. Boa parte desse material se encontra no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional. Você conhece os *sites* dessas duas instituições? Que tal acessar e conhecer esse espaço?

Esse material foi reunido nos anos de 1974 e 1975, pela Ditadura Militar para que essa comemoração não fosse esquecida como passar do tempo, mas não foi isso que ocorreu. Apesar dos esforços realizados pelo governo militar essas comemorações não são lembradas.

Porém, em 2022, o Brasil irá comemorar o Bicentenário da Independência, o que nos leva a imaginar que essas comemorações serão lembradas. Em 1972, o governo militar decidiu fazer uma grande comemoração para festejar o Sesquicentenário da Independência do Brasil. Essa festividade contou com o apoio do governo de Portugal, que aceitou a solicitação de traslado dos restos mortais do Príncipe que em vida governou os dois países, Portugal e Brasil. Você sabia que nosso Imperador era conhecido sob o título de D. Pedro IV em Portugal e aqui em nossas terras foi conhecido como D. Pedro I. Você sabe o motivo dele ter nome diferente nesses países? É simples, antes de D. Pedro receber esse título, em Portugal já tinha tido três outros reis com esse nome. É simples, no Brasil ele foi o primeiro imperador, foi ele que separou o Brasil de Portugal por isso aqui foi chamado D. Pedro I.

Os festejos do Sesquicentenário foram planejados para comemorar os 150 anos da separação política desses dois países, mas que mantiveram fortes laços, num momento muito difícil para o país. Comemorar para o Governo Militar era falar da grandiosidade

do país, da unidade nacional e do fortalecimento da economia, que infelizmente não durou muito.

Sem dúvida, três momentos foram pensados para serem os pontos alto das comemorações: O Encontro Cívico que propunha reunir num mesmo horário o país inteiro para Cantar o Hino Nacional e a peregrinação dos restos mortais de nosso antigo Imperador pelas capitais do país para visita pública e a Taça da Independência, que recebeu seleções de diversos países para um campeonato de futebol, ainda revivendo a conquista da Copa de 1970 pelo Brasil.

Essa comemoração durou 5 meses, com atividades no campo das artes, cultura, literatura e diversão. Durante os meses de abril e setembro qualquer evento programado pelos governos federal, estadual ou municipal levava o nome Sesquicentenário da Independência.

O governo militar teve grande influência na programação com a criação da Comissão Executiva Central – CEC que teve como atribuição a elaboração e execução das festividades. Sem dúvida, não houve inauguração ou evento que ocorresse em 1972, que não fosse em “comemoração ao Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Vamos conhecer essa comemoração? Esperamos que você conheça uma parte da nossa história que não encontramos nos livros, mas que você poderá descobrir com esse estudo.

Bom trabalho!

3.2. Fontes e reflexões sobre o Sesquicentenário da Independência: uma proposta didática

Módulo I: O Sesquicentenário no conjunto das comemorações cívicas.

Neste módulo vamos tratar da motivação e organização das comemorações do Sesquicentenário da Independência e também, as relações com o governo militar.

Pontos para discussão do módulo:

- O Sesquicentenário da Independência do Brasil e os símbolos cívico nacionais;
- Os preparativos das comemorações do Sesquicentenário;
- Escolha das datas e figuras históricas homenageadas.

Fonte 1: Logomarca desenvolvida por Aloísio Magalhães, especialmente para as comemorações. Fundo Sesquicentenário, Arquivo Nacional.



Símbolos oficiais – Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 19.

Fonte 2: Esse hino fez parte da campanha publicitária elaborada para divulgar o Encontro Cívico Nacional, sua divulgação iniciou em fevereiro de 1972, e teve um papel importante, buscando estimular a população para participação nas comemorações nos próximos 5 meses. O autor também foi responsável por outro sucesso popular da época, a marcha “Pra Frente Brasil” de 1970, que marcou a trajetória vitoriosa da Seleção Brasileira de Futebol.

Hino do Sesquicentenário da Independência do Brasil

Autor: Miguel Gustavo

Marco extraordinário Sesquicentenário da independência

Potência de amor e paz

Esse Brasil faz coisas

Que ninguém imagina que faz

É Dom Pedro I

É Dom Pedro do Grito

Esse grito de glória

Que a cor da história à vitória nos traz

Na mistura das raças

Na esperança que uniu

No imenso continente nossa gente, Brasil

Sesquicentenário

E vamos mais e mais

Na festa, do amor e da paz (Bis)

O HINO. Estado do Espírito Santo (Vitória), 24 fev.1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Pasta 76.

Fonte 3: Decreto de Criação de comissão organizadora para planejar as festividades do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Decreto nº 69.344, de 8 de Outubro de 1971

Designa Comissão Nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e

CONSIDERANDO que as festividades de 7 de setembro de 1972 deverão revestir-se de caráter excepcional, tendo em conta que a data assinalará o 150º aniversário da Independência do Brasil;

CONSIDERANDO que as referidas comemorações deverão estender-se pelo mais elevado espírito cívico e patriótico,

DECRETA:

Art 1º. É instituída uma Comissão Nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, durante o ano de 1972, bem como propor os meios necessários à realização das mesmas.

Art 2º. A Comissão a que se refere o artigo anterior será integrada pelos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha, do Exército, das Relações Exteriores, da Educação e Cultura e da Aeronáutica, pelos Chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, e pelos Presidentes das seguintes entidades: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselho Federal de Cultura, Liga de Defesa Nacional, Associação Brasileira de Imprensa, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABRATE).

Parágrafo único. A Comissão Nacional manterá entendimentos com os Poderes Legislativo e Judiciário e com os Governadores das unidades da Federação, a fim de harmonizar a participação de toda a Nação nas comemorações do Sesquicentenário da Independência.

Art 3º. A Comissão Nacional designará uma Comissão Executiva Central e as Subcomissões que se fizerem necessárias.

Art 4º. Os Ministros da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral promoverão as medidas necessárias para ocorrer às despesas resultantes da execução deste Decreto.

Art 5º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de outubro de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

EMÍLIO G.MÉDICI

Portal da Câmara dos Deputados

Fonte 4: Jornal Estado de Minas (Belo Horizonte, MG), 21 de julho de 1972, “Tiradentes-Pedro I.”

Muito certo girarem as comemorações do Sesquicentenário da Independência em torno de d. Pedro I, pois foi ele quem nos deu a Independência. Merecerá sempre homenagens por isso (...) tem-se também de se recordar especialmente Tiradentes, porque foi ele o mártir dela. E mais também o punhado de mártires pernambucanos que,

por a quererem, foram enforcados, retalhados, tiveram até suas cabeças penduradas à frente das casas em que moravam, para escarmento das famílias e de todos. Para que não pensasse ninguém em Independência.

Tiradentes e todos os que por ela foram enforcados e esquartejados têm de estar entre os aclamados 150 anos depois (...) A alegria justificável das homenagens a d. Pedro (...) foi decorrência da tristeza e agonia pelo sangue de Tiradentes e de inúmeros heróis que morreram exatamente porque desejavam aquela libertação. Ipiranga presenciou a etapa final gloriosa do sacrifício da Lampadosa e dos mártires pernambucanos. D. Pedro I e Tiradentes são princípio e fim de um martirológico. (...) Hoje, 150 anos depois, a rememoração do gesto do príncipe e também a do luto e da dor dos que padeceram pela causa. D. Pedro transformou em realidade a ideia que para Tiradentes e outros motivou a força. São as duas figuras maiores deste Sesquicentenário: Tiradentes e os martirizados como ele e, em seguida, Pedro I. (...) 7 de Setembro não separa as duas lembranças, na reverência do espírito brasileiro. Não pode separar porque a história os une.

TIRADENTES-Pedro I. Estado de Minas (Belo Horizonte, MG), 21 jul.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 65 A.

Produzindo Conhecimento

1. A Fonte 1 é a logomarca do Sesquicentenário de Independência do Brasil. Ela é formada por quais elementos? Elas fazem referência a quais momentos históricos do Brasil, quais são eles?
2. Com base na Fonte 2, você consegue identificar as características atribuída pelo texto ao povo brasileiro? Você concorda com essa descrição?
3. Você sabe o que é um Decreto, segundo o dicionário, ele é uma ordem ou resolução emanada de autoridade superior ou instituição, civil ou militar, leiga ou eclesiástica, ou a manifestação de vontade; desígnio. Com a ajuda da Fonte 3, para que servia o Decreto de Criação da Comissão Executiva Central?
4. Segundo a fonte 4, a Comissão Executiva Central estabeleceu uma ligação entre Tiradentes e D. Pedro I. A presente as características que unem essas duas figuras históricas?

Módulo II. Hino e Bandeiras, as comemorações vão começar.

Nesse módulo vamos entender como ocorreu o Encontro Cívico Nacional pelo Brasil, o primeiro evento das comemorações em 1972.

Pontos para discussão do módulo:

- O Encontro Cívico Nacional: a abertura das comemorações;
- O papel dos símbolos nas festividades;
- A integração nacional por meio das celebrações.

Fonte 5: Matéria publicitária do Governo Militar sobre o Encontro Cívico.

Quando o seu país tem uma razão muito forte para fazer uma festa, quem deve ser considerado convidado? Vai ser no dia 21 de abril, às 18:30 Um dia cheio de significado para esta massa, por que marca o começo de todo uma luta pela nossa Independência. Portanto, uma boa data para ser festejada, alegremente. E este anúncio é um convite para você comparecer. Assim como você pode convidar todos os brasileiros que você conhece. Nessa festa todos nós vamos contar juntos a música de maior sucesso neste país. O nosso Hino. Pense na vibração que vai ser você e 90 milhões de brasileiros cantando juntos, à mesma hora, em todos os pontos do país. Um país com 150 anos de Independência merece isso. Encontro Cívico Nacional.

JORNAL do Brasil (GB), 13 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76. O mesmo anúncio foi publicado, entre outros, nos seguintes jornais: Correio da Manhã (GB), 14 abr. 1972; O Povo (Fortaleza, CE), 14 abr. 1972; Jornal dos Sports (GB), 20 abr. 1972; Gazeta de Alagoas (Maceió, AL), 21 abr. 1972; O Fluminense (Niterói, RJ), 21 abr. 1972; O Globo (GB), 21 abr. 1972; Jornal do Brasil (GB), 21 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76. Revista Manchete, 29 abr. 1972, p. 54-55. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 82.

Fonte 6: Brasileiros cantarão na mesma hora o Hino Nacional.

Acontecimento inédito no mundo, com a mobilização da população de todo o país para, numa mesma hora, em praças públicas, escolas, hospitais e até penitenciárias ouvir a saudação e chamamento do presidente Médici (...) e cultuar a bandeira entoando o Hino Nacional.

BRASILEIROS cantarão na mesma hora o Hino Nacional. Jornal de Piracicaba (Piracicaba, SP), 4 mar. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 51 A.

Fonte 7: O Encontro Cívico em São Paulo

Às 18:30, os alto-falantes do estádio anunciaram a transmissão da Agência Nacional em que o presidente Médici falaria à Nação. A mensagem teve três minutos de duração e, durante esse período o silêncio foi absoluto em todo o Estádio. Era como se

todos estivessem vendo a figura do presidente, magnetizados pela sua mensagem. Inúmeras pessoas, bem como todos os elementos das Forças Armadas, ouviram a mensagem em pé. Ao término do discurso o público explodiu numa estrondosa ovação, enquanto o governo Natel caminhava para iniciar o hasteamento do Pavilhão Nacional. A banda Sinfônica da Polícia Militar, tocando então o Hino Nacional Brasileiro, que foi cantado a uma só voz pelo público e autoridades, enquanto o governador hasteava a Bandeira. Faltando ainda alguns versos para o término do Hino, o público explodiu em nova ovação que durou quase 30 segundos, numa majestosa demonstração de civismo e amor patriótico. Terminado o Hino as autoridades se retiraram do gramado.

NO DIA cívico nacional, povo em festa no Morumbi. Folha da Tarde (S. Paulo, SP), 22 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 51.

Fonte 8: Encontro Cívico Nacional em Salvador

Milhares de trabalhadores e estudantes participarão do encontro cívico no estádio da Fonte Nova, quando será oficialmente aberto o ciclo das solenidades comemorativas do Sesquicentenário da Independência. Além do desfile de bandas militares e colegiais, revoadas de pombos, exibição da Esquadrilha da Fumaça e uma partida de futebol entre juvenis do Bahia e do Vitória, o encontro terá como ponto alto a fala do Presidente Médici transmitida através de uma rede de alto falantes e receptores de tv instalados no estádio e o hasteamento da Bandeira brasileira pelo Governador Antônio Carlos Magalhães, como o povo cantando o hino nacional. A festa será encerrada com queima de fogos de artifícios.

FESTA do Sesquicentenário já está preparada. Amanhã Jornal da Bahia (Salvador, BA), 20 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 51.

Fonte 9: O Encontro Cívico Nacional ouvindo a palavra do presidente.

João Pessoa

Sexta-feira os pessoenses, às 18:30 horas, na Praça da Independência, estarão unidos física e espiritualmente no Encontro Cívico Nacional a realizar-se em todas as cidades brasileiras, dando início às comemorações do Sesquicentenário da Independência. Você também é responsável pelo desenvolvimento do país e vai ouvir a palavra do presidente Médici para todos os brasileiros, participar do hasteamento da Bandeira, cantar o Hino Nacional, ver à explosão dos fogos de artifício e se integrar nos atos religiosos exaltando a figura histórica de Tiradentes.

ERNANI sugere que Sesquicentenário seja nome de ruas. Correio da Paraíba (João Pessoa, PB), 7 jul. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 61 A.

Fonte 10: Comemorando a Inconfidência Mineira e o Sesquicentenário.*Ouro Preto*

As comemorações da semana da inconfidência têm seu ponto alto hoje, em Ouro Preto, para onde se transferirá o governo de Minas Gerais, tendo a presença do Ministro Júlio Barata, orador oficial, do governador Rondon Pacheco, secretários de estados e outras autoridades federais e estaduais. As cerimônias começarão às 08 horas e terminam às 18:30, com um espetáculo artístico especial na Praça Tiradentes.

O programa de hoje em Ouro Preto prevê ainda a inauguração de uma escola polivalente, pelo governador Rondon Pacheco, sessão solene da Assembleia Legislativa, cerimônia cívica na Praça Tiradentes, entrega de medalhas da inconfidência, e abertura oficial das comemorações do Sesquicentenário da independência, pelo governador do estado.

Ao meio dia a primeira dama do estado, senhora Marina Pacheco, prestará homenagem a Marília de Dirceu, no museu da inconfidência. Às 14:00 horas, haverá sessão solene da assembleia legislativa, na escola de farmácia. À tarde, na praça Tiradentes, será celebrada missa pelo arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, seguindo-se recepção à Tocha da Liberdade, conduzida por atletas militares.

JORNAL Estado de Minas (Belo Horizonte, MG), 29 mar. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76 C.

Fonte11: Foto do Encontro Cívico Praça em Piracicaba. SP



ESTADOS Unidos e o Sesquicentenário. Jornal de Piracicaba (Piracicaba, SP), 19 jul.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 61 A

Fonte 12: Sesquicentenário na Capital.

As comemorações oficiais do Sesquicentenário da Independência serão iniciadas no dia 21 de abril, com o hasteamento, em Brasília e em todos os estados, da Bandeira Brasileira. Na capital, num mastro monumental, será hasteada a maior bandeira já feita no país, e que lá permanecerá para sempre a fim de simbolizar a perenidade da Pátria.

JORNAL do Brasil, (GB), em 4 jan.1972, Pasta 63.

Fonte 13: Divulgação do Sesquicentenário no Rio de Janeiro

Vai haver festa do Brasil dia 21 no Maracanã. Apareça com seu filho na mão. A festa começa às 15:30. 90 milhões de brasileiros estarão participando também dela, à mesma hora, em todas as cidades do país. É o dia que marca o início das comemorações do Sesquicentenário da nossa Independência. E no Rio, a Guanabara em peso estará no

Maracanã. Contando com o resto do Brasil nossa música de maior sucesso: o Hino Nacional. Como a festa é no Maracanã não podiam faltar as emoções de um joguinho. E vai haver um sensacional Torneio de Futebol Dente-de-Leite, com 2 clássicos: Flamengo x Vasco, fluminense x Botafogo. Mais uma razão para seu filho não deixar de ir. Nem você. A entrada é franca.

NOTÍCIA (Campos, RJ), 20 abr. 1972; Jornal dos Sports (GB), 20 abr. 1972; Jornal do Brasil (GB), 20 abr.1972; O Globo (GB), 20 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76.

Fonte 14: No Rio de Janeiro o encontro ocorreu em vários locais.

Na data consagrada ao Patrono Cívico da Nação Brasileira, Tiradentes, será realizado na parte fronteirado do Ministério do Exército, as 18:30h, O Encontro Cívico Nacional, numa solenidade presidida pelo Ministro General Orlando Geisel, que foi promovido pelo Exército como parte das comemorações do Sesquicentenário da Independência

De acordo com o programa organizado, o Encontro, na Guanabara, constará da saudação do presidente da República, que será transmitido pelas emissoras de Rádio e Televisão aos diversos estados, seguindo-se do hasteamento do pavilhão nacional e canto do hino nacional por todos os presentes. A seguir, no Campo de Santana, será procedida a queima de fogos de artifícios com as cores nacionais.

JORNAL Correio da Manhã, (GB), 12 abr.1972. Arquivo Nacional, Pasta 67.

Produzindo conhecimento:

1. Analisando os textos que compõem as Fontes 5, 6 e 7 você consegue descrever as principais características do Encontro Cívico?
2. As Fontes 8, 9 e 10 mostram as diferenças locais na programação do Encontro Cívico nas cidades de Salvador, João Pessoa e Ouro Preto? Você poderia apontar quais foram?
3. A Fonte 11 é uma fotografia que mostra o hasteamento da Bandeira Nacional em uma cidade do interior paulista, já a Fonte 12 narra o hasteamento da Bandeira em Brasília. Compare as duas Fontes e descreva as diferenças entre os dois eventos.
4. Em muitas cidades a programação do Encontro Cívico Nacional contou com apresentações de artistas e, no caso do Rio de Janeiro e Salvador a programação contou com queima de fogos de artifício, e uma partida de Futebol Juvenil. Você consegue identificar os motivos que levaram a Comissão Executiva Central elaborar essa programação? (Fontes 8, 13 e 14)

Módulo III. A Copa do Sesquicentenário e o Brasil campeão.

Neste módulo vamos discutir o papel da Mini Copa de futebol, durante as comemorações do Sesquicentenário.

Pontos para discussão do módulo:

- O futebol, e seu uso político nos anos de 1970;
- O apelo popular do futebol no Sesquicentenário da Independência;
- Futebol e a participação de outros países nas comemorações.

Fonte 15: Descrição da organização das seleções na Copa da Independência.

As seleções foram organizadas em 4 grupos, sendo que o grupo 4 compunha o Turno Final, constituindo-se de 8 seleções: as “campeãs” de cada um dos 3 grupos e, ainda, as 5 seleções pré-classificadas para a etapa final: Brasil, Uruguai, Escócia, Tchecoslováquia e URSS. As partidas do grupo 4 seriam realizadas na região sudeste (Guanabara, São Paulo e Minas Gerais) e ele foi subdividido. No grupo 1, cujas sedes eram Aracaju (SE), Maceió (AL) e Salvador (BA), estavam as seleções de Argentina, África, Confederação de Futebol das Américas Central e do Norte (CONCACAF), Colômbia e França. No grupo 2, cujas sedes eram Natal (RN) e Recife (PE), localizavam-se as seleções de Irã, Chile, Equador, Irlanda e Portugal. E, no grupo 3, cujas sedes eram Curitiba (PR), Campo Grande (MT) e Manaus (AM), localizavam-se as seleções de Bolívia, Paraguai, Peru, Venezuela e Iugoslávia.

TAÇA Independência: integração pelo futebol. *Jornal dos Sports* (GB), 6 jun. 1972, Suplemento especial, p. 2. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 58 A.

16: Mapa com a cidades que receberam o Campeonato da Taça da Independência.



REVISTA semanal da FIFA. 32, 2014-05-30 p.(?) Disponível: https://www.google.com/search?q=mapa+copa+independencia&sxsrf=ALeKk02Mwex051fyTFg96NchLZNYi2jVMQ:1602434061559&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwiNnII_KzsAhUAHbkGHSyWAD0Q_AUoAXoECAwQAw&biw=1093&bih=500 Acesso em: 4 out. 2019.

Fonte 17: Sesquicentenário, a Copa de 1970 e a Taça Independência.

A inclusão da Taça Independência no programa oficial dos festejos comemorativos do Sesquicentenário da Independência do Brasil evidencia o quanto o governo Federal entende que, através das disputas esportivas, pode integrar ainda mais o país unindo todos os brasileiros no desejo de novas vitórias da Seleção tricampeã.

(...) O futebol poderia servir como mais um elo para a integração do país, que passa por uma fase de desenvolvimento. O torneio seria um espetáculo de enorme proporção, com o aproveitamento de 12 estádios brasileiros de grande capacidade de público, alguns construídos ou ampliados recentemente. A CBD contava com o apoio de

todos os brasileiros e tinha o maior interesse em retribuir esse apoio com esforço para realizar a Taça Independência.

(...) Nos 30 jogos iniciais do torneio serão distribuídos gratuitamente aos estudantes 15 mil ingressos, para que eles possam assistir aos jogos. Não importa se com isso deixaremos de ganhar algum dinheiro. Para mim, é mais importante estas crianças se sentirem amparadas, sabendo que alguém pensa nelas. Se ainda assim acham que eu, e a CBD, mais diretamente, agimos erradamente, perdoem. A intenção de realizar a Taça Independência tinha também um pouco disso: observa o lado humano das pessoas.

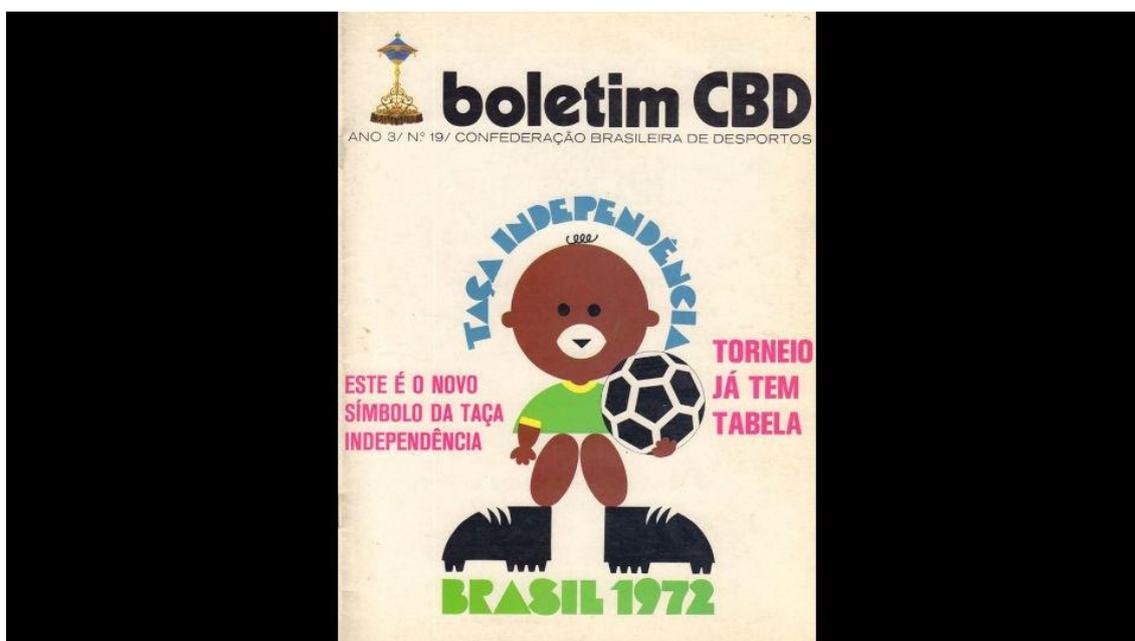
TAÇA Independência: integração pelo futebol. Jornal dos Sports, (GB atual RJ), 05 jun. 1972. Fundo Sesquicentenário, Pasta 58 A.

Fonte 18: Matéria: A Mini copa, competição de gigantes.

O futebol poderia servir como mais um elo para a integração do país, que passa por uma fase de desenvolvimento. O torneio seria um espetáculo de enorme proporção, com o aproveitamento de 12 estádios brasileiros de grande capacidade de público, alguns construídos ou ampliados recentemente. A CBD contava com o apoio de todos os brasileiros e tinha o maior interesse em retribuir esse apoio com esforço para realizar a Taça Independência.

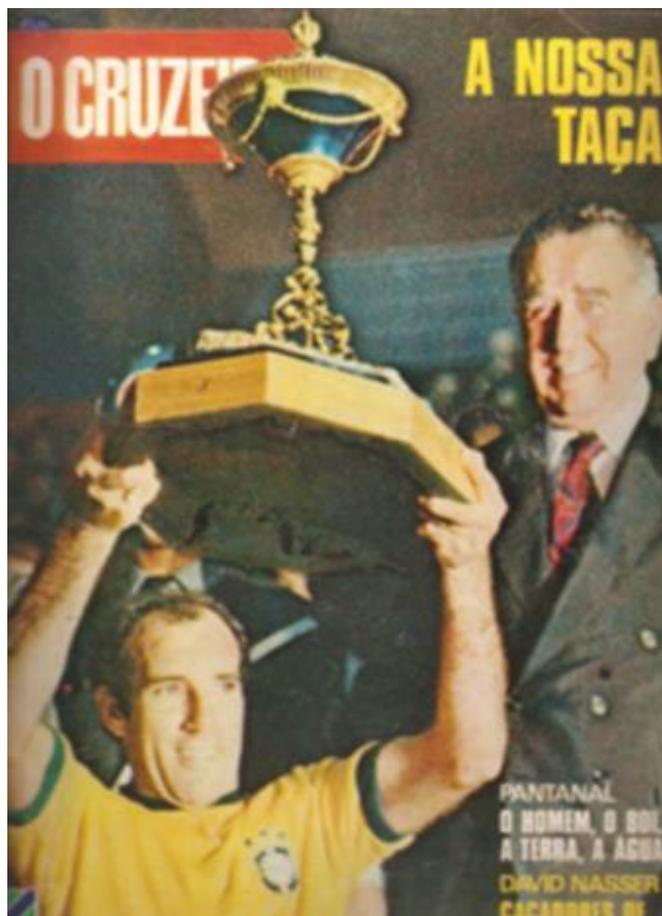
TAÇA Independência: integração pelo futebol. Jornal dos Sports, 6 jun.1972, Suplemento especial, p. 2. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 58.

Fonte 19: Símbolo da Taça da Independência. Fundo Sesquicentenário.



Capa do Boletim Confederação Brasileira de Desportos Ano 3/Número 19, 1972.

Fonte 20: Capa da Revista Manchete em Comemoração da vitória do Brasil na Taça da Independência em destaque o jogador de Futebol Gerson e o Presidente Médici.



CRUZEIRO, 26 jul. 1972 Capa. Disponível em: https://colecione.com.br/DECADE_70.HTML.html.

Fonte 21: Escravidão e Liberdade na Copa

A Copa é encimada pela Coroa do príncipe-regente em pedras preciosas e esmalte azul. (...) A borda da taça – 5 kg de ouro de 18 quilates – é trabalhada com incrustações de dois leões. As correntes–grilhões recordam a escravatura nas proximidades das quais, estão as bolas que prendem os escravos. As correntes vão às bocas dos leões, abertas, também simbolizando a liberdade.

TAÇA em São Paulo. Jornal Última Hora (GB), 21 jun.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 58 A.

Fonte 22: Mini ou Super Copa

Os elementos indicadores do desenvolvimento de um país são fundamentais na estruturação de uma imagem externa satisfatória. Mas sabemos que geralmente seu raio de influência é circunscrito a áreas reduzidas, sem atingir, a um só tempo, a opinião pública mundial. As competições esportivas, ao contrário, alcançam ressonância incomparável, além de possuírem o condão de impressionar direta e profundamente as populações de todos os países do mundo. Esses fatos, hoje unanimemente aceitos, dão a Mini copa (ou Supercopa?), como dizem os jornais, uma significação especial, no magnífico programa das comemorações de nossa Independência.

TAÇA Independência: integração pelo futebol. Jornal dos Sports, 6 jun.1972, Suplemento especial, p. 2. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 58.

Produzindo conhecimento:

1. As Fontes 15 e 16 apresentam a estrutura da Copa da Independência e as cidades que sediaram os jogos. Em que região do Brasil recebeu a maioria dos jogos e o que motivou a escolha dessas capitais?
2. As Fontes 17 e 18 fornecem algumas pistas do que foi a Taça Independência. Com base nelas, aponte os objetivos internos e externos da Copa Independência e o papel que foi atribuído ao público nesta competição?
3. A Fonte 19 apresenta a mascote da Taça da Independência, o menino representado faz pode ter sido inspirado em algum jogador de futebol? Para você, por que essa imagem foi utilizada?
4. A fonte 22 destaca o “clima de euforia” que se refere ao Brasil ou a Mini Copa? Explique sua escolha.
5. Todas as Fontes do módulo II mostram a importância do futebol nas as comemorações do Sesquicentenário. Por que esse esporte assumiu destaque nessas celebrações?

Módulo IV. Um corpo de duas Nações

Neste módulo vamos tratar da chegada dos restos mortais de D. Pedro I ao Rio de Janeiro vindo de Portugal, mostrando como foi a viagem a chegada e a visita pública de seus restos mortais no Museu Nacional.

Pontos para discussão do módulo:

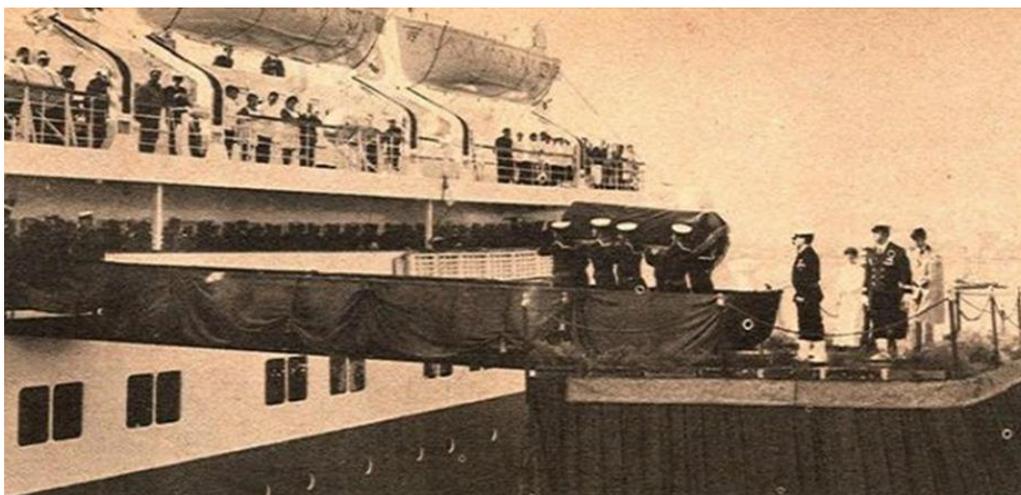
- As relações políticas entre Brasil e Portugal,
- A utilização da memória do Primeiro Reinado;
- Fortalecimento do conceito de identidade nacional.
- O Museu Nacional: importância durante as comemorações e trajetória

Fonte 23: D. Pedro I deixa Portugal.

Uma Lisboa fria em temperatura e calor humano assistiu quase impassivelmente às protocolares cerimônias do traslado, com apenas alguns populares nas ruas presenciando o acontecimento, muito respeitosamente, mas sem a menor participação.

MÉDICI saúda nos despojos de Pedro I audácia portuguesa. Jornal do Brasil, 23 e 24 de abril de 1972. Fundo Sesquicentenário, Pasta 16.

Fonte 24: Embarque dos despojos do Imperador no Funchal em Portugal.



NOTICIÁRIO Nacional, Portugal, 11 abr. 1972. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/translacao-dos-restos-mortais-de-dom-pedro-iv/>. Acesso em: 13 nov.2019.

Fonte 25: O retorno ao Rio de Janeiro.

Esperava-se uma festa, mas nunca como a que houve. Lá da água, após 34 [sic] dias de ausência, o que se viu deu pra vibrar (...). Desde sexta-feira que se navegava com a terra na visual, mas era longe. Assim mesmo as tripulações estavam agitadas e todo mundo se debruçava do lado direito do navio (...) todos ficavam de olho comprido e se esqueceram de olhar o Funchal, que durante a travessia, por ser luminoso e lindo, era o alvo de todos. A agitação cresceu quando o gigante adormecido, cuja cabeça é a pedra da Gávea e os pés são o Pão de Açúcar, se definiu no horizonte.

MINAS Gerais Comandou a Escolta que recebeu comitiva portuguesa. Jornal do Brasil (GB atual RJ), 23 e 24 abr. 1972. Fundo Sesquicentenário, Pasta 52 A.

Fonte 26: Foto da Comitiva presidencial brasileira na recepção dos Despojos de D. Pedro I.



DANTAS, Eurico. O Globo, Eurico Dantas 22 abr. 1972. <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/restos-de-pedro-chegam-ao-brasil-21229285>. Acessado em 24 de julho de 2019.

Fonte 27: Termo de Entrega de Sua majestade El – Rei d. Pedro I de Portugal 1º Imperador do Brasil – Fundo Sesquicentenário.

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, na cidade do Rio de Janeiro, estando presentes Suas Excelências o Presidente da República Federativa do Brasil, General Emílio Garrastazu Médici, o presidente da república portuguesa, Almirante Américo Deus Rodriguez Thomaz e o ministro de Estado das Relações exteriores do Brasil, Embaixador Mário Gibson Barbosa, por Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa

foi entregue O cortejo fúnebre. Ele teria a seguinte formação: à frente, os “Dragões da Independência” levariam as bandeiras históricas de Brasil e de Portugal, seguidos por Cadetes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) que levariam as insígnias imperiais; a seguir, uma viatura fúnebre escoltada por uma parte dos supracitados “Dragões” e pelo “Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado” e, por fim, veículos oficiais levando, separadamente, os membros da referida comissão especial. As autoridades prepararam o cenário para que a chegada dos despojos de D. Pedro I fosse um evento grandioso. Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, a urna contendo os restos mortais de Sua Majestade El-Rei d. Pedro IV de Portugal, 1º Imperador do Brasil, fraternalmente doados pela Nação portuguesa à Nação Brasileira conforme deliberação do Governo português, sendo Presidente do Conselho de Ministros Sua Excelência o Dr. Marcelo José das Neves Alves Caetano, em anuência ao pedido do governo brasileiro e em testemunho da viva e imperecível comunidade Luso-brasileira.

TERMO de Entrega de Sua majestade El – Rei d. Pedro I de Portugal 1º Imperador do Brasil. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 52 A.

Fonte 28: Dom Pedro I pelo Brasil.

Dom Pedro voltou para casa. Vá visitá-lo: Depois de quase 150 anos de ausência, d. Pedro I, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, está entre nós. Seus restos mortais recebidos na Praia de Botafogo pelos seus descendentes, autoridades e povo, farão uma peregrinação às capitais de todos os Estados que ele tornou independentes com seu grito forte e temerário. Na 1ª semana de setembro, finalmente, d. Pedro será sepultado no Monumento do Ipiranga, em São Paulo, bem no local onde, naquele longínquo dia 7 de setembro, ergueu sua voz acima de todas. É lá que você poderá visitá-lo. Mais do que um homem de Estado, d. Pedro foi brasileiro. Ele amou o Brasil, defendeu-o. Em homenagem ao Sesquicentenário da nossa Independência, Portugal, a mãe-Pátria, entregou-nos os despojos do Libertador do Brasil. Vá visitá-lo. D. Pedro, além de brasileiro e herói, era gente como nós e gostaria de saber que nós não o esquecemos.

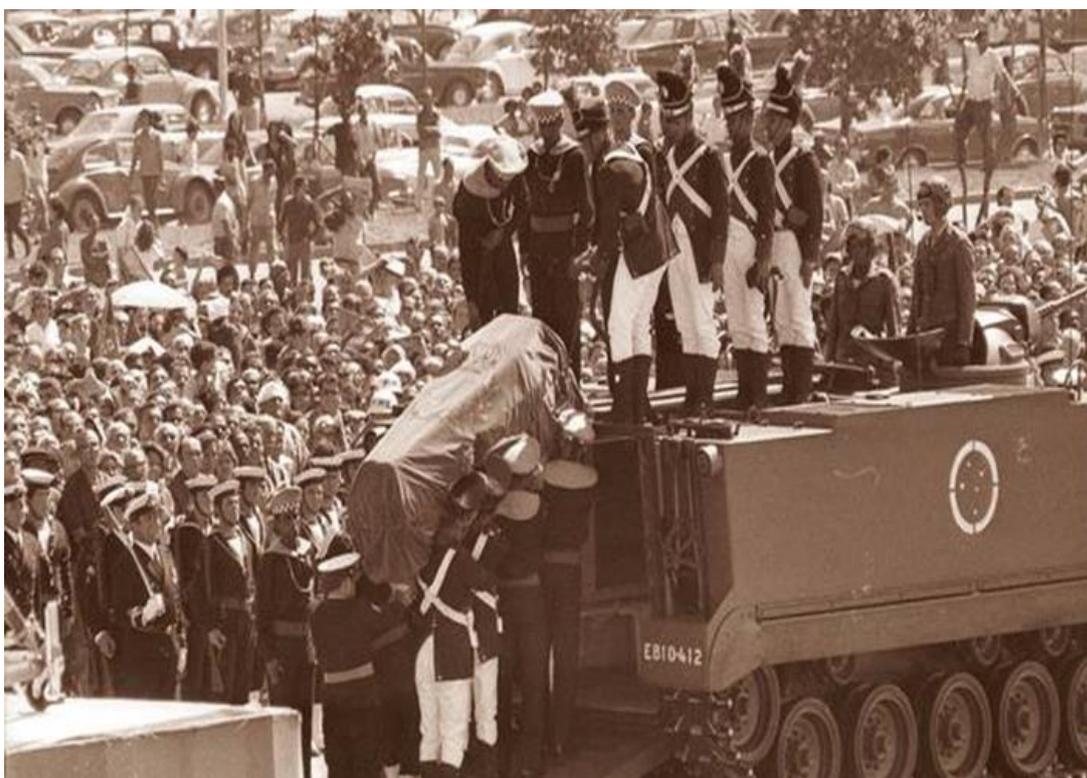
REVISTA Manchete, 29 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 82.

Fonte 29: Foto chegada dos Despojos de D. Pedro I ao Museu da Quinta da Boa Vista.



PINTO, Luiz. Agência: O Globo. 22 abr. 1972. <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/restos-de-pedro-chegam-ao-brasil-21229285>. Acessado em 18 de julho de 2019.

Fonte 30: Foto da chegada dos Despojos de D. Pedro ao Palácio da Quinta da Boa Vista.



DANTAS, Eurico. Agência: O Globo. 22 abr.1972. <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/no-sesquicentenario-da-independencia-ditaduras-restos-mortais-de-dom-pedro-i-21223598>. Acessado em: 18 de julho de 2019.

Fonte 31:Foto de escolares no Jardim da Quinta da Boa Vista durante a chegada dos despojos de D. Pedro I.



LUIZ, Pinto. Agência: O Globo. 22 abr. 1972. <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/restos-de-pedro-chegam-ao-brasil-21229285>. Acessado em: 18 de julho de 2019.

Fonte 32: O cenário está pronto.

São Paulo

Saindo do Palácio dos Campos Elíseos, que àquela hora já contava com um público de quase 2 mil pessoas aguardando o esquife do imperador, o cortejo começou a percorrer a avenida Rio Branco. Já nos primeiros metros do percurso, as calçadas estavam literalmente tomadas por populares, em sua maioria estudantes que foram dispensados das aulas para prestarem suas últimas homenagens a d. Pedro I. Vagarosamente, a uma velocidade média de 6 Km/h, o cortejo ganhou a avenida até a esquina com a Ipiranga, onde uma chuva de papeis picados, não se sabe de onde caiu sobre ele. O número de colegiais alinhados ao longo da avenida parecia interminável principalmente quando o cortejo chegou à praça da republica, onde os alunos do Colégio Estadual Caetano de Campos quase não deixaram espaço para os demais populares. No percurso da avenida São Luis, viaduto Maria Paula e viaduto dona Paulina a velocidade aumentou um pouco, para logo depois, já na praça João Mendes, tornar-se quase nula. O trânsito ali, normalmente intenso àquela hora, e o número impressionante de pessoas

que saíam de seus locais de trabalho para se aglomerarem nas calçadas, dificultaram sobremaneira a passagem do cortejo entre as praças João Mendes e Clovis Beviláqua. Podia-se observar em quiosques dos prédios que circundam a zona central, duas ou mais pessoas em cada uma das janelas. Na saída da avenida Rangel Pestana para o parque d. Pedro II, carros particulares começaram a se juntar ao cortejo que já vinha sendo acompanhado por veículos da imprensa desde o seu início.

DOM PEDRO fica para sempre na cripta do Ipiranga. A Tribuna de Santos (Santos, SP), 7 set.1972. O Estado de S. Paulo (S. Paulo, SP), 7 set.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 54.

Fonte 33: D. Pedro I passou quase despercebido.

Salvador

Os restos mortais de d. Pedro I deixarão Salvador na manhã de hoje, encerrando uma visita de 45 dias durante os quais estiveram esquecidos em um altar secundário da Catedral Basílica. (...) O malogro da visita dos restos mortais de d. Pedro I à capital baiana começou no dia da chegada, 20 de maio. Estava previsto que desembarcariam às 14:00 (...) mas o avião atrasou muito e apenas um número reduzido de pessoas viu o desembarque (...) A visita de d. Pedro I a Salvador passou quase despercebida. O povo não foi esclarecido nem motivado para ir à Catedral Basílica, onde a urna ficou em local inadequado. Nos primeiros dias, quando ficou em frente ao altar-mor, a curiosidade foi grande (...) depois que foi mudada para o altar lateral, foi praticamente ignorada. Quem entrava na Catedral e via guardas perto do esquiife, pensava tratar-se do velório de “algum militar importante”.

DOM PEDRO deixa Salvador, onde já estava esquecido. O Estado de S. Paulo (S. Paulo, SP), 5 jul.1972. Pasta 53 B.

Fonte 34: Para nossas homenagens aqui está o Imperador.

Belém

Com flores: A mais bonita homenagem ao cortejo com os restos mortais de d. Pedro foi prestada pelos alunos e professores do colégio Nazaré. Poucos minutos antes da carreta passar, eles armaram uma enorme cruz no leito do asfalto da Avenida, totalmente feita com flores e [?]. ao pé da cruz, os dizeres: ‘diga ao povo que fico’. No centro, entre os dois braços, com a ajuda de diversos tipos de flores, estava armada uma linda coroa tendo embaixo os dizeres: ‘dom Pedro I, 1798-1834 e 1822-1972’. A carreta com a urna passou por cima da cruz de flores.

PARA nossas homenagens aqui está o Imperador. A Província do Pará (Belém, PA), 16 jul. 1972. Fundo Sesquicentenário. Pasta 53 C.

3. As Fontes 28, 29 e 30 mostram a chegada dos despojos ao Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Qual a ligação entre o Primeiro Imperador e o Museu Nacional na Quinta da Boa Vista? Você conhece esse Museu? Pode descrevê-lo ou desenhá-lo?
4. A Fonte 31 mostra o grande número de alunos uniformizados e a fonte 32 cita a participação de estudantes. Para você qual o motivo da presença dos estudantes durante as comemorações?
5. A Fonte 33 descreve a participação dos baianos na visita aos despojos do Imperador. Considerando as fontes 34 e 35 que mostram como foi a visita pública dos despojos em Belém e Recife identifique a diferença entre as três cidades na recepção aos despojos de Pedro I?
6. Observando a Fonte 36, notamos que os restos mortais de D. Pedro I percorreram o território brasileiro em visita pública. Para você que motivou essa peregrinação?

Módulo V. Na propaganda, tudo azul!

Neste módulo iremos tratar do papel da imprensa nas Comemorações do Sesquicentenário e sua relação com a Ditadura Militar.

Pontos para discussão do módulo:

- A divulgação das comemorações do Sesquicentenário;
- Construção e reforço de uma determinada identidade nacional;
- A propaganda governamental no Sesquicentenário

Fonte 37: Os cartazes verde e amarelo de ‘Tudo Azul’.

“Tudo azul – Brasil – 150ª Aniversário da Independência”. Esses são os dizeres que ilustrarão cartazes de rua (outdoors) em todo o país, a partir do próximo dia 15. Os cartazes serão verdes e amarelos, e neles aparecerá o símbolo de Sesquicentenário, idealizado por Aluísio Magalhães. Por que a campanha será lançada somente a partir do dia 15 de março? Luís Macedo, presidente da comissão de propaganda e divulgação da CEC, encarregada das comemorações, responde: para que o excesso de propaganda não desgaste o público e não funcione de uma maneira negativa. (Os outros cartazes, dedicados aos jornais, em branco e preto, têm a inscrição “Tudo azul”, e no fundo aparece a bandeira brasileira). A segunda fase da campanha pública abordará uma frase do Hino Nacional – “Verás que um filho teu não foge à luta”. Para ilustrar a imagem do Hino, aparecerão figuras humanas representando a Saúde, a Educação, o Esporte e o Trabalho.

Entre os cartazes, os três temas básicos estarão figurando em 4 peças: a que leva a frase “Tudo Azul” sobre um campo verde e amarelo; outra, os dizeres “Verás que um filho teu não foge à luta”, sob 4 gravuras simbolizando a educação, o esporte e a saúde; o 3º, mostrando as “Armas da Independência” com o campo visual dividido e, em cada espaço correspondente, uma mão segurando uma arma (estas são a seringa, o lápis, a enxada, a bola de futebol e o martelo); e, finalmente, a 4ª peça, um pôster com a figura de Tiradentes, sublinhada a frase “Tudo começou com ele” (...) ao pé de cada cartaz haverá sempre o verso do Hino do Sesquicentenário: “Festa de Amor e Paz”.

Fonte 38: Propaganda da Independência tem o sentido de liberdade.

Entre as cenas constam duas rápidas: um garotinho tentando colocar uma imensa bandeira do Brasil numa fachada; e um homem alto ajustando uma bandeira do Brasil de proporções mínimas num caminhão. Outra cena: casais jovens, flashes rapidíssimos; crianças beijando-se ternamente; cena de futebol, gol de Pelé, Jairzinho ajoelhado e foto clássica do tricampeonato do México (a Taça Jules Rimet sendo erguida); cenas diversas de construções importantes: barragens, indústrias, Transamazônica; entremeiam-se às cenas closes de crianças olhando em frente, num misto de admiração e assombro; duas cenas de encontro fraternal entre várias pessoas; cenas de carnaval onde negros, brancos e mulatos confraternizam, vivendo a mesma euforia; crianças na hora do recreio de uma grande escola; umas no escorrega e no balanço, outras brincando de roda; vista panorâmica e, por fim, cena final: a marca do Sesquicentenário da Independência.

PROPAGANDA da Independência têm o sentido de liberdade. Jornal do Brasil (GB), 24 fev.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76.

Fonte 39: Desfilam os 500 alunos da Funabem.

Ao som da 'Marcha do Sesquicentenário' e 'Pra Frente Brasil', alunos de diversas idades homenagearam a Independência do Brasil portando faixas e painéis com inscrições sobre o PROTERRA, PIS, ELETROBRÁS, além de homenagem ao presidente Castelo Branco. Crianças de quatro a seis anos de idade desfilaram vestindo os uniformes do Exército, Marinha e Aeronáutica, alternando o desfile com danças de roda e declamações em homenagem à Bandeira. Como você percebe a participação de crianças nas comemorações do Sesquicentenário da Independência?

DESFILAM os 500 alunos da Funabem. Folha de S. Paulo (S. Paulo, SP), 31 ago.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 61 B.

Fonte 40: Propaganda da Independência tem o sentido de liberdade.

Liberdade na criação das peças e dos instrumentos promocionais do Sesquicentenário, cada uma se concentrando no seu setor, mas todas com a mesma tônica que levarão as mensagens: (...) apelos emocionais – estimulando o espírito de brasilidade e orgulho nacional; e apelos racionais – levando todos os brasileiros a uma tomada de posição reflexiva fundamental, que nos engaje no próprio processo de afirmação da Independência; que nos desperte a consciência ativa, responsável e participante. (...) Nacionalismo – eis o nosso produto – disse [Luís Macedo]. As

campanhas vão excitar a altivez, despertar o orgulho das comunidades para o fato de elas comporem uma nação chamada Brasil.

PROPAGANDA da Independência têm o sentido de liberdade. Jornal do Brasil (GB), 24 fev. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76.

Produzindo conhecimento:

1. A Fonte 37 apresenta as principais peças publicitárias que o governo utilizou na propaganda das comemorações. Um ponto que se repete é a utilização dos símbolos nacionais. Você sabe quais são eles e porque motivo foram intensamente utilizados?
2. Com base na Fonte 38 quais são as principais características das peças publicitárias criadas para divulgar o Sesquicentenário da Independência?
3. A Fonte 39 descreve uma propaganda que envolveu crianças e militares. Como você analisa essa propaganda?
4. Segundo a fonte 40, quais eram os objetivos que a Subcomissão de Divulgação e Propaganda do Sesquicentenário queria alcançar?

Módulo VI - A iniciativa privada também festejou!

Neste módulo iremos discutir o apoio das empresas na divulgação do Sesquicentenário.

Pontos para discussão do módulo:

- A relação empresa privada e as comemorações do Sesquicentenário;
- Visão de futuro do país apresentada;
- O papel dos brindes durante a divulgação.

Fonte 41: Taça Independência: mais um serviço do grupo União de Bancos”

De 11 de junho a 9 de julho, você não vai precisar se preocupar com o que fazer da vida. O Grupo União de Bancos já se preocupou. E junto com a CBD, está promovendo os jogos do mais importante torneio de futebol, depois da Copa do Mundo. Aliás, ele está fazendo mais do que isso: está financiando tudo. Esta não é a primeira vez que o Grupo União de Bancos ajuda o esporte brasileiro. E põe um pouco mais de emoção em sua vida. Faça como o Grupo União de Bancos. Vá torcer pelo Brasil!”

TAÇA Independência: mais um serviço do grupo União de Bancos, Jornal dos Sports (GB), 6 jun. 1972, p. 12. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 58.

Fonte 42: O futuro do Brasil é hoje.

150 anos depois, o Brasil não tem mais futuro O futuro do Brasil é hoje. É agora basta olhar em volta que a gente vê isso. Um país desperta para o desenvolvimento com uma febre de trabalho para todo lado. Hoje, o brasileiro trabalha sorrindo. Constrói um país sorrindo. Confia. Nós participamos de corpo e alma desse entusiasmo. Estamos dando a nossa parcela de trabalho no reaparelhamento dos portos, na siderúrgica, na petroquímica. Participando da construção de navios, habitações e usinas hidroelétricas. Onde houver um trabalho duro pra fazer, estamos lá. Fazendo força. Vivendo o futuro deste país, hoje. (Mecânica Pesada S.A.) A proposta da Comissão Executiva Central era envolver todo o Brasil nas comemorações do Sesquicentenário da Independência. Como podemos ver várias empresas apoiaram o Governo Militar nas comemorações, você consegue relacionar o momento econômico que o Brasil vivia e o apoio as comemorações do Sesquicentenário?

JORNAL da Tarde (S. Paulo, SP), 6 set. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76 D.

Fonte 43: Capa de disco-compacto contendo Hino Nacional e da Independência ofertado por instituição bancária.



Capa de Disco Compacto Homenagem do Banco Real ao Sesquicentenário da Independência, Coral da Polícia Militar do estado de São Paulo. Ano 1972. <https://www.discogs.com/fr/Banda-e-Coral-da-Pol%C3%ADcia-Militar-do-Estado-de-S%C3%A3o-Paulo-regente-Major-Rubens-Leonelli-Homenagem-do/release/7197554> Acesso em 25 de junho de 2019.

Fonte 44: Brindando a Independência

Independência: Um brinde tão importante merece uma lata especial: São 150 anos de liberdade que você tem para festejar vibrar. Brindar. A Skol entendeu que um brinde assim tão importante merecia uma lata especial. E está lhe entregando a lata comemorativa de nossa Independência, com o selo do Sesquicentenário. Ela contém toda a alegria que você está sentindo por viver num país tão grande.

Publicidade na Revista Manchete, em 16 de setembro de 1972. Fundo Sesquicentenário, Pasta 76 D.

Produzindo conhecimento:

1. A Fonte 41 mostra a atuação de bancos participaram das comemorações com o financiamento de atrações, inclusive da Taça Independência. Qual seria o objetivo desse financiamento no esporte?
2. A Fonte 42 aponta que o Brasil já vivia o "futuro no presente em 1972". No texto, identifique características que justifiquem essa afirmação.
3. A Fonte 43 e 44 tratam dos brindes ou lembranças fornecidas pelas empresas em comemoração ao Sesquicentenário. Para você o que motivou as empresas fornecerem esses brindes do Sesquicentenário, e por que as empresas tem essa prática?

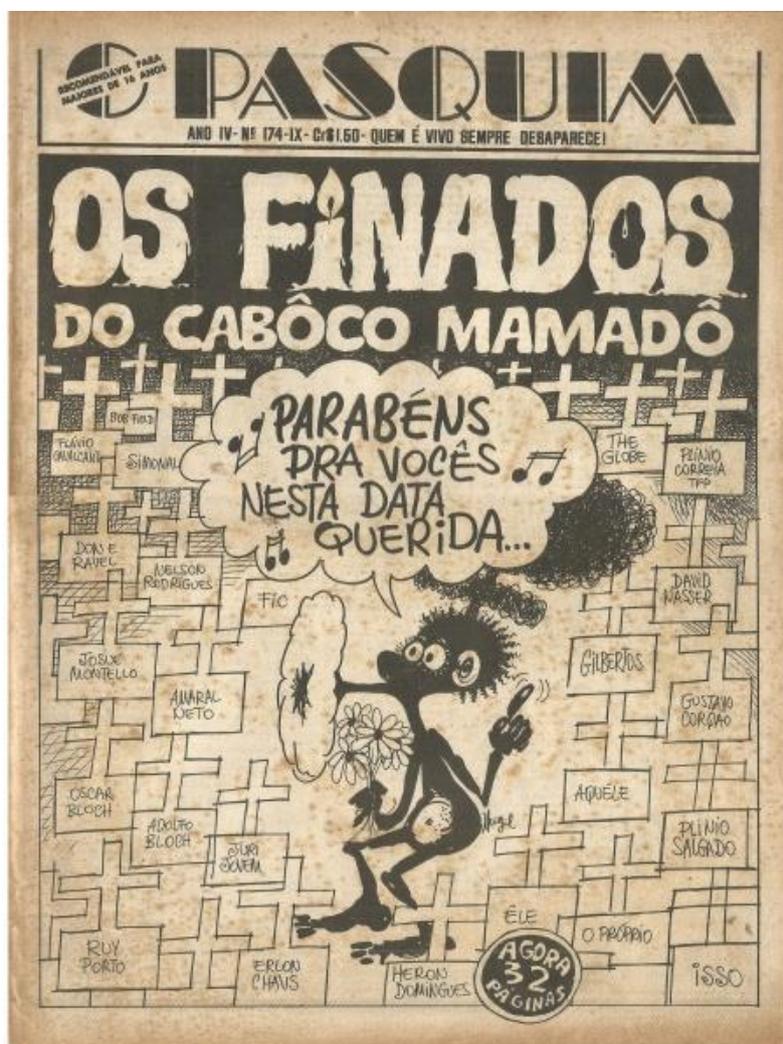
Módulo VII. A Reindependência e AI-5.

Neste módulo vamos apresentar algumas oposições a comemoração do Sesquicentenário.

Pontos para discussão do módulo:

- O Pasquim e a crítica ao Sesquicentenário;
- A negação da tortura e das práticas autoritárias;
- O que é independência.

Fonte 45: Ilustração Pasquim, o Cemitério do Cabôco Mamadô



O PASQUIM, nº 147, de 25 abr. 1972 a 1 mai. 1972, p. 7. Disponível em:

<http://blogdogutemberg.blogspot.com/2012/11/o-negro-nas-historias-em-quadrinhos-03.html>. Acesso em 11 out.2020.

Fonte 46: Falta de assunto.

Devem ter acontecido coisas importantes mundo afora na sexta-feira, dia 7 [de abril], mas os jornais cariocas de sábado gastaram três colunas da primeira página com o filme Independência ou Morte (...) A produção, de Oswaldo Massaini, é a mais cara de todo o cinema brasileiro (...), o que não é desculpa porque nenhum jornal americano, nem mesmo o Los Angeles Times, gastou espaço para anunciar o começo das filmagens de Ben-Hur, Cleópatra ou My fair lady. O diretor do filme não é Bergman, nem Fellini, nem Kubrick, nem mesmo Glauber Rocha, mas Carlos Coimbra (autor de 3 ou 4 bobagens sobre Lampião) a cujo remotíssimo talento muitas chances já foram dadas, sem sucesso. No Jornal Nacional, da TV Globo, Tarcísio Meira disse que o filme “ia mostrar que os homens que fizeram a independência eram gente.” Com uma frase dessas, Tarcísio provou não ter sequer “physique du role” pra dar o Grito do Ipiranga.

Fonte 47: Em busca da liberdade.

Para o sesquicentenário de um acontecimento único e máximo em nossa História, como a Independência, a comemoração mais condigna seria uma nova independência. Ora, essa reindependência só pode derivar de uma autêntica reconciliação nacional (...) a revogação pura e simples de todos os atos políticos em vigor, como o famigerado AI-5, que contradizem formalmente a nossa independência autêntica e coletiva como povo, e constituem obstáculo intransponível para que se comemore o nosso sesquicentenário com algum feito, como seria o de uma larga anistia política.

COSTA, Marcelo Timotheo da. Um itinerário no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006, p. 311.

Produzindo conhecimento:

1. A Fonte 45 e 46 foi retirada do jornal Pasquim. Você já ouviu falar dele? Pesquise na internet e escreva o que você aprendeu sobre esse jornal?
2. Identifique as críticas feitas as Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil feitas pelo Pasquim utilizando a Fonte 47.

Módulo VIII: Ditadura e Sesquicentenário de Independência

O objetivo deste primeiro módulo é discutir as relações entre o governo militar, sua economia e as comemorações do Sesquicentenário, contendo 5 fontes.

Pontos de discussão do módulo:

- A Ditadura Empresarial Militar e o Sesquicentenário da independência;
- A Ditadura Empresarial Militar e os grandes vultos da história nacional;
- Sesquicentenário da Independência e Milagre Econômico.

Fonte 48: Mensagem de Ano Novo lida pelo Presidente Garrastazu Médici ao povo brasileiro.

Entramos em 1972 com todas as condições internas para manter esse ritmo ascendente de crescimento (...) com todos os mecanismos econômicos ajustados e com os padrões de segurança necessária ao progresso, para ter, com a ajuda de Deus e com o esforço do povo, um ano igual ou melhor (...). Voltando-me para o futuro, pressinto sempre maior a contribuição brasileira para os destinos do mundo. Vejo a continuidade e a ampliação de nosso caminho de entendimento, de vida independente, a emancipação econômica do sonho dos inconfidentes. Vejo o crescimento material irmanar-se com esse humanismo brasileiro que nos distinguiu no mundo em século e meio de trajeto.

MÉDICI, Garrastazu Brasil. Presidente (1969-1974), Mensagem ao povo brasileiro, no limiar do Ano Novo, transmitida, por rede nacional de rádio e televisão, na noite de 31 de dezembro de 1971. Nosso Caminho. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972, p. 75.

Fonte 49: Discurso proferido pelo professor Pedro Calmon durante a cerimônia de inumação dos despojos de D. Pedro I.

Ao terceiro Governo da Revolução, que tem a frente a figura exemplar do Presidente EMÍLIO GARRASTAZÚ MÉDICI, coube a honra de atingir outro ponto culminante da História do Brasil – a autonomia econômica. Na data em que comemoramos o SESQUICENTENÁRIO de nossa independência Política, sentimo-nos orgulhosos: SOMOS UMA GRANDE NAÇÃO!

Nos fulgores da apoteose, há o simbolismo formidável do retorno. Para que se completasse, cento e cinquenta anos depois, a grande cena, tínhamos de convocar o Personagem (...) para que ao tempo extinto se somasse o tempo novo; e ao “grito” – respondesse a Pátria. A

Independência é o divino instante do encontro. Rodeado destes ilustres campos de Piratininga – aqui se encontram o passado e o futuro; as fontes e as forças da raça; as raízes e as inspirações da nacionalidade. Forjara-se luso-brasilica, nos moldes bandeirantes da conquista da terra. (...) O encontro deu-se entre o Libertador estourando de sonho e o povo, e a terra em estado de poesia. São os momentos mágicos que vivem as nações; exatamente os da transfiguração (...) para testemunha da vitória, são convocadas as gerações. É com este sentimento respeitoso que vemos romper a multidão que o aclama – o Príncipe, que tinha no Ipiranga o seu encontro marcado com o Brasil”.

OS 150 anos do Dia do Fico (9 de janeiro de 1972) não puderam ser comemorados no próprio dia por ser um domingo Jornal do Brasil. (GB), 13 jan.1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 61.

Fonte 50: Amar a Pátria.

(...) de alienar a nossa soberania. (...) Nos últimos oito anos, no entanto, os ideais do presente se reencontravam com as melhores e mais autênticas tradições históricas da gente brasileira. É num clima de autenticidade, agora, que podemos render nosso preito de louvor aos grandes vultos históricos e às datas mais significativas de nossa vida nacional, como povo livre e soberano. (...) Por isso, neste ano de 1972, podemos comemorar com plena autenticidade o Sesquicentenário de nossa Independência. Não se trata de uma data vazia. Trata-se de uma luta que ainda hoje se processa engajando toda a Nação brasileira: dia-a-dia, sob o signo dos ideais democráticos cultuados por nossa gente, batalhamos para conservar o Brasil livre e independente, todos nós, desde o mais humilde lavrador ou operário até o Presidente da República. (...) Sem a compreensão entre governantes e governados, sem a fidelidade de todos aos valores patrióticos, sem o clima que atualmente existe no Brasil, não poderíamos estar comemorando com plena autenticidade, como estamos, as efemérides magnas de nossa História.

OS 150 anos do Dia do Fico (9 jan. 1972) não puderam ser comemorados no próprio dia por ser um domingo Jornal do Brasil (GB), 13 jan. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 61.

Fonte 51: O Sesquicentenário e a Revolução de Março.

Para o primeiro episódio de nossa história [a Independência], concorreu o Grito do Ipiranga, em que jovem imperador Pedro I nos libertou do jugo das Cortes Portuguesas. O segundo acontecimento [o golpe de 1964], iniciado com a revolta das Mulheres Brasileiras contra os malsinados congressos marxista-leninistas, teve, em seguida, a decisiva participação das Forças Armadas e de toda a Nação. Consciente ou inconscientemente, maus brasileiros arrastavam-nos para o comunismo e daí para a total submissão a uma potência estrangeira. Ao ensejo, portanto, das comemorações do nosso sesquicentenário de Independência, é de toda

oportunidade fazermos o confronto entre os dois fatos como elementos catalisadores, da consciência nacional.

O SESQUICENTENÁRIO e a Revolução de Março. Gazeta Comercial (Juiz de Fora, MG), 25 abr. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 81 C.

Fonte 52: Mensagem transmitida através de rede nacional de rádio e de televisão, no encerramento das comemorações do Sesquicentenário da Independência, no dia 7 de setembro de 1972.

São Paulo.

Recolhidos os restos mortais do fundador do Estado brasileiro à capela do Monumento do Ipiranga; silenciados os últimos aplausos das ruas de São Paulo ao grande desfile militar desta manhã; e transposta a hora mais intensa das comemorações do Sesquicentenário de nossa Independência, quisera chegar à casa de quantos, por nascença ou opção, tem o Brasil por pátria, para unir-me às alegrias, às emoções e aos votos de cada um, neste dia maior que todos os dias.

Assim procurei fazer também, a 21 de abril, quando começaram oficialmente os festejos, naquele imenso encontro cívico nacional, na reverência a Tiradentes, o guia iluminado e consciente, o herói popular que a Revolução de Março consagrou como o patrono cívico da nação brasileira. (...) Ao longo desses meses em que se concentram as celebrações de iniciativa oficial, o país inteiro viveu o Sesquicentenário, sem que se desviassem recursos substanciais dos nossos programas de desenvolvimento, sem excesso, sem desperdício, sem ostentação.

Mas como dizíamos, a festa terminou e convém ir preparando a próxima: o bicentenário da Independência. Por motivo de ordem técnica, possivelmente não compareceremos pessoalmente, o que nos dará grande pesar. Mas mandaremos representantes, que sem dúvida reverenciarão a lembrança de muita gente que hoje comemora e amanhã será comemorada. Ou não será. Não sei, com franqueza, se estou dando uma boa ou má notícia – mas a fragilidade é um fato, conforme diz o Eclesiastes e a Imitação de Cristo confirma. De qualquer forma, para que isto não pareça alta dose de pessimismo, lembro aos menos avisados que daqui a dezessete anos acontecerá o centenário da República, e eis uma excelente oportunidade para esbaldar.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. “Mensagem transmitida através de rede nacional de rádio e de televisão, no encerramento das comemorações do Sesquicentenário da Independência, no dia 7 de setembro de 1972”. In: O sinal do amanhã. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972, p. 91-93.

Fonte 53: Você constrói o Brasil.

No campo e na cidade. Nas escolas e nos hospitais. Nas usinas e nos laboratórios. No mar de 200 milhas e nas estradas multiplicadas. Na Arte e no Esporte. A Independência é a soma de muitas vitórias. Na hora em que se comemoram os 150 anos da Independência do Brasil, vale a pena lembrar que este é um dos países que mais crescem no Mundo. Você constrói o Brasil. Com suor e fé, trabalho e União, orgulho e esperança. Sesquicentenário da Independência. Você constrói o Brasil! Todavia, os resultados do “Milagre” não foram equânimes: se não paira dúvidas sobre a elevação do padrão de vida da classe média, o mesmo não se pode afirmar com relação aos grupos populares, os quais, ao menos parcialmente, receberam benefícios indiretos, como por exemplo, o acesso à energia elétrica, saneamento básico, saúde e educação, mesmo que tenha ocorrido a redução de sua renda pessoal, visto que o “Milagre Econômico” favoreceu a concentração da riqueza.

DIÁRIO de Minas (Belo Horizonte, MG), 17 ago.1972; O Jornal (GB), 23 ago. 1972; Diário Popular (S. Paulo, SP), 24 ago. 1972; Correio do Povo (Porto Alegre, RS), 30 ago. 1972; Diário Popular (S. Paulo, SP), 16 ago. 1972; Jornal do Comércio (GB), 22 ago. 1972. Arquivo Nacional, Fundo Sesquicentenário, Pasta 76C.

Fonte 54: trecho do livro História do Brasil Recente.

Os estímulos gerados internamente eram, pois, exportados - a demanda internamente de equipamentos, insumos básicos e tecnologia era dirigida ao exterior, reforçando a dependência. Mantinham-se e reproduziam-se novos diferenciais de valor entre a produção nacional para exportação e as importações, enquanto os capitais de empréstimo avultaram a dívida externa.

Fonte 55: Gráfico que relaciona o crescimento médio do PIB associados às mudanças políticas.

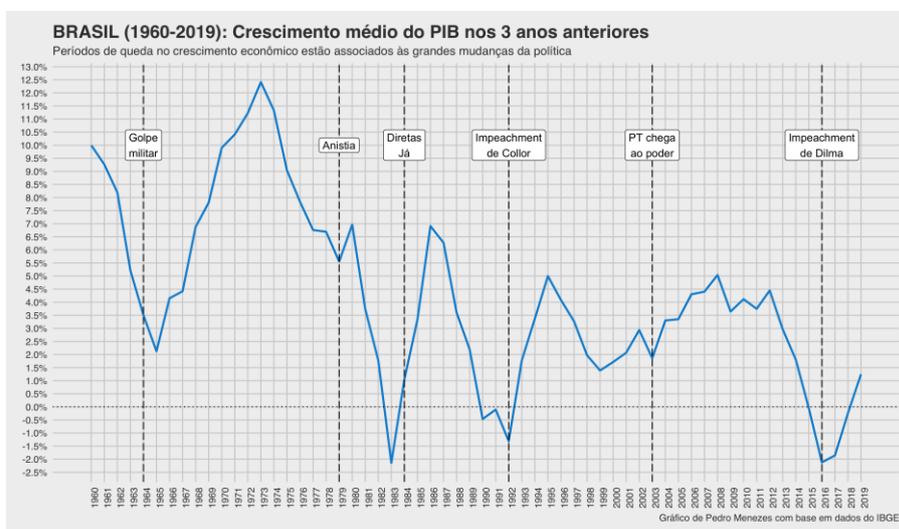


Gráfico de Pedro Menezes: Dados do IBGE. https://twitter.com/p_dromenezes/status/1235286852892078082.
Acessado em 20 de agosto de 2020. Disponível em: <
https://twitter.com/p_dromenezes/status/1235286852892078082.> Acesso em: 20 ago.2020.

Produzindo conhecimento:

1. Utilizando as Fontes 48 e 49, responda quais são os principais atores envolvidos no planejamento das festividades do Sesquicentenário. Ainda com base na mesma fonte, você consegue relatar o papel das instituições militares nas comemorações?
2. Com base na Fonte 50, quais seriam algumas das características da Ditadura Militar no Brasil em 1972?
3. As Fontes 51 e 52 fazem comparações entre a Independência do Brasil a Ditadura Militar. Com base nas fontes, quais seriam as semelhanças entre esses dois momentos históricos?
4. As Fontes 53, 54 apresentam visões divergentes sobre o que foi o Milagre Econômico do que mostra a Fonte 55, onde vemos no gráfico uma forte queda no crescimento do PIB Brasileiro. Você sabe o que é o PIB e o que motivou a sua queda?

Sistematizando o conteúdo

Agora, você é capaz de criar um texto seu sobre o Sesquicentenário da Independência do Brasil. Para te auxiliar nessa tarefa, sugerimos, que você escolha pelo menos cinco perguntas que possam servir de guia para a realização de um texto sobre os festejos que aconteceram em 1972 e que inclua suas expectativas sobre como deverão ser comemorações em 2022.

1. A data cívica de 07 de setembro é marcada no Brasil, principalmente pelos Desfiles Cívicos Militares. Você já participou ou acompanhou pela televisão essas comemorações? O que você pensa sobre elas?
2. Algumas Fontes mostram símbolos nacionais como bandeiras, brasão ou armas da República, Hinos Nacional e da Independência. Escolha uma das Fontes e escreva sobre o papel dos símbolos nacionais para as comemorações.
3. Com base nas Fontes, você consegue identificar o que teria motivado o governo militar em 1972, a promover as comemorações do Sesquicentenário da Independência?

4. Se você fosse estudante em 1972, certamente seria “convidado” a participar de alguma das comemorações do Sesquicentenário. Para você, qual foi o papel desempenhado pelos alunos nessas comemorações?
5. Um dos objetivos do Sesquicentenário da Independência seria enaltecer o passado histórico do Brasil, visando construir um paralelo entre presente e passado. Você conseguiria apontar de que forma o passado foi usado para promover esta festividade?
6. Na sua maioria, os textos apresentados falam da grandiosidade das Comemorações do Sesquicentenário. Você acredita, que realmente todo o país estava unido para comemorar o Sesquicentenário da Independência? Em caso de resposta negativa, para você o que justifica os números apresentados de participantes na comemoração?
7. A Ditadura Militar, durante as comemorações do Sesquicentenário, criou um paralelo entre a independência do Brasil de Portugal e o Golpe de 1964. Você consegue identificar as bases desse paralelo?
8. A imprensa e os veículos de comunicação em 1972 era diferente dos veículos que temos hoje em dia. Com base nas fontes seria correto afirmar que em 1972 já havia fake news?
9. Para finalizar convidamos você a criar uma charge, música ou desenho para comemorar, uma data que está chegando, o Bicentenário da Independência.

Considerações Finais

A docência envolve uma proposta pedagógica e um modo de conceber a produção do conhecimento histórico que estão intimamente ligados. A relação professor-aluno expressa sempre uma concepção de história mesmo quando professores e alunos não se dão conta disso (...). Embora o passado enquanto tal não se modifique, a construção do conhecimento se modifica de acordo com o modo pelo qual o historiador se vê no presente, pensa o social e se insere nele, enquanto sujeito social e enquanto²¹⁷.

Segundos os documentos normatizadores do Ensino Básico, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, os alunos devem ser os protagonistas na construção do conhecimento de forma crítica. Percebendo-se como integrantes, dependentes e agente transformadores do ambiente, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente, desenvolvendo autoconhecimento, o sentimento de confiança, suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, inter-relação pessoal e inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

A Base Nacional Curricular Comum, documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, que tem como objetivo ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento. Abordando especificamente a Área das Ciências Humanas, o grande objetivo da área é levar os alunos a refletir sobre a própria existência, o valor dos direitos humanos, além da autonomia e a responsabilidade coletiva sobre o mundo a ser herdado pelas próximas gerações.

Tendo consciência da necessidade de buscar alcançar tais objetivos, o material didático aqui apresentado procurou aproximar a discussão sobre o Sesquicentenário da Independência nas Universidades, aos estudantes dos últimos anos do Ensino fundamental e do Ensino médio. É importante destacar, que a proposta aqui apresentada, não precisa ser necessariamente utilizada de forma integral e nem em sequência. Os

217 VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 2007, p.65.

professores podem se apropriar do material, adaptando os assuntos tratados aos objetivos específicos de cada aula.

A construção do Material Didático que permite o acesso as fontes, mas também estimula a pesquisa através dos sites citados no trabalho, como: do Arquivo Nacional no Fundo Sesquicentenário, do Jornal O Globo, da Biblioteca Nacional e pôr fim do IHGB, entre outros que facilitam o acesso as fontes citadas e, assim, estimular novas questões e o envolvimento dos alunos com o tema. O material didático foi elaborado utilizando fontes diversas como, mas que na sua maioria faz parte do Fundo Sesquicentenário, e por esse motivo, temos que lembrar que passou por uma seleção em sua construção em 1974, é importante lembrar que o Fundo surge com uma intenção, criar uma memória sobre as Comemorações do Sesquicentenário e por continuidade sobre a Ditadura Militar, o que obriga um olhar cuidadoso e crítico sobre as fontes.

Esse estudo permitiu entrar em contato com um acervo muito rico em fontes, com acesso fácil através do site do Arquivo Nacional, que possui uma série de documentos transcritos, e outros digitalizados, além do acervo fonográfico com áudios do Hino do Sesquicentenário, do Hino Nacional e o pronunciamento do presidente General Ernesto Garrastzu Médici, durante o Encontro Cívico Nacional gravados especialmente para o evento. Ao entrar em contato com tais fontes e, principalmente, com as teses de doutorado de Adjovanes Thadeu e de Janaína Cordeiro, um ponto chamou a atenção e faz parte da discussão dos dois autores, a questão da participação ou adesão ao Sesquicentenário da Independência. As fontes tratam da adesão às comemorações de um grande número de participantes, mas a programação variada e de gosto popular que atraía um grande número de participantes. No entanto, é possível afirmar que grande parte dessas fontes foram elaboradas por órgãos oficiais do governo e buscaram exaltar a organização das celebrações e registrar seu sucesso.

Apesar de haver uma oposição combativa, em jornais como o Pasquim, não encontramos relatos não-oficiais sobre a adesão da população aos festejos. Uma rápida análise das atrações, com destaque especial para o futebol, nos permite refletir que muitos do que participaram foram atraídos pelos espetáculos oferecidos gratuitamente, e seu comparecimento não pode ser apenas considerado adesão às celebrações da independência e aprovação dos rumos tomados pela Ditadura Civil Militar brasileira, tema que, esperamos possa ser aprofundado em futuros trabalhos sobre o tema.

Pesquisar o Sesquicentenário da Independência e realizar a sua Transposição Didática²¹⁸, com a elaboração de material pedagógico, foi o principal objetivo deste estudo. Em alguns momentos, tive dúvidas sobre a pertinência de desenvolver tal pesquisa, em um momento em que pesquisas acadêmicas enfrentam o desafio da decolonialidade dos temas e abordagens. Analisar uma comemoração cívica, promovida pela Ditadura Militar, em seu momento mais violento, homenageando o Primeiro Imperador do Brasil, um personagem polêmico, que pouco se aproxima da imagem de militar e herói apresentado pela propaganda governamental parecia não contribuir tanto nessa direção. No entanto, em se tratando de uma efeméride, sabemos que é bem provável que em 2022, o 7 de Setembro seja novamente revisto e tratado em sala de aula.

Neste sentido, uma outra pergunta se faz necessária, qual tipo de Independência será comemorada daqui a dois anos? Pensando o momento político que vivemos, a possibilidade de se revisitar um discurso nacionalista e ufanista durante a celebração do bicentenário da Independência parece ser um caminho muito provável.

Pensando nesta possibilidade, acreditamos que discutir o período da Ditadura militar, sob o comando do governo autoritário do General Emílio Garrastazu Médici, aproximando as pesquisas acadêmicas sobre o Sesquicentenário da Independência do ensino escolar, pode suscitar, nos estudantes, novas percepções e visões críticas sobre as efemérides como momentos de disputas e construção e memórias sobre o passado nacional, contribuindo com a formação do pensamento críticos e novas práticas pedagógicas nas escolas.

218 CHEVALLARD, Y. **La transposición didáctica: de saber sabio al saber ensinado**. Traducción. Claudia Gilman. Buenos Aires: Auque Grupo editor S.A

Referências Bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, 1934.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)**. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2009.

_____. **Brasil e Portugal no Sesquicentenário da Independência Brasileira (1972)**. XIII Encontro de História ANPUH – Rio de Janeiro: 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1981.

ARMOND, Vítor Ribeiro Leivas Dias Ferreira. **Um Estado sem nação: o IHGB e a construção da identidade nacional brasileira no século XIX**. 2016. 54 f. Monografia (Bacharelado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2016. <http://bdm.unb.br/handle/10483/14844>. Acessado em 22/09/2018.

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKI, Carla B. (Org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado : tempo e justiça**. Serra: Editora Milfontes; Mariana e Editora SBTHH, 2018.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto editora, 2001.

_____. MENDES, José Amado; TORRALBA, Luís Reis. **História da história em Portugal: da historiografia à memória histórica (séculos XIX-XX)**. S.l, Sociedade Industrial Gráfica, 1998

_____. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo: (EUA, França e Portugal)**. Fortaleza. Edições Nudoc : Museu do Ceará, 2005

CERRI, Luís Fernando. 1972: Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos. Estudos Iberoamericanos, PUCRS, v. XXV, n. 1, p. 193-208, junho 1999.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. Revista de Estudos Históricos, v. 22, n. 43, 2009.

_____.As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida? Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

_____.**A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento.** Rio de Janeiro: FGV, 2015.

_____.**Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972).** 2012.

_____.**Direitas em Movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CHIRIO, Maud. Une nouvelle écriture du destin national. La commémoration de l'Indépendance du Brésil sous la dictature militaire (1964-1985). Mémoire de Maîtrise d'Histoire. Université Paris I. Paris, 2000.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. A Casa do Imperador. Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2007.

DEMO, P. Educar para pesquisa. Campinas: Editora Autores Associados, 1996

DICK, José Van. Memory matters in the digital age. In: **Mediated Memories in the digital age.** California: Stanford University Press, 2007. p. 27-52.

DOHMANN, M, A experiência material: a cultura do objeto. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013. p. 272.

ELIAS, NORBERT. A solidão dos moribundos seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar; 2001.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. R.IHGB, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 266, p. 68-148, jan.-mar. 1965.

FERREIRA, Cristina; SILVA, Evander Ruthieri Saturno da. O Retorno do Imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas O Cruzeiro e Manchete no Sesquicentenário da Independência (1972). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 355-385, jan./abr. 2014.

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 130-38.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **O livro didático de Educação Moral e Cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina.** In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo.** Rio de Janeiro: UFRJ / Minc - IPHAN, 2005.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos.** São Paulo: Humanitas, 2002.

FREIXO, André de Lemos. Passados privados, ou privados do passado? Nostalgia, indiferença e as comemorações do sete de setembro brasileiro. *Revista NUPEM*, Volume 11, número 23, 2019. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.v11i23.637>. Acesso em: 14 mai. 2019.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira.** São Paulo: Iglu Editora, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002, Vol. I.

GOMES, Ângela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura.** Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ/CNPq. 2007, p.137-153.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 70.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “**Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.**” in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, n.1, 1998.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “**Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889).**” in: *RIHGB*, Rio de Janeiro, a.156, n.388, p.459-613, jul/set.1995.

HOBSBAWM, Eric Jonh. **A Era dos Impérios (1875-1914).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric Jonh.; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 272.

LAGOA, Ana, GRINBERG, Keila e GRINBERG, Lúcia. **Oficina de História.** Belo Horizonte. Dimensão, 2000.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e historiografia da educação: atentando para as fontes.** In: LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. (Org). *Fontes, História e Historiografia da Educação.* Campinas: Autores Associados, 2004. p. 141-176.

LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. (Org). Fontes, História e Historiografia da Educação. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. História do Brasil Recente 1964-1992. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1991.

MICHEL, Johan. Podemos falar de uma política do esquecimento? Pelotas: **Revista Memória em Rede**, v. 3, n. 3, 2010.

MICELI, Sergio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MOTTA, Marly Silva da Motta. A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

MORAES, Cleodir da Conceição. **O Pará em festa. Política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973)**. Dissertação (mestrado), Programa de pós-graduação em história social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, 2006,

MORAIS, Fabrício de Souza. **Pátria nossa a cada dia: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da ditadura militar (150º aniversário da Independência do Brasil)**. Recife, 2015.

_____. **A Nação construída no dia a dia das notícias: O início das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil**. João Pessoa: XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB, v. 17, n. 1, 2016.

MURAD, Maurício. **Dos pés à cabeça. Elementos básicos de sociologia do futebol**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1996.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência**. Rio de Janeiro: FAPERJ, Revan, 2003.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. PUC-SP, São Paulo, n. 10, 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **As festas que a República manda guardar**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 4

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A noção de documento: De Otlet aos dias de hoje**.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Anotações sobre o universal e a diversidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan/abr. 2007.

_____. Estado autoritário e cultura. In: **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Puc e Apicuri, 2009.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. “**O IHGB é o representante das ideias de ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente**” in: RIHGB, 1:1839, p.64.

PINTO, Ivan S. **The Brazilian Media Scene**. Propaganda, n. 203, jun. 1973. p. 67.

RAGAZZINI, Dário. **Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação?**. In: Educar em revista. n. 18/2001. Curitiba: Editora UFPR, 2001 p. 13-28.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Roberto. **Futebol: ideologia do poder**. Petrópolis: Vozes, 1984..

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Diego Lemos; ALESSANDRETTI, Mara Rosana Araújo; LEANDRO, Ramile da Silva; MARTINS, Larissa Tavares; MORAES, Fabiane Rodrigues. **A presença na ausência: a performance e a biografia dos objetos como ativadores da memória**, MIDAS 2017. Postado no dia 31 julho 2017. Acesso em: 26 nov. 2018. URL: <<http://journals.openedition.org/midas/1286>>; DOI: 10.4000/midas.1286.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. João Roberto Martins Filho (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981

SCHIAVINATTO, Iara Lis. A Praça pública e a liturgia política. Dezembro de 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v22n58/v22n58a06.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

SCHNEIDER, Nina. **Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a ditadura militar em perspectiva comparada**. Estudos Ibero-Americanos, vol. 43, núm. 2, 2017.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, São Paulo, 2002.

SOSNOSKI, Thaisy. **Cultura e patriotismo**: A Biblioteca do Sesquicentenário nas Comemorações da Independência do Brasil. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Thaisy_Sosnoski.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

SOUSA, Otávio Tarquínio de, 1889-1959. **História dos fundadores do Império do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

TORELLY, Luiz P. P. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. **Fórum patrimônio**. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, 2012.

VAN ACKER, Maria Teresa Vianna – **A reflexão e a prática docente: considerações a partir de uma pesquisa-ação**. 2008. Tese (doutorado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. 2008.

VIANNA, Nildo. Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. **Espaço Plural**. Ano VI, n. 14, 2006. Versão eletrônica disponível na internet. www.unoeste.br/saber.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 2007.

WEHLING, Arno; MACEDO, Maria José Cavalleiro de. Memória e História: Fundamentos, convergências e conflitos. In: **Memória Social e Documento: Uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1997.

ZIMMERMANN, Clemens. **Medien im Nationalsozialismus: Deutschland, Italien und Spanien in den 1930er und 1940er Jahren**. Wien: Böhlau, 2007.